



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

PAULA TATIANA DA SILVA

**TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS:  
ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO  
AMBIENTAL EM PROPAGANDAS**

---

Londrina  
2014

PAULA TATIANA DA SILVA

**TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS:  
ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO  
AMBIENTAL EM PROPAGANDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esther Gomes de Oliveira

Londrina  
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

S586t Silva, Paula Tatiana da.  
Teoria dos bloco semânticos: análise argumentativa do discurso ambiental  
em propagandas / Paula Tatiana da Silva. – Londrina, 2014.  
157 f. : il.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira.  
Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudo da  
Linguagem, 2014.  
Inclui bibliografia.

1. Argumentação – Teses. 2. Propaganda – Teses. 3. Bloco semântico – Teses.  
I. Oliveira, Esther Gomes de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de  
Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III.  
Título.

CDU 801:659.11

PAULA TATIANA DA SILVA

**TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS:**  
ANÁLISE ARGUMENTATIVA DO DISCURSO AMBIENTAL EM  
PROPAGANDAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Esther Gomes de Oliveira  
UEL – Londrina - PR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Tinoco Cabral  
Universidade Cruzeiro do Sul – São Paulo - SP

---

Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto  
UNEB – Amaralina - BA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariângela Piccioli Galli Joanilho  
UEL – Londrina - PR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Passos Baltazar Machado  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 23 abril de 2014.

*Aos meus avós, Rubens e Inês,  
exemplos de sabedoria na simplicidade.*

*Aos meus pais, Jorge e Lúcia,  
exemplos de honestidade.*

*Aos meus irmãos, Jerusa, Camila e Danilo,  
exemplos de perseverança.*

*Aos meus sobrinhos, Matheus e Miguel,  
exemplos de ternura.*

*Ao meu amor, Petronio Antunes,  
exemplo de competência e dedicação.*

*A Jesus Cristo, nosso maior exemplo.*

## AGRADECIMENTOS

Aos professores da Universidade Estadual de Londrina, em especial aos que integram o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, pela oportunidade de conhecer o universo acadêmico e as pesquisas linguísticas.

À professora e orientadora Dr.<sup>a</sup> Esther Gomes de Oliveira, que me acompanhou durante toda a minha formação acadêmica, desde a graduação até o doutoramento e a aprovação no concurso da Universidade Federal do Acre.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa concedida parcialmente.

Aos professores membros da Banca, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Tinoco Cabral, Prof. Dr. João Antonio de Santana Neto, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariângela Peccioli Galli Joanilho e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Passos Baltazar Machado, pelas valiosas contribuições feitas para a finalização deste trabalho.

Aos meus familiares que tanto amo: Rubens e Inês (meus avós), Jorge e Lúcia (meus pais), Jerusa, Danilo e Camila (meus irmãos), Matheus e Miguel (meus sobrinhos), pela compreensão da ausência, pela solidariedade na decisão de morar tão distante e pelas alegrias dos reencontros.

Às amigas que nasceram na UEL; às amigas que nasceram na Editora Scriba; às amigas que nasceram no CEFAM; às amigas que nasceram no Colégio Marista; às amigas que nasceram no Frutos da Paz; às amigas que nasceram na Paróquia Santa Inês. Em especial, agradeço aos meus amigos: Cecília Contani Baraldo, Nádia Calabresi e Antonio Lemes Guerra Junior, que contribuíram de diferentes formas para a concretização desta tese.

Ao meu amor, Petronio Antunes, que dividiu comigo os momentos de finalização deste trabalho, e à sua família que, agora, também posso chamar de minha: Guilherma, Hugo, Ederson, Emerson, Gislaine, Neto, Lorena, Camila, Victor Hugo e Guilherme.

A Deus, por ter me dado a oportunidade de conhecer todas essas pessoas e viver tudo isso.

SILVA, Paula Tatiana da. **Teoria dos Blocos Semânticos**: análise argumentativa do discurso ambiental em propagandas. 2014. 157 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## RESUMO

Neste estudo, temos por objetivo analisar a construção argumentativa de propagandas impressas que refletem as características da formação da consciência ambiental na sociedade brasileira. Tomamos a Semântica Argumentativa, em especial a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), de Oswald Ducrot e Marion Carel, como base teórica de nossas reflexões, por meio da qual examinamos anúncios publicitários que centralizam seus argumentos em questões ambientais – seja com o intuito de ignorá-las ou de exaltá-las. Essa teoria estabelece o sentido do texto a partir do próprio texto, dado que, segundo Ducrot (1989, p. 16), “A argumentação está na língua”. Em nossa pesquisa, inicialmente, houve a preocupação em selecionar um único veículo midiático, a revista *Veja*, a fim de estabelecer o percurso histórico das propagandas em foco, evidenciando o interesse da sociedade brasileira em relação ao meio ambiente, assim estudamos a pertinência com que esse tema esteve presente em nossa sociedade de 1968 até 2012. Concomitantemente, sistematizamos os conceitos de Saussure e de Benveniste que influenciaram Ducrot, bem como os da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), em especial, os dos Blocos Semânticos (TBS). Em uma segunda etapa, a partir da seleção do *corpus*, mostramos as particularidades argumentativas de cinco propagandas, em que aplicamos os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos, estabelecendo o sentido dos textos a partir de sua Argumentação Externa e sua Argumentação Interna, apresentando aspectos normativos (X logo Y) ou aspectos transgressivos (X no entanto Y). Esperamos que nossa pesquisa contribua com os estudos da linguagem, principalmente em relação à divulgação e à aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos na análise argumentativa de propagandas.

**Palavras-chave:** Argumentação. Propaganda. Blocos semânticos.

SILVA, Paula Tatiana da. **Theory of Semantic Blocks**: argumentative analysis of environmental advertising discourse. 2014. 157 p. Thesis (Ph.D. in Language Studies ) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

## ABSTRACT

In this study , we aim to analyze the argumentative construction of print ads that reflect the characteristics of the formation of environmental awareness in Brazilian society. As the theoretical basis of our reflections, we chose the Argumentative Semantics, in particular the Theory of Semantic Blocks (TBS), proposed by Oswald Ducrot and Marion Carel, through which we examine advertisements that center their arguments on environmental issues – aiming to ignore them or exalt them. This theory establishes the meaning of the text from the text itself, since, according to Ducrot (1989, p. 16), “The argument is in the language”. In our research, initially, there was the concern in selecting a single media vehicle, *Veja* magazine, in order to establish the historical background of the ads into focus, showing the interest of Brazilian society in relation to the environment, so we study the relevance that this theme was present in our society from 1968 to 2012. Concomitantly, we systematized the concepts of Saussure and Benveniste that influenced Ducrot and the concepts of the Theory of Argumentation in Language (TAL), in particular, those related to Semantic Blocks (TBS). In a second step, from the selection of the *corpus*, we show the argumentative particularities of five advertisements, in which we applied the concepts of the Theory of Semantic Blocks, establishing the meaning of the texts from their External Argumentation and their Internal Argumentation, presenting normative aspects (X therefore Y) or transgressive aspects (X however Y). We hope that our research will contribute to the studies of language, specially regarding the dissemination and application of the Theory of Semantic Blocks in argumentative analysis of advertisements.

**Keywords:** Argumentation. Advertising. Semantic blocks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Correspondência entre escalas. ....	68
<b>Figura 2</b> - As três relações do Quadrado Argumentativo. ....	77
<b>Figura 3</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1. ....	77
<b>Figura 4</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2. ....	78
<b>Figura 5</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 1. ....	93
<b>Figura 6</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 1. ....	94
<b>Figura 7</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 2. ....	101
<b>Figura 8</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 2. ....	102
<b>Figura 9</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 3. ....	108
<b>Figura 10</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 3. ....	109
<b>Figura 11</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 4. ....	117
<b>Figura 12</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 4. ....	117
<b>Figura 13</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 5. ....	122
<b>Figura 14</b> - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 5. ....	122

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - A realização linguística.....	61
<b>Quadro 2</b> - Propaganda 1 - AE e AI. ....	95
<b>Quadro 3</b> - Propaganda 2 - AE e AI. ....	102
<b>Quadro 4</b> - Propaganda 3 - AE e AI. ....	109
<b>Quadro 5</b> - Propaganda 4 - AE e AI. ....	118
<b>Quadro 6</b> - Propaganda 5 - AE e AI .....	123

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Argumentação Externa
AI	Argumentação Interna
CLG	Curso de Linguística Geral
CON	conectivo X
CON'	conectivo Y
E/P	Expressão/Palavra
L	Locutor
LG	Logo
NE	No entanto
NEG	não/negação
TAL	Teoria da Argumentação na Língua
TBS	Teoria dos Blocos Semânticos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>OBJETIVOS</b> .....	15
<b>METODOLOGIA</b> .....	16
<b>CONSTITUIÇÃO DO CORPUS</b> .....	18
<b>1 QUESTÕES AMBIENTAIS E PUBLICIDADE: A IMPORTÂNCIA DO TEMA NA SOCIEDADE ATUAL</b> .....	19
1.1 PANORAMA DA EXPLORAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL ATÉ 1970 .....	19
1.2 EVENTOS MUNDIAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE .....	24
1.3 PUBLICIDADE E A PROPAGAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL .....	31
<b>2 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA</b> .....	36
2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DE SAUSSURE .....	36
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE BENVENISTE .....	43
2.3 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE DUCROT E ANSCOMBRE .....	49
2.4 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA .....	54
2.4.1 Primeira Fase da Teoria da Argumentação na Língua .....	54
2.4.2 Segunda Fase da Teoria da Argumentação na Língua .....	63
<b>3 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS</b> .....	70
3.1 TIPOS DE ENCADEAMENTOS ARGUMENTATIVOS: TRANSGRESSIVO E NORMATIVO .....	71
3.2 INTERDEPENDÊNCIA SEMÂNTICA E ASPECTOS ARGUMENTATIVOS .....	73
3.3 BLOCOS SEMÂNTICOS .....	74
3.4 QUADRADO ARGUMENTATIVO .....	76
3.5 ARGUMENTAÇÃO EXTERNA (AE) E ARGUMENTAÇÃO INTERNA (AI) .....	79
<b>4 METODOLOGIA E ANÁLISE</b> .....	82
4.1 METODOLOGIA .....	82

4.2	ANÁLISES .....	84
4.2.1	Propaganda 1 .....	84
4.2.2	Propaganda 2 .....	96
4.2.3	Propaganda 3 .....	103
4.2.4	Propaganda 4 .....	110
4.2.5	Propaganda 5 .....	119
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>128</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>136</b>
<b>ANEXO A</b>	- Propaganda 1 - Banco do Estado do Amazonas .....	137
<b>ANEXO B</b>	- Propaganda 2 - Planta 7 - Empreendimentos Rurais Ltda. ....	138
<b>ANEXO C</b>	- Propaganda 3 - Abividro (Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro) .....	139
<b>ANEXO D</b>	- Propaganda 4 - Banco Real .....	140
<b>ANEXO E</b>	- Propaganda 5 - Planeta Sustentável.....	141
<b>ANEXO F</b>	- Propagandas pré-selecionadas do 1º grupo - Contradiscorso ambiental.....	142
<b>ANEXO G</b>	- Propagandas pré-selecionadas do 2º grupo - Política de Reflorestamento .....	143
<b>ANEXO H</b>	- Propagandas pré-selecionadas do 3º grupo - Eco-92.....	146
<b>ANEXO I</b>	- Propagandas pré-selecionadas do 4º grupo – Sustentabilidade .....	149
<b>ANEXO J</b>	- Propagandas pré-selecionadas do 5º grupo – Biodiversidade .....	153

## INTRODUÇÃO

Ao longo de dez anos, na Universidade Estadual de Londrina, estivemos envolvidos em projetos de pesquisa, coordenados pela professora Esther Gomes de Oliveira, na área da Argumentação. Inicialmente, o *corpus* de análise era formado por propagandas impressas e, em decorrência disso, verificamos que a ênfase dada à preservação ambiental estava presente em muitos anúncios publicitários, provando que esse tema, enquanto preocupação das sociedades nas últimas décadas, vinha tornando-se um expressivo recurso do *marketing* empresarial.

Sendo assim, na dissertação de mestrado, estudamos os recursos linguísticos mais utilizados nas propagandas da Natura Ekos e o modo como a persuasão seria alcançada por meio deles. Concluímos que o enunciador da publicidade baseada no *marketing* verde aborda o tema ambiental, fornecendo argumentos que não só informam as atitudes socioambientais das empresas mas também procuram sensibilizar os enunciatários para que percebam as vantagens de tais produtos sobre os demais. Constatamos, ainda, que o enunciador, para atingir tal fim, utiliza recursos como adjetivação, operadores argumentativos e dêiticos, apoiando-se nos comprometimentos ambientais da empresa, na ideologia centralizada no bem-estar, e na interação entre os interlocutores das propagandas.

Segundo Oliveira (2004, p. 123), a Semântica Argumentativa “preocupa-se com as relações entre locutor e alocutário em determinada situação discursiva, direcionando o sentido do texto por meio de uma grande variedade de procedimentos”. Os anúncios publicitários impressos, por exemplo, apresentam os mais diversos recursos linguísticos e imagéticos, em que o locutor direciona o seu discurso a um alocutário, colocando em evidência a marca de um produto e/ou a propagação de valores e ideias.

Para o doutorado, ampliamos nossos estudos sobre a temática ambiental em propagandas, estabelecendo outro foco de análise. Analisamos como, ao longo de quase cinco décadas, as preocupações da sociedade sobre o meio ambiente fizeram-se presentes no discurso publicitário das empresas em geral e de organizações institucionais, divulgado na revista *Veja*, tomando a Semântica Argumentativa, em especial a Teoria dos Blocos Semânticos, de Oswald Ducrot e Marion Carel, como a base teórica de nossas reflexões.

A decisão de continuar desenvolvendo nossos estudos em Semântica Argumentativa, mas por meio de um aprofundamento teórico, utilizando a fase mais recente da teoria, deve-se à curiosidade que nos move enquanto pesquisadores da linguagem, no caso, por querer desvendar como o sentido de uma palavra ou de uma expressão deveria ser compreendido a partir de blocos semânticos, formados por segmentos interligados por conectores normativos ou transgressivos.

A importância do nosso trabalho está em iniciar, na Universidade Estadual de Londrina, a análise argumentativa de discursos por meio da Teoria dos Blocos Semânticos, que corresponde à terceira fase da Semântica Argumentativa. Até então, as pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, com base na Semântica Argumentativa, correspondem à primeira ou à segunda fases dos estudos ducrotianos, que são, respectivamente, os recursos semântico-argumentativos, e a polifonia e os *topoi* argumentativos.

Desenvolvida na França, na década de 1990 por Marion Carel, a Teoria dos Blocos Semânticos passou a influenciar as análises linguísticas, no Brasil, há alguns anos. A professora Leci Borges Barbisan é a pesquisadora brasileira que mais se destaca nessa área, orientando teses e dissertações sobre essa teoria na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Além de Barbisan, há outros linguistas brasileiros que realizam estudos sobre a TBS, dos quais destacamos: Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul) e Cláudia Mendes Campos (Universidade Federal do Paraná). Nesta tese, discutiremos alguns trabalhos publicados no Brasil, com o intuito de divulgar a TBS e influenciar o desenvolvimento de outros estudos nessa área de reflexão linguística.

Os estudos desenvolvidos por Ducrot são de base estruturalista, já que recebem influência de Saussure em relação às reflexões linguísticas, desenvolvidas a partir dos elementos da própria língua, e não dos acontecimentos do mundo. Outro linguista que influenciou as pesquisas de Ducrot foi Émile Benveniste, por meio da Teoria da Enunciação, assim, podemos afirmar que a Teoria da Argumentação na Língua é um estudo estruturalista, mas, ao mesmo tempo, enunciativo.

No entanto, há diferenças entre Ducrot e Benveniste que devem ser destacadas aqui, como, por exemplo, o termo “enunciação”, conceituado de formas distintas pelos dois teóricos. Benveniste (2006, p. 82) concebe enunciação como o

“colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, em que o sujeito deixa suas marcas no enunciado (dêiticos pessoais). Ducrot (1987, p. 168) define enunciação como “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado [...] é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois”.

Durante o percurso de desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua (TAL), há três fases que se destacam: a primeira é a forma padrão da teoria, apresentando estudos sobre recursos argumentativos e escalas argumentativas; a segunda corresponde à Teoria dos *Topoi* Argumentativos e à polifonia; a fase mais recente, e foco desta tese, é a da Teoria dos Blocos Semânticos.

No Brasil, o estudo da Semântica Argumentativa, em que se situa a Teoria da Argumentação na Língua, iniciou-se com a tese de doutorado de Carlos Vogt<sup>1</sup>, defendida na Unicamp, em 1974, sob orientação de Oswald Ducrot. Nos anos seguintes, outros linguistas passaram a desenvolver pesquisas nessa área, como Ingedore Koch e Eduardo Guimarães. Na Universidade Estadual de Londrina, destacamos o trabalho desenvolvido pela professora Esther Gomes de Oliveira, cujas publicações e Projetos de Pesquisa voltam-se para a área de argumentação textual.

A mais recente fase da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), serviu de base teórica às nossas reflexões acerca do discurso altamente argumentativo de propagandas que refletem a consciência ambiental presente em nossa sociedade. Essa teoria permite-nos estabelecer o sentido do texto a partir do próprio texto, dado que, segundo Ducrot (1989, p. 16), “A argumentação está na língua”.

---

<sup>1</sup> O *intervalo semântico*: contribuições para uma Teoria Semântica Argumentativa.

## OBJETIVOS

Ao pesquisarmos anúncios publicitários impressos, em que empresas ou instituições diversas colocam em destaque o meio ambiente, definimos como nosso objetivo geral: examinar a aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos em propagandas que refletem o discurso ambiental presente na sociedade brasileira em dado período histórico. Nossos objetivos específicos são: a) descrever a pertinência com que o tema “meio ambiente” esteve presente em nossa sociedade; b) apresentar as bases teóricas da Teoria da Argumentação na Língua, sua origem e as fases pelas quais passou; c) apresentar as particularidades da Teoria dos Blocos Semânticos; d) aplicar os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos no *corpus* selecionado, para estabelecer o sentido do discurso em questão.

## METODOLOGIA

Em nossa pesquisa, inicialmente, houve a preocupação em selecionar um único veículo midiático, a revista *Veja*, a fim de estabelecer o percurso histórico das propagandas com temática ambiental, evidenciando o posicionamento da sociedade brasileira em relação a esse tema, desde 1968 até 2012, que acreditamos estar refletido na argumentação dos anúncios publicitários. Sistematizamos os conceitos de Saussure e de Benveniste que influenciaram Ducrot, como língua e enunciação; os da Teoria da Argumentação na Língua (TAL); e, em especial, os da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Em uma segunda etapa, a partir da seleção do *corpus*, destacamos a construção argumentativa das propagandas por meio da TBS.

Dentre as propagandas a que tivemos acesso, selecionamos as que mais nos chamaram a atenção quanto ao conteúdo informativo e criatividade na seleção dos recursos argumentativos, separando-as em cinco grupos (os quais detalhamos no próximo item, quando descrevemos o *corpus* de análise), com o intuito de ressaltar o foco dado ao meio ambiente em cada período histórico.

A tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Questões ambientais e discurso publicitário: a importância do tema na sociedade atual”, abordamos os temas das propagandas selecionadas para o nosso *corpus*. Inicialmente, discutimos a exploração da Mata Atlântica, primeiro bioma explorado pelos portugueses, ressaltando a procura desenfreada de riquezas naturais, que resultou na devastação das florestas e na implantação de indústrias pela busca do progresso. Depois, destacamos a exploração da Floresta Amazônica, iniciada com vistas ao desenvolvimento da região, mas que se revelou prejudicial a toda a biodiversidade lá existente.

Ainda nesse capítulo, mostramos que, no século XX, houve a necessidade de se fazer políticas de reflorestamento, para amenizar os problemas decorrentes de anos de exploração. Em seguida, destacamos eventos mundiais que mobilizaram a sociedade e, em consequência, influenciaram o modo de pensar da população sobre as questões ambientais.

Por fim, abordamos algumas características do discurso publicitário, enquanto reflexo da manifestação sócio-histórico-cultural, e os principais estudos relacionados a ele. Um contraponto levantado é em relação às propagandas que

utilizam argumentos desfavoráveis ao discurso verde. Trata-se de propagandas divulgadas, no início da década de 1970, pelo Banco do Estado do Amazonas, sobre os incentivos fiscais dados aos empresários dispostos a investir na Zona Franca de Manaus.

O segundo capítulo, “Semântica Argumentativa”, apresenta as contribuições que os estudos de Ferdinand de Saussure e de Émile Benveniste deram aos estudos de Oswald Ducrot, além de detalhes das duas primeiras fases pelas quais passou a TAL.

O terceiro capítulo, “Teoria dos Blocos Semânticos”, tem como foco apresentar esse construto, desenvolvido a partir da tese de doutorado de Marion Carel, de 1992, sob orientação de Oswald Ducrot, quando se estabeleceu a terceira fase da TAL. São focalizadas as definições de: encadeamentos argumentativos transgressivos e normativos, interdependência semântica e aspectos argumentativos, Blocos Semânticos, quadrado argumentativo e Argumentação Externa (AE) e Argumentação Interna (AI).

O quarto capítulo refere-se à metodologia e à análise do *corpus*, em que descrevemos, brevemente, os resultados quantitativos da pesquisa, realizada nas edições de *Veja*. Explicitamos os critérios utilizados para escolher, dentre as propagandas encontradas, as que apresentam os recursos semântico-argumentativos mais pertinentes aos nossos estudos.

Ainda nesse capítulo, detalhamos os procedimentos de análise das propagandas, ressaltando o modo como a teoria foi aplicada no *corpus* selecionado. Por fim, analisamos os discursos de cada uma das propagandas, desvendando-lhes o sentido, por meio da seleção de Expressões/Palavras, em que se verifica a Argumentação Externa e a Argumentação Interna dos enunciados, caracterizados como normativos (*X logo Y*) ou transgressivos (*X no entanto Y*).

## CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Foram pesquisadas as revistas *Veja*, desde sua primeira edição, em 11 de setembro de 1968, até a última edição do ano de 2012, totalizando 2302 edições.

Catalogamos as propagandas que mais se destacaram, em relação ao tema ambiental. Para selecionar os textos que constituem o *corpus* de análise da nossa pesquisa, as propagandas, primeiramente, foram divididas de acordo com o foco dado ao discurso ambiental. Dessa maneira, dividimos as peças publicitárias em cinco grupos, resultando na seguinte classificação:

- Grupo A: Contradiscorso;
- Grupo B: Políticas de reflorestamento;
- Grupo C: Eco-92;
- Grupo D: Sustentabilidade;
- Grupo E: Biodiversidade.

Essa divisão levou-nos a constatar que o enfoque discursivo das propagandas que centralizam seus argumentos na temática ambiental está relacionado ao contexto sócio-histórico-cultural em que foram publicadas. A partir de uma análise prévia das propagandas, selecionamos cinco para compor nosso *corpus*, referentes aos seguintes anos: 1970, 1979, 1992, 2008 e 2010.

Esperamos que este trabalho possa atrair a atenção de outros linguistas para o desenvolvimento de pesquisas sobre o discurso argumentativo de propagandas que seguem a temática ambiental e, em especial, sobre a Teoria dos Blocos Semânticos.

# 1 QUESTÕES AMBIENTAIS E PUBLICIDADE: A IMPORTÂNCIA DO TEMA NA SOCIEDADE ATUAL

## 1.1 PANORAMA DA EXPLORAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL ATÉ 1970

A forma de o homem relacionar-se com o ambiente à sua volta vem sendo motivo de discussão em busca de soluções para que ambas as partes sejam, de certa forma, beneficiadas. Por muito tempo, a vontade humana de obter ganhos se sobrepôs ao mundo do qual o homem faz parte, deixando em segundo plano qualquer preocupação que poderia haver em relação ao planeta. Entretanto, essa realidade, aos poucos, vem sofrendo modificações, levando o homem não só a refletir sobre as questões ambientais mas também a agir sobre o meio em que vive, visando à conservação da Terra.<sup>2</sup>

Para chegar a essa consciência, foi percorrido um longo caminho de exploração dos recursos naturais. No Brasil, por exemplo, mesmo antes da chegada dos portugueses, os povos indígenas retiravam da terra tudo o que era necessário para sua sobrevivência. A diferença, contudo, está justamente no objetivo de extrair os produtos e no modo de extração. Diferentemente dos indígenas, ao explorar o Novo Mundo, os portugueses não estavam interessados em obter o essencial, mas enriquecimento rápido era o que os movia para além do Atlântico.

Ao chegarem ao Estado da Bahia, em 1500, os colonizadores foram adentrando a então “Terra de Vera Cruz”. Em um século, muitos indígenas já haviam morrido nas mãos dos europeus, assassinados diretamente ou vítimas de doenças trazidas pelos brancos, além de as riquezas territoriais estarem bastante comprometidas pela ganância desenfreada.

Em paralelo à dizimação dos indígenas, a coroa portuguesa enviava ao Brasil homens para povoar o território. O conhecimento que os povos tradicionais detinham sobre os espécimes nativos ia, aos poucos, sendo esquecido. Cada um que chegava apossava-se de um pedaço de terra, a qual era destruída aos poucos. Nessas terras, as pastagens foram se expandindo e, segundo Dean (1996), no interior do Nordeste, no ano de 1700, havia cerca de quinhentas fazendas de gado.

---

<sup>2</sup> A visão histórica que apresentamos neste capítulo sobre a exploração do Brasil está baseada, principalmente, na obra de Dean (1996), à qual não nos remetemos a todo o momento para não tornar a leitura repetitiva.

A sociedade que habitava a Mata Atlântica, apesar de toda destruição e desordem operados pela invasão europeia, ainda era, em grande parte, indígena no final do século XVII, tanto em termos culturais como genéticos. O vasto planalto, centenas de vezes atravessado nos dois primeiros séculos por destacamentos de caça, missionários proselitistas e exploradores com febre do ouro, testemunhou um intercâmbio de elementos culturais e, para além dos limites das vilas, uma espécie de indianização (DEAN, 1996, p. 103).

O ano de 1690, com base em Dean (1996), marca o início de novas explorações na Mata Atlântica: ouro e diamante. O mercúrio utilizado para garimpar ouro e a enorme quantidade de garimpeiros que arriscavam suas vidas com a esperança de enriquecerem rapidamente (boa parte do que conseguiam era destinada à coroa portuguesa) resultaram em grandes desastres ambientais, poluindo rios, destruindo as florestas e contaminando o solo.

A Mata Atlântica foi o primeiro bioma vítima da exploração dos estrangeiros e, atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 2012, restam apenas 12% da Mata Atlântica original. O pau-brasil, devido à tinta que dele se extrai, foi alvo das grandes expedições, tornando-se escasso em pouco tempo. À exploração de madeira e pedras preciosas seguiu-se a queimada de matas para preparar a terra para o plantio, e o cultivo da cana-de-açúcar mostrou-se bastante promissor no solo fértil desse lugar que, também, tinha chuva em abundância.

De acordo com Dean (1996), no final do século XVIII, os europeus começaram a apresentar interesse científico nas plantas da Mata Atlântica. No entanto, as dificuldades dos cientistas eram inúmeras: não havia incentivo da coroa portuguesa; ainda não existiam bibliotecas; a disseminação do conhecimento era demorada, porque, como a instalação de gráficas era proibida, era necessário enviar os trabalhos a Portugal, para, só depois de autorizado, serem publicados.

Essa realidade começou a mudar no início do século XIX, com a vinda da corte para o Brasil, em 1808. Dean (1996) aponta importantes acontecimentos, como a inauguração do Jardim Botânico, a instalação de uma gráfica, uma biblioteca, um laboratório de análises químicas, uma escola de medicina, uma academia militar e uma cátedra de ensino agrícola. Outro fato histórico que influenciou a relação dos brasileiros com a Mata Atlântica foi a Independência do Brasil, em 1822, pois, por meio dela, a exploração não ocorreria mais por intermédio dos portugueses, mas os próprios moradores teriam autonomia

para preservá-la ou explorá-la ainda mais. Infelizmente, o que prevaleceu foi a segunda alternativa.

Uma causa importante da destruição da Mata Atlântica foi que o governo não dava nenhum valor à terra que concedia tão gratuitamente. Tendo consumido toda a floresta primária mais promissora em dada sesmaria, um donatário costumava vendê-la por uma ninharia e pedia outra, que normalmente obtinha sem dificuldade (DEAN, 1996, p. 163).

Para o autor, a intensificação da procura por espécies vegetais raras, como orquídeas, por exemplo, levava os caboclos a derrubarem árvores indiscriminadamente, para receber o equivalente a uma semana de trabalho braçal, e quanto mais rara a planta, maior era o valor pago por ela. O resultado disso foi, em pouco tempo, a extinção de várias espécies.

No final do século XVIII, iniciou-se, no Rio de Janeiro, a cultura do café, em um momento em que a extração do ouro estava em declínio e a cana-de-açúcar não garantia tanto lucro quanto esse produto, que, por ser muito apreciado na Europa, serviria de exportação. Junto a esse novo cultivo, houve grandes degradações da Mata Atlântica, porque era mais barato derrubar as árvores e queimar a mata do que tentar o cultivo à sombra, em meio a algumas árvores, preparando o solo com mais cuidado.

As inúmeras plantações de café, espalhadas ao longo da Mata Atlântica, como sabemos, favoreceram o crescimento demográfico, a industrialização, a urbanização e a implantação de ferrovias. Assim, foram se formando várias cidades junto das linhas férreas, por onde se escoava o café. Até meados do século XX, na região da Mata Atlântica, continuou um acelerado processo de destruição das florestas, devido ao crescimento populacional. “Entre 1900 e 1950, a população do Sudeste [...] cresceu cerca de 7 milhões para 22 milhões” (DEAN, 1996, p. 254).

Em meados do século XX, o Brasil almejava crescer economicamente e, para isso, iria investir na infraestrutura das cidades, na construção de rodovias, na implantação de indústrias, entre outras iniciativas que acarretariam explorações ainda mais intensificadas da mata nativa brasileira.

O governo de Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, foi marcado pelo *slogan* “Cinquenta anos em Cinco”, que refletia a promessa do presidente de

fazer o Brasil prosperar rapidamente em pouco tempo. Destacou-se na implantação de indústrias automobilísticas e na construção de Brasília, incentivando o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país e ampliando o desmatamento.

Durante o regime militar, nos anos liderados pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, de 1969 a 1974, o Brasil viveu o “milagre econômico”, pois a população pobre e de classe média melhorou economicamente, tornando-se mais acessíveis bens duráveis como automóveis, televisores e geladeiras. Assim, a década de 1970 foi marcada por grandes obras, como a Transamazônica, a Usina de Itaipu e a ponte Rio-Niterói. Esse incentivo ao “progresso” do Brasil refletiu, também, no discurso publicitário (como veremos, no último capítulo, na análise de uma das propagandas selecionadas para *corpus* deste trabalho).

A Transamazônica é uma rodovia federal (BR-230), de leste a oeste do país, englobando os Estados de Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, com extensão de quatro mil quilômetros. A execução dessa “obra faraônica”, como ficou conhecida, envolveu mais de 4 mil homens, muito dinheiro, intensa devastação e, ainda hoje, está inacabada. Com ela, a exploração ambiental, antes focada na Mata Atlântica, passou a ser mais intensificada também na Amazônia.

A edição especial *Amazônia*, da revista *Veja*, de setembro de 2009 (portanto, 40 anos após o início da construção da rodovia), traz uma reportagem sobre a Transamazônica, em que destaca o seguinte título: *40 anos de poeira – A estrada que liga o “nada a coisa nenhuma” é uma cicatriz no meio da selva e um monumento à cegueira ambiental das gerações passadas e lama*. Ou seja, por esse título, é possível perceber o quanto de destruição essa obra rendeu não só à natureza mas também aos cofres públicos, revertendo em poucos benefícios à sociedade como um todo.

Em meio a todas essas situações que levaram ao desmatamento de grande parte da Mata Atlântica e a focos de destruição da Amazônia, ocorreram algumas políticas de reflorestamento que devem ser destacadas.

Em Dean (1996), vimos que o governo do Brasil Império, em 1862, incentivou, pela primeira vez, um programa de reflorestamento – devido ao fato de se acreditar que o desmatamento de bacias hidrográficas secava as nascentes –, entregando algumas áreas desmatadas a administradores comprometidos em replantar áreas florestais. A Floresta da Tijuca, por exemplo, passou por projetos de

reflorestamento e, entre os anos de 1862 e 1892, foi registrado o plantio de 127 mil árvores.

De acordo com Ladeira (1992), o reflorestamento no Brasil começou a tomar força a partir de 1966, com a criação de incentivos fiscais, sob a Lei número 5106, possibilitando que as áreas reflorestadas no país saltassem de 60 mil hectares para 3,3 milhões de hectares, em 1978. De acordo com o autor, os incentivos fiscais, apesar de importantes, foram mal utilizados, deixando de proporcionar ao setor uma contribuição mais significativa.

Durante as décadas de 1960 a 1980, de acordo com Bacha (2008), o Governo Federal desenvolveu três programas de incentivo ao reflorestamento: a) Programa de Incentivos Fiscais ao Florestamento e Reflorestamento (de 1965 a 1988); b) Política de Incentivo ao Reflorestamento em Pequenos e Médios Imóveis Rurais (segunda metade da década de 1970); c) Projeto Algaroba - Programa de Reflorestamento com Algarobeira no Nordeste Semi-árido (de 1985 a 1988). Os três programas consistiam na doação de materiais ou recursos monetários aos produtores rurais, para que investissem no reflorestamento.

O incentivo fiscal era realizado quando uma pessoa física ou jurídica, contribuinte do Imposto de Renda (o contribuinte-investidor) alocava parcela deste tributo para aplicações em certos projetos elaborados por uma outra pessoa jurídica denominada de empresa-beneficiária. O contribuinte-investidor e a empresa-beneficiária podiam ou não pertencer aos mesmos donos. O desconto desta parcela do tributo pago (a título de incentivo fiscal) e sua destinação à empresa-beneficiária eram regulamentados por atos normativos (BACHA, 2008, p. 15).

O Governo Federal não realizou políticas de reflorestamento entre os anos de 1989 e 2001, retomando os incentivos, no ano de 2002, com os programas PROPFLORA e PRONAF-Florestal, que estimulam o reflorestamento por meio do crédito rural.

Os principais agentes reflorestadores, no Brasil, com base em Bacha e Barros (2004), são cinco: empresas produtoras de celulose, empresas siderúrgicas, empresas de produtos sólidos de madeira, governos estaduais e pequenos produtores. Além desses, há outros que reflorestam em quantidades menores, como é o caso de produtores rurais e empresas de diversos setores que praticam reflorestamento para finalidades variadas, especialmente a produção de:

móveis, portas, janelas, assoalhos, lápis, embalagens, caixotes e palitos. Só as empresas de papel e celulose, as empresas siderúrgicas e os pequenos produtores eram responsáveis, em 2000, por 51,4% do estoque de reflorestamento.

A questão do reflorestamento no Brasil ainda se mostra deficitária. Se os governos Estaduais e o Governo Federal continuarem oferecendo poucos recursos para esse setor, as pequenas e médias empresas consumidoras, dentro de alguns anos, perceberão a falta de madeira, resultando em desemprego, desmatamento de áreas preservadas e, até mesmo, importação dessa matéria prima.

Focalizamos, a seguir, os principais eventos que promoveram discussões e levaram a planejamentos estratégicos de preservação ambiental em todo o mundo, em decorrência da consciência ambiental que foi se formando na sociedade.

## 1.2 EVENTOS MUNDIAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE

O quadro de degradação ambiental permeado por algumas iniciativas de reflorestamento surge no contexto em que intelectuais e pessoas preocupadas com o futuro do planeta começam a posicionar-se a respeito de problemas ambientais. O reflorestamento adotado pelo Brasil, por exemplo, é reflexo dos problemas ambientais apontados, em escala global, por estudiosos e eventos mundiais. No entanto, apenas reflorestar espaços degradados não atingia as demandas de um planeta pedindo socorro pelos mais variados excessos cometidos contra os animais, o solo, os rios, os mares, as florestas, os povos tradicionais e a biodiversidade. Para situar o Brasil nesse embate, apresentamos, a seguir, acontecimentos reconhecidos mundialmente, que marcaram os debates a favor das questões ambientais.

Rachel Carson, em 1962, com seu livro *Primavera Silenciosa*, inicia formalmente o debate em torno da degradação do meio ambiente, ao questionar os danos causados ao homem, aos animais e ao meio ambiente por um produto agrícola bastante utilizado após a Segunda Guerra Mundial, o pesticida DDT, apontado como responsável pela extinção de pássaros nos EUA (GIACOMINI FILHO, 2004, p. 35). Após essa denúncia, muito se discutiu acerca de produtos que

poderiam facilitar a vida dos seres humanos em alguns aspectos, mas causar inúmeros prejuízos ao ambiente e ao próprio homem.

No ano de 1968, em Roma, de acordo com Reigota (2009), cientistas de países industrializados se reuniram para discutir sobre consumo, reserva de recursos naturais não renováveis e o crescimento populacional até o século XXI. Os resultados da reunião do Clube de Roma foram a publicação do livro *Limites do crescimento* – que levou os países latino-americanos a interpretarem que a conservação do elevado padrão de vida de países industrializados dependia do controle do crescimento da população de países pobres – e a notoriedade dada a problemas ambientais, em nível global, levando a Organização das Nações Unidas a realizar a Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, de 5 a 16 de junho de 1972.

Essa conferência resultou na *Declaração sobre o Ambiente Humano* (SUÉCIA, 1972), a qual proclama sete itens, dos quais destacamos: o homem é resultado do meio que o circunda; a transformação do meio pelo homem deve ser feita de forma cuidadosa; países industrializados devem se esforçar para diminuir as diferenças econômicas com os países menos desenvolvidos; devem-se adotar medidas que minimizem os problemas decorrentes do aumento da população; é necessária a união de governos e povos em favor do meio humano, visando à sua preservação em benefício do homem e sua posteridade.

Além desses sete itens, a *Declaração* traz vinte e seis princípios que se resumem em: o homem tem direito de desfrutar de condições de vida adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar; os recursos naturais da Terra devem ser preservados; o homem deve preservar e administrar adequadamente a fauna e a flora silvestres; os recursos renováveis devem ser adequadamente administrados para que não se esgotem; substâncias tóxicas não devem mais ser despejadas no ambiente; são indispensáveis os desenvolvimentos econômicos e sociais; devem-se destinar recursos para a preservação do meio; deveriam ser adotadas políticas demográficas para haver equilíbrio no crescimento populacional; torna-se indispensável a educação ambiental a jovens e adultos; os Estados têm soberania para explorar seus recursos naturais, desde que não prejudiquem outras nações; a aplicabilidade de cada norma deve-se adaptar aos contextos; armas nucleares e demais meios de destruição em massa devem ser completamente eliminados.

No período em que ocorreu essa conferência, o Brasil, como foi destacado na seção anterior, vivia o período do “milagre econômico”, portanto nosso país caminhava em sentido inverso ao apresentado como ideal na *Declaração*. Segundo Lago (2006),

As posições que o Brasil levaria à Conferência de Estocolmo refletiam esse contexto, no qual muitos elementos diferentes e contraditórios pareciam contrariar os interesses do país. A Delegação sabia com que imagem o Brasil chegava a Estocolmo: não era a do “milagre econômico”, da bossa nova e do tri-campeonato de futebol. Era a de um país que estava, havia oito anos, sob um regime militar que dava ênfase absoluta a seu crescimento econômico, que não pretendia controlar o crescimento demográfico, que tinha péssimos *records* nas áreas de direitos humanos e de preservação da natureza, que tinha fortes tendências nacionalistas e ambições de domínio da tecnologia nuclear (LAGO, 2006, p. 118).

Independentemente do posicionamento do Brasil, na Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, o principal resultado de todas as discussões em Estocolmo foi a certeza de que “se deve educar o cidadão e a cidadã para a solução dos problemas ambientais” (REIGOTA, 2009, p. 24). No entanto, entre a conclusão a que se chegou e a efetivação das propostas, há inúmeros interesses que as separam.

Assim, dez anos após a conferência, no ano de 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que deu origem ao documento, publicado em 1987, *Nosso Futuro Comum* ou *Relatório Brundtland*<sup>3</sup>, o qual apresenta a urgência de se pensar em um desenvolvimento sustentável, consolidando o uso dessa expressão que, segundo o *Relatório*, pode ser definida como: uma forma de satisfazer as necessidades dos seres humanos no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as próprias necessidades. Para Lago (2006, p. 56),

A noção de que o desenvolvimento sustentável se baseia em três pilares – o econômico, o social e o ambiental – favorece, nas discussões do Rio de Janeiro, tanto as prioridades dos países desenvolvidos, quanto aquelas dos países em desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Documento disponível em: <<http://www.un-documents.net/ocf-02.htm#l>>. Acesso em: 24 maio 2013.

Em 1992, todo o mundo voltou os olhos para o Brasil, país que sediou a II Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, também chamada de Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio-92. Entre os dias 3 e 14 de junho, 178 Chefes de Estado e de Governo reuniram-se na cidade do Rio de Janeiro, para discutir temas ambientais.

Segundo informações disponíveis no *Jornal do Senado*<sup>4</sup>, a Rio-92 deu origem a duas convenções, uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Além disso, três documentos – *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*; *Declaração de Princípios sobre Florestas*; *Agenda 21* – possibilitaram a formação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS).

A Convenção sobre Diversidade Biológica, publicada em 1994, tem 34 artigos e apresenta, como objetivos,

[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, 2013).

O artigo 3 traz o princípio de que os Estados têm soberania na exploração de recursos próprios, de acordo com suas políticas ambientais, devendo deixar assegurado que suas atividades não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados.

A Convenção sobre Mudanças do Clima foi motivada por evidências, na década de 1980, de que as emissões de gases de efeito estufa advindos de atividades humanas estavam propiciando a mudança de clima global, afetando negativamente os ecossistemas naturais e a humanidade. Nessa década, o setor industrial

---

<sup>4</sup> Retirado de: “O sucesso da Conferência Rio-92 da ONU e o desenvolvimento sustentável”. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/o-sucesso-da-conferencia-rio-92-da-onu-e-o-desenvolvimento-sustentavel.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2013.

[...] sofre frequentes restrições devido aos preconceitos ou a problemas mais concretos, como o da poluição ambiental. O Pólo Industrial de Cubatão ficou bastante marcado pela imprensa em razão dos altos níveis de poluição, até que, em 1985, um grupo de 25 indústrias iniciou o projeto “Cubatão busca suas soluções”, para enfrentar e solucionar o problema da poluição na região. Todos os resultados obtidos no projeto eram divulgados em forma de anúncios nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. [...] Todas essas iniciativas visando o (sic) bem-estar da comunidade e sua adequada divulgação pela propaganda contribuíram para a modificação de atitudes negativas e para uma maior aceitação pública das indústrias (PINHO, 1990, p. 88).

O segundo artigo, dos 26 que compõem a *Convenção*, informa que seu objetivo é o alcance de níveis estáveis de concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, de modo a não desequilibrar os ecossistemas a ponto de tornar instável a produção de alimento.

A *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* proclama 27 princípios, dos quais destacamos: no centro das preocupações sobre desenvolvimento sustentável, estão os seres humanos; para a recuperação da integridade dos ecossistemas, os Estados têm plena participação; devem ser promovidas políticas demográficas adequadas; Estados deverão ter legislação ambiental eficaz; os Estados são responsáveis pela indenização de vítimas de danos ambientais em geral.

Destacamos o Princípio 22, importante para a posterior análise do *corpus* deste trabalho:

Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável (DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 2013).

Na *Declaração de Princípios sobre Florestas*, estas são vistas como essenciais ao desenvolvimento socioeconômico de todas as nações e, ainda, contribuem para a manutenção de todas as formas de vida. O objetivo da *Declaração* é direcionar os Estados no alcance do desenvolvimento sustentável das florestas, conscientizando sobre a preservação dos povos tradicionais que lá vivem e

responsabilizando governos Federais e Estaduais quanto ao uso adequado dos elementos florestais.

A *Agenda 21* é um documento que promove os princípios de defesa da Terra, levando-nos à reflexão sobre ações praticadas pelo homem, que influenciam em nossas riquezas naturais. Aponta os maiores problemas enfrentados pela humanidade e defende a união das nações para que haja desenvolvimento sustentável. Está dividida em quatro seções: I) Dimensões sociais e econômicas; II) Conservação e gerenciamento dos recursos para desenvolvimento; III) Fortalecimento do papel dos grupos principais; IV) Meios de implementação.

Segundo Giacomini Filho (2004), no mesmo ano da Eco-92, outros fatos se destacaram na área ambiental: nos Estados Unidos, alguns países assinaram a *Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática* (retomada em Kyoto, em 1997); houve o lançamento do relatório “*Population Growth, Resource Consumption, and a Sustainable World*” pela Sociedade Real de Londres e pela Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos; e o Banco Mundial divulgou o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, no qual se sugere que a solução ambiental deve ser agregada à solução social.

Em Kyoto, no Japão, no ano de 1997, foi assinado o *Protocolo de Kyoto*, documento que responsabiliza, principalmente, os países mais industrializados a se comprometerem com a redução das emissões de gases de efeito estufa em 5,2%, em relação aos níveis de 1990, entre os anos de 2008 e 2012.

Os resultados do Protocolo não foram nada animadores. Em 2012, representantes de 195 países reuniram-se em Doha, no Catar, para a 18ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-18). Houve consenso de que não obtiveram o êxito esperado no acordo de 1997, e novas metas foram criadas para 2020.

Dessa vez, trinta e seis países se comprometeram com a redução dessas emissões: os países da União Europeia, além da Austrália, Noruega, Suíça e Ucrânia. O problema é que essas nações são responsáveis por apenas 15% de toda a emissão de gases de efeito estufa, e países que mais deveriam se responsabilizar pela redução, como Estados Unidos, Japão, Canadá e Rússia, não aderiram ao acordo (Os EUA já não haviam assinado o anterior, e os outros abandonaram o tratado por não acharem justo que países emergentes como Brasil, China e Índia

não tenham metas a cumprir). Com essa atitude, fica evidente, mais uma vez, que o homem está mais preocupado com o seu bem-estar imediato do que em preservar a Terra para as gerações futuras.

Em 2002, em Johannesburgo, na África do Sul, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+10 ou Cúpula da Terra II. Em pauta, estavam os objetivos descritos na *Agenda 21* e os outros tratados da Rio-92. Nesse evento, promovido pela ONU, surgiram a *Declaração de Johannesburgo* e o *Plano de Implementação*. Segundo Lago (2006), os resultados positivos da Cúpula foram

[...] a fixação ou a reafirmação de metas para a erradicação da pobreza, água e saneamento, saúde, produtos químicos perigosos, pesca e biodiversidade; a inclusão de dois temas de difícil progresso em inúmeras negociações anteriores (energias renováveis e responsabilidade corporativa); a decisão política de criação de fundo mundial de solidariedade para erradicação da pobreza; e o fortalecimento do conceito de parcerias entre diferentes atores sociais para a dinamização e eficiência de projetos (LAGO, 2006, p. 110).

Por fim, de 13 a 22 de junho de 2012, novamente na cidade do Rio de Janeiro, a ONU promoveu a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Conhecida como Rio+20, por ter sido realizada vinte anos após a Conferência Rio-92, teve como principal objetivo o comprometimento dos governos com o desenvolvimento sustentável, mais especificamente, com tudo o que se realizou acerca do tema desde a última Conferência, tratando também das perspectivas futuras.

Segundo informações retiradas do *site* do governo<sup>5</sup>, a Conferência teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A Conferência foi dividida em três etapas: 1ª) III Reunião do Comitê Preparatório (de 13 a 15 de junho), em que os representantes dos governos se reuniram em prol das negociações sobre os documentos da Conferência; 2ª) Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável (de 16 a 19 de junho), em que representantes de destaque da sociedade civil se reuniram para discutir dez temas relacionados a desenvolvimento sustentável; 3ª) Segmento de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.rio20.gov.br>>. Acesso em: 31 maio 2013.

Alto Nível da Conferência (de 20 a 22 de junho), quando se reuniram os Chefes de Governos e de Estados dos países-membros das Nações Unidas.

De acordo com Castro (2013), no 2º Workshop Conjunto BIOTA-BIOEN-Mudanças Climáticas: o futuro que não queremos, cientistas disseram que não ficaram satisfeitos com o documento final da Rio+20, intitulado *O Futuro que queremos*. O evento, realizado na sede da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – no dia 23 de agosto de 2012, reuniu pesquisadores envolvidos nos seguintes temas: biodiversidade, bioenergia e mudanças climáticas globais. A crítica principal é sobre o fato de o documento não apresentar o conceito de limites planetários, proposto, em 2009, por Rockström, pesquisador da Universidade de Estocolmo. Isso refletiu negativamente, pois passa a impressão de que os avanços científicos não estão sendo colocados em prática.

Entretanto, há quem discorde de que a Conferência tenha fracassado. Paula (2013) faz um balanço positivo a respeito da Rio+20. O diretor do Projeto Planeta Sustentável argumenta que, na conferência da ONU, o que se tem de concreto são os documentos, elaborados por cerca de duzentas pessoas, as quais, de uma forma ou de outra, precisam entrar em consenso. Portanto, algo tão complexo como o desenvolvimento sustentável vai além de um documento, precisa estar presente na consciência de toda a sociedade, para que realmente funcione.

Por meio do estudo que realizamos sobre os eventos ambientais de abrangência mundial, verificamos os caminhos delineados nas últimas décadas e os esforços da Organização das Nações Unidas, de cientistas, de governos e da sociedade em geral em favor da preservação do planeta.

A seguir, vemos que o destaque dado às questões ambientais, nas últimas décadas, refletiu diretamente na publicidade, dando origem ao termo “ecopropaganda” e à expressão “*marketing* verde”, por exemplo.

### 1.3 PUBLICIDADE E A PROPAGAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Para que a marca de um produto torne-se conhecida dos consumidores, é necessário, muitas vezes, um alto investimento em *marketing* por parte das empresas. A publicidade é responsável por possibilitar que uma marca se sobressaia em relação às inúmeras disponíveis no mercado, fazendo até que um produto seja reconhecido como o único, mesmo havendo outros similares, como é o

caso da Coca-Cola, do Omo, da Gillette, da Danone, da Bombril, entre outras marcas.

No entanto, em outros momentos, o que se deseja pôr em evidência não é a marca de um produto, mas sim uma ideia. Sandmann (2010) nomeia como *propaganda* o resultado da propagação de ideias, enquanto *publicidade* é o esforço feito na divulgação de serviços e produtos. Outros autores, como Carvalho (2010), optam por utilizar esses termos como sinônimos, apesar de apontar diferenças entre eles:

A propaganda política (institucional, religiosa, ideológica) está voltada para a esfera dos valores éticos e sociais, enquanto a publicidade comercial explora o universo dos desejos, um universo particular. A publicidade é mais “leve”, mais sedutora que a propaganda. Como não tem autoridade para ordenar, o emissor utiliza a manipulação disfarçada: para convencer e seduzir o receptor, não deixa transparecer suas verdadeiras intenções, ideias e sentimentos [...] (CARVALHO, 2010, p. 10).

Nesta tese, adotamos um posicionamento semelhante ao dessa autora no que se refere ao uso dos termos “publicidade” e “propaganda”, ou seja, mesmo reconhecendo a existência das diferenças entre eles, usaremos ora um ora outro para nos referirmos ao objeto de nossa análise.

E será que o conceito que temos atualmente de publicidade passou por alterações ao longo da história? Assim como qualquer gênero discursivo, que surge em determinado contexto sócio-histórico-cultural, a publicidade passa por mudanças e adapta-se às situações. Desse modo, a evolução dos meios de comunicação possibilitou o desenvolvimento e a expansão da publicidade, a qual sempre existiu, desde as comunidades ágrafas ou onde a escrita não era tão difundida, sendo a divulgação dos produtos feita somente pelo boca a boca.

Hoje, a publicidade ainda está presente nas ruas, em sua forma mais simples, em que o vendedor tenta convencer os pedestres aos gritos a respeito da qualidade do produto a fim de levá-los à compra, mas também nos surpreendemos com grandes campanhas que envolvem a todos no mais articulado jogo entre tecnologia e sentidos.

Em março de 2013, por exemplo, fomos surpreendidos, no Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba-PR, no túnel que liga o desembarque de passageiros ao saguão do aeroporto, por um corredor inteiramente decorado com adesivos de flores e folhas, no chão e nas paredes; no teto, a representação de um

céu azul; à frente, em um telão, a campanha publicitária “Desabrochando” de O Boticário, na divulgação do perfume Floratta Cerejeira em Flor, e ainda era possível sentir o cheiro da fragrância no ar. Criatividade é o ponto-chave de campanhas publicitárias de sucesso. No entanto, esse sucesso nem sempre está atrelado à aquisição de produtos, pois também consumimos a publicidade em si.

Uma evidência disso é que existe uma alta demanda publicitária, e o fator responsável por gerá-la é o consumo. Consumimos ideias e produtos o tempo todo, vivemos na chamada “sociedade do consumo”, mas precisamos identificar o momento em que o consumo acaba ultrapassando os limites, a ponto de caracterizar a humanidade como consumista, principalmente pensando na relação homem-planeta.

Sabemos que entre ser consumidor e ser consumista há uma grande distância: somos consumidores porque temos necessidade de nos alimentar, de nos vestir, de usar meios de transporte; e podemos nos tornar consumistas quando adquirimos coisas sem ter necessidade, quando compramos pelo simples prazer de comprar, sem fazer uso desse bem ou objeto adquirido, torná-lo descartável, usá-lo o mínimo possível e substituí-lo por outro.

Todavia, estudos antropológicos colocam em pauta a influência sócio-histórico-cultural a que os indivíduos estão sujeitos na hora de consumir. Lima (2010) questiona os critérios para classificar como excessivo ou não um tipo de consumo.

Ora, como avaliar o que é demais? Como pensar em medidas (demais e de menos) quando sabemos que os valores e as medidas variam de uma cultura para outra e mesmo de um meio social para outro dentro de uma sociedade? A divisão entre o que é demais e o que é normal talvez seja aceitável no senso comum. Mas quando se trata de compreender uma cultura, uma sociedade ou um grupo específico, está claro hoje para a antropologia que não se ganha muito com esse tipo de classificação em mente (LIMA, 2010, p. 10).

Se refletíssemos sobre a exploração vivida pelo Brasil desde o século XVI, poderíamos afirmar que o consumo das riquezas de nosso país é um aspecto cultural, portanto um hábito difícil de ser mudado (mas não impossível). Dessa forma, a educação ambiental que vem se formando em nosso país e no mundo é algo que realmente demanda excessivo esforço dos indivíduos para sobrepujar os fatores ambientais em detrimento do conforto e de regalias almeçadas, é a tentativa de reverter um aspecto cultural.

Porém, quando se passou a ter consciência de que o consumo estava deixando de ser necessário para tornar-se excessivo, a caminho do consumismo? Em outras palavras, de que modo e em que momento a consciência ambiental desenvolvida na sociedade brasileira começou a fazer parte do discurso publicitário?

Alguns indicadores mostram que foi somente a partir do final dos anos 1970 que a responsabilidade social na conduta do poder, tanto do Estado como das empresas, começou a se estabelecer na sociedades, criando condições para o crescimento dos movimentos civis, dentre eles o ambientalismo (GIACOMINI FILHO, 2004, p. 33).

O descaso que registramos, no início deste capítulo, sobre a exploração ambiental no Brasil foi, aos poucos, sendo transformado pelos mais diversos setores da sociedade. Passou-se a questionar a atitude imediatista dos seres humanos de querer usufruir tudo o que se possa extrair da Terra para o seu conforto, sem pensar nas gerações futuras ou na própria conservação do planeta como um todo.

Essa mudança de pensamento e atitude surgiu entre os países mais desenvolvidos, pois foram os primeiros a sentir o preço que se paga pela devastação desenfreada dos recursos naturais. E, no Brasil, apenas na segunda metade do século XX é que se passam a questionar com mais afinco essas atitudes, entretanto ainda de forma lenta, pois, como constata Giacomini Filho (2004, p. 16),

Em tese, todos concordam com perda de privilégios para o ganho ambiental. Mas quando tal consequência provoca redução na otimização do progresso, nem cidadãos nem empresas nem governos querem que os sacrifícios ocorram nos seus quintais.

Nesse sentido, de acordo com Ottman (1994), os consumidores buscam proteger o planeta e proteger-se quando assumem a atitude de adquirir produtos considerados “verdes”, excluindo das compras aqueles apontados como “não-verdes”, comportamento denominado por ela de “consumerismo ambiental”.

Nessa nova era de marketing, os produtos passam a ser avaliados não apenas com base em desempenho ou preço, mas na responsabilidade social dos fabricantes. Valor agora inclui a salubridade ambiental do produto e da embalagem, sendo que cada vez mais isto envolverá o impacto a longo prazo de um produto na sociedade após ser usado. A qualidade é uma imagem que não mais se separa do impacto ambiental (OTTOMAN, 1994, p. 8).

Consequentemente, a qualidade da imagem da empresa perante os clientes passa a ser medida pelo comprometimento assumido no setor ambiental, divulgado para o público por meio da propaganda institucional, que visa à divulgação de uma marca ou dos valores da empresa. De acordo com Pinho (1990, p. 23), na propaganda institucional, há interação entre atividades de propaganda e de relações públicas, pois ela “tem o propósito de preencher as necessidades legítimas da empresa, aquelas diferentes de vender um produto ou serviço”.

De fato, como veremos nas propagandas institucionais que compõem nosso *corpus*, as empresas que focalizam o comprometimento mantido com a preservação ambiental, mesmo divulgando algum produto comercializado por elas, extrapolam a simples propagação da marca, os anúncios divulgam a marca atrelada a um valor socialmente prestigiado: a preservação do meio ambiente.

A intenção maior é a de que o público em geral perceba que a empresa X é politicamente correta quando o assunto é meio ambiente; que não ficou para trás em relação a um dos assuntos de abrangência mundial; que pode ser bem quista por toda a sociedade, pois não basta assumir esse valor para si, o que conta é assumi-lo diante dos consumidores.

Para concluir esta parte do trabalho, salientamos que é nesse contexto que muitas empresas passaram a assumir o discurso ambiental em suas propagandas, pois, assim como afirma Giacomini Filho (2004), o meio corporativo tem consciência de que, além dos produtos vendidos a clientes específicos, as pessoas em geral atentam-se quanto ao cumprimento ou não de ações favoráveis à sociedade, como a responsabilidade socioambiental.

No próximo capítulo, apresentamos a teoria que embasa nossas pesquisas, a Semântica Argumentativa, assim como os estudos de Saussure e de Benveniste que a influenciaram e, ainda, os conceitos discutidos por Ducrot, como texto, frase, discurso e enunciado.

## 2 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

### 2.1 AS CONTRIBUIÇÕES DE SAUSSURE

A Semântica Argumentativa, desenvolvida por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, recebeu influência, entre outras, das ideias de Ferdinand de Saussure, publicadas no *Curso de Linguística Geral*. Nas publicações de Ducrot, as referências aos estudos realizados por Saussure confirmam suas reflexões e expandem-se, adaptando-se à teoria ducrotiana, a qual também é influenciada pela Teoria da Enunciação.

Nosso objetivo, nesta seção, é discorrer sobre as contribuições de Saussure à linguística moderna e, em especial, à Semântica Argumentativa de Oswald Ducrot. Para isso, fizemos um trabalho de revisão bibliográfica, ressaltando determinados conceitos linguísticos e algumas reflexões de Saussure que nortearam os estudos ducrotianos.

Ao identificarmos os estudos de Saussure como a base da Semântica Argumentativa, não estamos afirmando que toda a teoria saussuriana esteja presente nos estudos de Ducrot, mas sim que alguns conteúdos da teoria foram ampliados e/ou reformulados, para dar origem ao estudo linguístico que considera a argumentação como inerente à língua.

Nos próximos parágrafos, discorreremos sobre aspectos da vida e da obra de Saussure, visando contextualizar seus estudos no âmbito das reflexões linguísticas às quais submetemos este trabalho. Em seguida, apresentamos os principais conceitos linguísticos divulgados no *Curso de Linguística Geral (CLG)*.

Segundo Depecker (2012), Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, no dia 26 de novembro de 1857, e faleceu no dia 2 de fevereiro de 1913. Ele cresceu em um ambiente propício ao seu desenvolvimento cultural e científico: familiares próximos, como pai, avô e bisavô, já haviam lecionado, na Universidade de Genebra, disciplinas como Filosofia e Ciências Naturais, além de terem conhecimento em diversas áreas, como geologia, química, física, etnologia, entre outras.

Percebemos as influências familiares que Saussure recebeu em âmbito acadêmico, pois, antes de lecionar na Universidade de Genebra, em 1891, descreve Depecker (2012) que Saussure interessou-se por estudos diversos, como

sânscrito, línguas germânicas, química, física, além de desenvolver pesquisas em gramática comparada e trabalhar para a reconstrução do indo-europeu.

Durante os anos de 1907 a 1911, ministrou cursos de linguística geral na Universidade de Genebra, em que expôs suas reflexões sobre a linguagem, algumas das quais consideradas surpreendentes e inéditas no campo linguístico. Ao todo foram três cursos: o primeiro, com duração de um semestre, aconteceu de 16 de janeiro a 3 de julho de 1907; o segundo ocorreu de novembro de 1908 a 24 de julho de 1909; e o último aconteceu de 28 de outubro de 1910 a 4 de julho de 1911.

Conforme Depecker (2012), foram as anotações dos alunos que participaram desses cursos e alguns manuscritos de Saussure que possibilitaram a publicação do *Curso de Linguística Geral*, em 1916<sup>6</sup>. Essa publicação atribuída a ele, na verdade, foi organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir dos seus manuscritos e dos de seus alunos, principalmente os de A. Riedlinger. Destacamos que Charles Bally não foi aluno em nenhum desses cursos, já Riedlinger participou dos dois primeiros, e Sechehaye, do terceiro.

Diante de tais informações, questiona-se a validade de alguns conteúdos abordados no *CLG*, pois há um distanciamento entre Saussure e os efetivos autores que lhe atribuem a autoria. Os organizadores do *CLG* não se mantiveram impessoais ao reunirem o material disponível. Em diversos trechos da obra, acrescentaram comentários e conclusões que não pertencem a Saussure, inclusive a frase que finaliza o *Curso*: “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2012).

Essa frase foi questionada por inúmeros críticos, os quais devem ser compreendidos como críticos do *Curso de Linguística Geral*, e não de Saussure, considerando que o mestre genebrino declarou, em alguns momentos, que não julgava como finalizadas as suas reflexões linguísticas, mas sim que estavam em desenvolvimento.

Signori e Baronas (2012) afirmam que o fato de o *CLG* ter sido estudado como contendo verdades absolutas acerca do pensamento saussuriano e, também, ter sido interpretado como teorias conclusivas do linguista levou, em muitos aspectos, a uma interpretação equivocada sobre quem era e o que Saussure realmente pensava sobre os fatos da linguagem. “É urgente, portanto, que o

---

<sup>6</sup> Em língua portuguesa, a primeira publicação é de 1970.

pensamento saussuriano seja apreendido na sua totalidade, respeitando o seu caráter de inconclusibilidade” (SIGNORI; BARONAS, 2012).

As reflexões linguísticas atribuídas a ele receberam dimensões mais notáveis e passaram a permear os estudos sobre a linguagem de maneira distinta daquela que era realizada até o início do século XX. Sua maior contribuição no campo da linguagem foi possibilitar que a Linguística recebesse o estatuto de ciência, pois, no CLG, há conceitos, até então inéditos, que inauguraram a linguística moderna.

Algumas das ideias desenvolvidas por ele levaram-no a ser visto como um marco dos estudos linguísticos, a ponto de receber o título de “pai da linguística moderna”. Passou-se do estudo comparativo entre as línguas para um estudo em que existia a necessidade de nomear termos e definir concepções essenciais para o estabelecimento científico das línguas, como as conhecidas dicotomias saussurianas (*langue* x *parole*; sincronia x diacronia; relações paradigmáticas x relações sintagmáticas) ou palavras como signo, significante e significado, que foram questionadas, reelaboradas e/ou desprezadas por outros linguistas.

Descrevemos, a seguir, cada uma dessas dicotomias, bem como outras definições de destaque que remetem a Saussure, com o intuito de registrar algumas de suas contribuições aos estudos linguísticos.<sup>7</sup>

Considerados como dois fenômenos de linguagem distintos, língua (*langue*) é social e independente do indivíduo, ao contrário da fala (*parole*), que é individual, ou seja, varia de indivíduo para indivíduo. A interdependência existente entre língua e fala evidencia-se quando esta influencia aquela, fazendo com que se modifiquem hábitos linguísticos. Para Saussure, o único objeto da Linguística é a língua, a qual não constitui uma função do falante, pois é registrada de forma passiva, algo já instituído socialmente e da qual o indivíduo se apropria, particularizando-a em sua fala.

Percebemos, aqui, nessa definição de língua, a influência de Saussure em Ducrot, quando este estabelece que “a argumentação está na língua”, pois o falante se apropria de significados já estabelecidos pela comunidade falante,

---

<sup>7</sup> As definições apresentadas foram consultadas em Saussure (2012).

ou seja, os significados previamente constituídos pela sociedade, para gerar significados em seus textos, sejam orais ou escritos.

A outra dicotomia a ser destacada é referente às leis sincrônica e diacrônica. Para Saussure (2012, p. 134), o estudo diacrônico revela as mudanças ocorridas em palavras através do tempo, já a comparação feita entre termos coexistentes compreende o estudo sincrônico. Ressaltamos que sincronia e diacronia são estabelecidas no nível da língua, e não no da fala, assim os fatos comparativos da língua, por exemplo, só são estudados quando deixam de ser particularidades das falas dos indivíduos e passam a ser incorporados pelo sistema linguístico, utilizado pela comunidade falante.

Em relação a essa dicotomia, podemos definir que as análises linguísticas realizadas nesta tese são, em um primeiro momento, de caráter sincrônico, já que optamos por estudar cada uma das propagandas localizadas em determinado contexto histórico. Entretanto, na conclusão deste trabalho, realizamos, de certa forma, uma análise diacrônica, pois comparamos as Expressões/Palavras que caracterizam as propagandas em cada período histórico.

As relações paradigmáticas (associativas) e as relações sintagmáticas referem-se, respectivamente, à escolha dos elementos linguísticos e à ordem em que esses elementos ficam dispostos em uma frase, em uma palavra ou em uma expressão. Saussure (2012, p. 173) considera a frase um sintagma por excelência, mas ressalta que a frase pertence à fala, e não à língua. Aqui, o autor retoma uma afirmação feita anteriormente, e que se diferencia da concepção de frase apresentada por Ducrot (a qual veremos mais detalhadamente na seção seguinte): para este, a frase, assim como o texto, é uma Entidade Abstrata, expressão que mais se aproxima da concepção de língua de Saussure, e não da de fala.

Como será mostrado mais adiante, as relações sintagmáticas exercem um papel importante na Teoria dos Blocos Semânticos, pois, para Carel e Ducrot (2005), um segmento de discurso estabelece seu sentido a partir de suas relações com outro segmento, apresentando aspecto normativo ou transgressivo. Já as relações paradigmáticas, na TBS, não recebem a mesma importância atribuída por Saussure.

Além dessas três relações dicotômicas, discutidas por Saussure (2012) e apresentadas aqui brevemente, há também os conceitos de signo,

significado e significante, que julgamos pertinente apresentar, mesmo que não de forma aprofundada, apenas com o intuito de frisarmos alguns conceitos disponíveis no *Curso de Linguística Geral*.

Esses termos apresentam-se correlacionados, sendo que um deles abrange os outros dois. Assim, o signo linguístico é compreendido como uma entidade psíquica, formada por duas faces: conceito e imagem acústica, em que a primeira refere-se ao significado, e a segunda, ao significante.

O signo linguístico não é uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (empreinte) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente nesse sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (SAUSSURE, 2012, p. 106).

O *CLG* foi, por muito tempo, a fonte mais citada em referência aos estudos de Saussure, mas a descoberta de manuscritos encontrados na casa de sua família, em Genebra, no ano de 1996, possibilitou novos estudos sobre o conhecimento sistematizado por ele. “Considerando-os em sua lógica, eles formam um conjunto maior que, comparado às notas que já possuíamos, revolucionam a ideia que tínhamos da teoria de Saussure” (DEPECKER, 2012, p. 21).

Na obra *Compreender Saussure a partir dos manuscritos*, Depecker (2012) sistematiza a evolução do pensamento de Saussure por meio de análises e reflexões dos manuscritos descobertos mais recentemente. O autor observa que, devido ao fato de o *CLG* ter sido publicado três anos após a morte de Saussure e por seus principais escritores não terem assistido aos seus cursos, são percebidos nele “inúmeras rupturas, transições abruptas, digressões, saltos na análise” (DEPECKER, 2012, p. 12). Assim, é classificada como problemática a organização do *CLG*.

Passa-se, após uma introdução geral relativamente heterogênea, aos “Princípios gerais”, focados no signo. Para abordar em seguida, ao longo de capítulos que tratam da linguística sincrônica e da linguística diacrônica, a linguística geográfica. O *Curso* se encerra com questões de “linguística retrospectiva” (DEPECKER, 2012, p. 13).

Esses problemas, segundo o autor, são decorrentes da falta de planejamento ao reunir os temas ora por meio de uma organização lógica ora por meio da ordem cronológica dos cursos. Com a pesquisa realizada nos manuscritos de Saussure – anotações pessoais, correspondências, anotações de estudantes –, Depecker (2012) percebeu que a teoria da linguística geral desenvolveu-se a partir de estudos relacionados à reconstrução do indo-europeu.

Desde as Conferências na Universidade de Genebra (1891), ele evoca alguns aspectos da natureza social da língua. Um dos fios condutores é que nem a linguagem nem a língua são coisas naturais, não oferecendo assim nenhuma comparação eficaz com um organismo vivo. [...] Eis em que a lingüística é verdadeiramente uma ciência histórica: na medida em que ela se dedica a “atos humanos”, que envolvam “indivíduo” e “coletividade” (DEPECKER, 2012, p. 128-129).

Para Silveira (2003), o *CLG*, durante os primeiros anos após a publicação, não sofreu questionamentos sobre os conteúdos ali expostos. As críticas iniciaram-se depois da segunda metade do século XX e, a partir delas, o que era considerado inovador nos estudos linguísticos passou a ser apontado como duvidoso, pois as exclusões, ou seja, os temas que não foram abordados no *Curso*, devido à sua complexidade, passaram a se sobressair em relação às sistematizações linguísticas até então inexistentes e reveladas ali pela primeira vez. Nesse período, a obrigatoriedade de se conhecer os estudos saussurianos pela leitura do *CLG* era, “na maioria das vezes, com o estatuto de letra morta, sem nenhum compromisso, mera informação para localizar a sua diferença entre outras teorias linguísticas” (SILVEIRA, 2003, p. 22).

Na obra *Estruturalismo e Linguística* – da coleção *Que é o estruturalismo?*, na qual são abordadas as contribuições da pesquisa estrutural a diversas áreas das Ciências Humanas, como antropologia, poética, psicanálise e filosofia –, Ducrot (1968) traz reflexões sobre a influência do estruturalismo na Linguística.

Já na introdução da coleção, elaborada por François Wahl, destacamos que “[...] Se a palavra Estruturalismo corresponde a algo é bem a uma maneira de colocar e de explorar os problemas nas ciências que tratam do signo: uma maneira que teve seu ponto de partida na linguística saussuriana” (WAHL *apud* DUCROT, 1968, p. 12). Apesar da comum associação entre Saussure e

Estruturalismo, a palavra “estrutura” não aparece nos seus textos, no entanto a palavra “sistema”, frequentemente utilizada por ele, é interpretada como sinônima de estrutura.

Ao considerarmos que todas as línguas seguem determinadas estruturas – como, no português, a formação de algumas orações segundo o modelo “sujeito + verbo + complemento”, ou mesmo o fato de categorizar as palavras em dez classes gramaticais – e que o estudo das estruturas linguísticas existe desde as reflexões aristotélicas, não somos levados a afirmar que o Estruturalismo, tal como vem sendo estudado, sempre esteve presente nos estudos da língua.

No século XX, o Estruturalismo estabelece outro significado à palavra estrutura, “a fim de que remeta a outra coisa que não seja à simples ideia de organização, já presente nas gramáticas mais tradicionais” (DUCROT, 1968, p. 26). O conceito de estrutura linguística estabelece-se a partir do fato de se considerar a organização da língua arbitrária. Nesse sentido é que se consideram como estruturalistas os ensinamentos de Saussure no *Curso de Linguística Geral*.

Em entrevista publicada pela Revista Delta (MOURA, 1998), Ducrot afirma a permanência de sua fidelidade a Saussure, mesmo dando outro direcionamento a seus estudos. Assim, ele destaca a ideia saussureana de que as palavras são definidas pelas próprias palavras, e não pela relação que elas mantêm com o mundo. Ducrot defende a tese de que as palavras são definidas não em relação a outras palavras, mas sim a outros discursos, por isso o que ele tenta construir poderia ser chamado de “estruturalismo do discurso”.

Ducrot (1987), no capítulo intitulado “Estruturalismo, Enunciação e Semântica”, focaliza alguns temas relacionados aos estudos de Saussure. Ele, por exemplo, é contrário à afirmação de Saussure de que uma linguística da língua é possível somente se for também uma linguística da fala.

O autor explica as duas funções existentes na oposição língua-fala de Saussure, uma metodológica e outra material, e afirma que, para ele, a enunciação deve ser “introduzida no interior do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 65), sendo necessário considerar cada ato de enunciação um acontecimento singular, e que o ato de fala individual deve ser reconhecido dentro de um esquema geral da atividade da linguagem: “[...] cada ato de enunciação constitui um acontecimento único, que implica um locutor particular, enquanto o enunciado (a frase) permanece,

por definição, invariável através da infinidade de atos de enunciação de que pode ser objeto” (p. 65).

Assim, verificamos que Oswald Ducrot considera as reflexões de Saussure, mas vai além delas quando destaca a enunciação como fundamental aos estudos linguísticos.

Na seção seguinte, focalizamos a Teoria da Enunciação, desenvolvida por Émile Benveniste e que também influenciou os estudos de Ducrot, apresentando alguns trabalhos desse campo que embasaram o desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua.

## 2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DE BENVENISTE

A Teoria da Argumentação na Língua, como já destacamos anteriormente, é de base estruturalista, pois faz uso de alguns ensinamentos de Saussure, descrevendo seu objeto de estudo a partir dos elementos da língua, contudo a TAL também recebe influência da Teoria da Enunciação, de Émile Benveniste.

Os estudos da enunciação surgiram na França, entre as décadas de 1960 e 1970, trazendo novos elementos à análise textual, como as marcas deixadas pelo sujeito em um enunciado – partem dos conceitos de Saussure e, ao mesmo tempo, opõem-se a eles. Consideramos que toda enunciação é exclusiva, pois sempre há, em determinado lugar (aqui), em algum momento (agora), a pessoa (eu) que se apropria da língua e enuncia a um tu. “Assim, cada análise da linguagem é única também. É da ordem do repetível apenas a organização do sistema da língua” (FLORES; TEIXEIRA, 2008, p. 100).

Flores e Teixeira (2008) argumentam que a Linguística da Enunciação possibilitou o desenvolvimento de várias teorias da enunciação, as quais foram elaboradas por diferentes linguistas, como Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Mikhail Bakhtin, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Culioli, Récanati e Kerbrat-Orecchioni.

Os diferentes focos de estudo desses linguistas – tais como as funções de linguagem de Jakobson, o dialogismo de Bakhtin e o *dictum* e o *modus* na estilística de Bally – ainda permitem que haja características comuns entre elas, que as reúnem entre as teorias da enunciação. Flores (2001) expõe duas

características que as teorias consideradas enunciativas devem ter: a) discussão em torno do pensamento de Saussure; b) contribuição para que se estabeleça um pensamento a respeito da enunciação na linguagem.

Enfatizamos, como exemplo, as conceituações de enunciação elaboradas por Benveniste e Ducrot. Para aquele, a “enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Para Ducrot, a enunciação é “o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1987, p. 168). No Brasil, os estudos sobre enunciação datam da década de 1970, com a publicação de *O intervalo semântico*, de Carlos Vogt (1977).

Charles Bally, ao realizar seus estudos de estilística, foi considerado o primeiro linguista a refletir sobre as marcas do sujeito no enunciado, mas quem realmente se destacou nessa área foi Émile Benveniste, em suas publicações de *Problemas de Linguística Geral*. Com base em Barbisan (2007), destacamos quatro artigos disponíveis nesses dois livros de Benveniste (2005; 2006), os quais corroboram para a compreensão de suas pesquisas sobre enunciação.

Benveniste (2005), no artigo “Os níveis de análise linguística”, propõe que a análise linguística, para ser satisfatória e coerente, deve seguir uma ordem tanto nos fenômenos estudados quanto nos métodos de análise. Desse modo, ele afirma que a noção de nível seria capaz de determinar procedimentos de análise e entende a língua como “sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 2005, p. 127). Nessa conceituação, reconhecemos a aproximação com as ideias de Saussure, para o qual a linguagem constitui-se de um sistema.

A análise linguística proposta por Benveniste (2005) deve partir da segmentação do texto, seguido da substituição de algumas partes que o compõem, resultando no método de distribuição, no qual se consideram as relações sintagmáticas e paradigmáticas dos elementos.

A análise pode, assim, reconhecer e distinguir um nível fonemático, em que se praticam as duas operações de segmentação e de substituição, e um nível hipofonemático, o dos traços distintivos, não segmentáveis, que dependem apenas da substituição (BENVENISTE, 2005, p. 129).

Por meio desses processos, chega-se a dois níveis inferiores de análise: o nível fonemático (dos fonemas, que são segmentáveis e substituíveis) e o nível merismático (dos traços distintivos, que não são segmentáveis, mas apenas substituíveis).

Após essa descrição de análise da palavra, Benveniste (2005) recorre a um nível superior aos apresentados anteriormente: o da frase. Nesse momento, ele destaca a importância do sentido como “a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter status lingüístico” (BENVENISTE, 2005, p. 130). E completa, mais adiante, que é necessário observar “como o sentido intervém nas nossas operações e de que nível de análise ele depende” (BENVENISTE, 2005, p. 131).

Para o linguista, o nível da frase é bem mais complexo que o da palavra, pois a frase não é apenas uma soma de suas partes, mas se forma por meio do sentido do todo, o qual é dividido entre os elementos que a formam.

Após expor que os merismas constituem um nível inferior; a frase, superior; e os signos, um nível intermediário, Benveniste (2005) coloca em questão a relação forma e sentido como um problema presente na linguística moderna, mas os considera como “inseparáveis no funcionamento da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 136).

Forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua. As suas relações parecem-nos implicadas na própria estrutura dos níveis e na das funções que a elas correspondem, que aqui designamos *constituente* e *integrante* (BENVENISTE, 2005, p. 135).

A língua é definida de duas maneiras distintas: como o conjunto de signos, organizado em sistemas, e como uma manifestação no processo de comunicação. A frase é considerada a “unidade do discurso”, e suas três modalidades (interrogativa, assertiva e imperativa) são os três modos de o homem falar e agir pelo discurso sobre o outro, o seu interlocutor. Para ele, “é no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem” (BENVENISTE, 2005, p. 140).

Nesse estudo de Benveniste, observamos que o autor, ao mesmo tempo em que se aproxima das ideias de Saussure, também se distancia delas, pois apresenta novas definições, como, por exemplo, os acréscimos à definição de

língua, a qual, além de ser vista como o conjunto de signos em um sistema, caracteriza-se por manifestar-se no processo de comunicação.

Outro trabalho de Benveniste que contribuiu com a noção de enunciação é “Forma e Sentido na Linguagem” (2006). Esse artigo originou-se de uma conferência proferida por Benveniste, em um Congresso de Filosofia, em que um dos temas referia-se aos problemas de linguagem.

Ele deixa claro que sua abordagem parte do ponto de vista linguístico, e não filosófico, e explica que as reflexões apresentadas resultam de seus estudos pessoais, e não de um grupo de linguistas. Destaca que muitos estudiosos preferem deixar de lado a questão do sentido na língua, pois acreditam que a subjetividade escapa aos seus domínios de estudo, os quais devem ser estabelecidos por meio de técnicas concretas e precisas.

Benveniste (2006) considera os aspectos da forma mais concretos, definidos e passíveis de serem descritos, ao contrário do sentido, que se caracteriza por manifestações livres e imprevisíveis. Para ele, sentido é o “conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores” (BENVENISTE, 2006, p. 222).

A oposição forma e sentido, para o autor, em um primeiro momento, é classificada como banal, no entanto ela se torna extremamente necessária quando interpretada no funcionamento da língua. Essa oposição leva àquilo que ele nomeia como “o problema da significação”. Para ele, “a linguagem é a atividade significativa por excelência, a imagem mesma do que pode ser a significação” (BENVENISTE, 2006, p. 223). Não é possível compreender a significação como uma característica que se agregou à linguagem, mas sim que ela é própria da linguagem.

Benveniste (2006) corrobora Saussure, ao definir a língua tal qual um sistema de signos. Observa que o signo apresenta-se tanto como significante como significado. O significante é considerado uma forma sonora, a qual determina o significado. “[...] o signo se define como a unidade semiótica; ele é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (BENVENISTE, 2006, p. 227).

Ao considerar o significado, Benveniste (2006) afirma que é necessário questionar se algo tem sentido, ou seja, se significa ou não. Um signo tem existência apenas no uso da língua, é quando ele passa a significar algo.

Para o linguista, a língua deve ser considerada pela forma (a língua como semiótica) e pelo sentido (a língua como semântica). “Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência” (BENVENISTE, 2006, p. 229).

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua, a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca língua em ação. [...] enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (BENVENISTE, 2006, p. 229-230).

Destacamos, nessa produção de Benveniste, a afirmação de que a existência de um signo depende do uso que se faz dele na língua. Fazemos a correlação dessa afirmação com a aplicabilidade da Teoria dos Blocos Semânticos no *corpus* selecionado: trata-se da análise dos signos que se materializam em textos reais, em propagandas que circulam na sociedade, ou seja, é o uso dos signos na língua, materializados em textos. Além disso, se, para ele, a significação não se agrega à linguagem, pois já é própria dela, aproxima-se da noção de argumentação defendida na Teoria da Argumentação na Língua.

Benveniste (2006), em “O aparelho formal da enunciação”, estabelece a diferença entre o emprego das formas e o emprego da língua. O emprego das formas linguísticas tem-se reduzido a certo número de modelos, que abrangem apenas os elementos fundamentais da língua, ou seja, esses modelos não são suficientes para todas as estruturas linguísticas. O emprego da língua afeta toda a língua, exatamente por ser um mecanismo total e constante.

É a partir do emprego da língua que se define enunciação, que é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). O discurso é entendido como uma manifestação da enunciação, produzido a cada ato de fala.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, 2006, p. 83-84).

Ao introduzir no discurso aquele que fala, a enunciação dispõe de algumas palavras que a revelam, como: eu e tu; este e aqui; pronomes pessoais e pronomes demonstrativos, chamados de indivíduos linguísticos; e as formas temporais.

Ressaltamos que a definição de locutor, aqui apresentada como “aquele que fala”, relaciona-se às marcas deixadas por ele no enunciado, que foram introduzidas por meio da enunciação, a qual coloca a língua em funcionamento. Veremos, em nossas análises, o destaque dado ao locutor que, para Ducrot (1988), é o sujeito responsável pelo enunciado.

No artigo “Da Subjetividade na linguagem”, Benveniste (2005) questiona a definição simplista de linguagem como instrumento de comunicação. Para ele, a linguagem não pode ser vista como um simples instrumento (no sentido daquilo que se fabrica para o exercício de alguma ação – um serrote, um lápis, um giz), pois ela “está na natureza do homem, que não a fabricou”. [...] “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (BENVENISTE, 2005, p. 285; 286).

A subjetividade aqui não diz respeito à psique das pessoas, nem à impressão que temos de nós mesmos, ela é a capacidade que o locutor tem para se colocar como sujeito da enunciação, o “ego” que enuncia *ego*. Para Benveniste (2005, p. 286),

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. [...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. A polaridade das pessoas é na linguagem a condição fundamental, cujo processo de comunicação, de que partimos, é apenas uma conseqüência totalmente pragmática.

Segundo Benveniste (2005), a subjetividade, que se revela na linguagem, é expressa por: pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, dêiticos, advérbios e adjetivos, palavras como isto, aqui, agora, isso, ontem, no ano passado, que se organizam em torno do sujeito.

Nesse artigo, ao criticar a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, Benveniste questiona essa visão simplista de linguagem, possibilitando o surgimento de novas formas de concebê-la. Lembramos que, anteriormente a essa concepção, a linguagem era entendida como “expressão do pensamento” e, após os estudos que consideram a língua “em uso”, passou-se a considerar a linguagem enquanto interação, a qual vem ao encontro dos questionamentos de Benveniste apontados aqui.

Os textos que expomos sobre os estudos de Benveniste, publicados em *Problemas de linguística geral I e II*, representam parte da teoria desse autor, que se insere na Linguística da Enunciação. Na próxima seção, focalizamos as características dos trabalhos iniciais de Ducrot e Anscombe sobre a argumentação.

### 2.3 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE DUCROT E ANSCOMBRE

Flores (2001) apresenta uma cronologia dos trabalhos de Ducrot, dividindo-os em quatro fases: a) a primeira representa a teoria clássica da argumentação, em que se destacam as reflexões referentes à pressuposição e aos atos de linguagem; b) a segunda fase abrange os estudos da teoria polifônica e das palavras responsáveis pela organização do enunciado, pertencentes à Teoria da Argumentação na Língua; c) a terceira fase engloba a Teoria dos *Topoi* Argumentativos; d) a atual fase trabalha com a Teoria dos Blocos Semânticos e com os modificadores realizantes/desrealizantes.

Em relação a essa cronologia, observamos que duas dessas informações não condizem com o exposto em Ducrot (1988; 2005) sobre, respectivamente, a polifonia e a fase atual da teoria. Em Ducrot (1988), o autor discute as características pertencentes à primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua e apresenta a sua segunda fase, quando lhe foram acrescentadas as noções de polifonia e de *topos*.

Sendo assim, diferentemente do que mostra Flores (2001), a primeira fase da teoria, nomeada de “forma *standard*”, apesar de apresentar algumas noções de polifonia, não traz ainda a sistematização dessas noções, as quais serão abordadas mais detalhadamente apenas na segunda fase da TAL, como vemos em Ducrot (1988, p. 52):

Esta teoría que trabalho conjuntamente com J.-C. Anscombe ha tomado de manera sucesiva dos formas diferentes. La primera, que llamo “forma standard”, está presentada en nuestro libro *L’argumentation dans la langue* [...]. La segunda, que llamo “forma reciente” es la que voy a presentar en este seminario. Su característica principal es la de hacer intervenir la noción de polifonía, es decir busca integrar la polifonía al estudio de la argumentación. Por otra parte, esta forma utiliza la noción de *topos*, concepto al cual me referiré más adelante.<sup>8</sup>

Outra observação que fazemos dessa cronologia é sobre a atual fase da Teoria da Argumentação na Língua, pois, segundo nossas pesquisas, ela se refere apenas à Teoria dos Blocos Semânticos, e não aos modificadores realizantes/desrealizantes. Ducrot (2005, p. 183) percebe uma aproximação dos internalizadores normativos com os modificadores realizantes, e dos internalizadores transgressivos com os modificadores desrealizantes, mas suas pesquisas na TBS não mostram maior aprofundamento nesse aspecto.

Com base em tais informações, os primeiros trabalhos de Ducrot (publicados em 1968 e durante a década de 1970) não se referem, substancialmente, à Teoria da Argumentação na Língua (TAL) desenvolvida, na década de 1980, juntamente com Jean-Claude Anscombe.

Na verdade, segundo Fernandes Ferreira (2006), não podemos demarcar o ano de 1983, data de publicação de *L’argumentation dans la langue*, como o momento exato em que Ducrot e Anscombe iniciam seus estudos sobre a argumentação na língua. Podemos, sim, definir essa data como o momento em que declaradamente apresentam a teoria que defendem, mas cabe destacar aqui que, em 1973, no artigo “As escalas argumentativas”, os autores desenvolvem o primeiro trabalho referente ao estudo da argumentação na língua. Além disso, Oswald Ducrot, em 1974, orientou a tese de doutorado de Carlos Vogt, a qual faz referência direta à Semântica Argumentativa.

Assim, iniciamos nossas considerações sobre os estudos de Ducrot por meio da obra *Princípios de Semântica Linguística: dizer e não dizer* (1972), em que a língua não é um código ou instrumento de comunicação, como definiu

---

<sup>8</sup> “Esta teoria que trabalho em conjunto com J.-C. Anscombe apresenta sucessivamente duas diferentes formas. A primeira chamo de “forma *standard*”, apresentada em nosso livro *L’argumentation dans la langue* [...]. A segunda, que chamo de “forma recente”, é a que vou apresentar neste seminário. Sua característica principal é a de fazer intervir a noção de polifonia, ou seja, busca integrar a polifonia ao estudo da argumentação. Além disso, essa forma utiliza a noção de *topos*, conceito ao qual me referirei mais adiante” (tradução nossa).

Saussure, ela é o “estabelecimento das regras de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana” (DUCROT, 1972, p. 12). A partir disso, o autor apresenta o pressuposto como uma forma de implícito, já que, muitas vezes, as pessoas se expressam sem, contudo, revelar os pormenores do seu dizer, pois pressupõe-se que o interlocutor possa compreendê-lo a partir do enunciado posto.

Em seguida, o autor apresenta duas formas de implícito introduzidas por meio de procedimentos externos à língua (DUCROT, 1972, p. 15): a) o implícito do enunciado; b) o implícito fundado na enunciação.

O implícito no enunciado refere-se ao fato de dizer A para significar B, deixando que o interlocutor chegue à conclusão. Por meio do silogismo, deixa-se explícita a premissa menor, visando que se chegue à premissa maior, expressa implicitamente. Esse recurso é frequentemente utilizado em anúncios publicitários, como: “Agora, seu sorriso é muito mais bonito com o novo creme dental X”.

O implícito fundado na enunciação, nomeado por Ducrot como os “subentendidos do discurso”, refere-se tanto ao conteúdo do que foi enunciado quanto ao fato da enunciação. Assim, aquele que toma a palavra não é livre para fazê-lo em qualquer contexto, correndo o risco de ser questionado por seu interlocutor, como: “Com que direito você diz isso? Por que você diz isso?” (DUCROT, 1972, p. 16).

Para Ducrot, o implícito, de certo modo, deixa de ser responsabilidade do locutor e passa a ser responsabilidade do interlocutor, pois o primeiro pode esquivar-se diante do questionamento do outro, apoiando-se naquilo que foi dito e desviando-se do não-dito.

Já a pressuposição, chamada também de pressuposição linguística, é apresentada como foco principal dos quatro primeiros capítulos do livro e é vista como um tipo de implícito não discursivo. No segundo capítulo, em que faz uma apresentação histórica sobre esse assunto, Ducrot (1972) expõe que o artigo de G. Frege, “Sobre o Sentido e a Referência”, é considerado um estudo inaugural da pressuposição, além de citar os trabalhos de outros filósofos da linguagem, como Russell, Strawson, Collingwood, Fillmore e Austin. Ducrot (1972, p. 78) conclui que

Nossa esperança é portanto que a especificidade do pressuposto em relação ao posto, difícil de ser descrita tanto em termos de condição de emprego como de modalidade afirmadas, se deixe melhor caracterizar em termos de atitude linguística, de jogo de fala.

O início das análises linguísticas de Ducrot é marcado pela utilização da teoria dos filósofos de Oxford, por isso, no terceiro capítulo da obra em questão, ele descreve a pressuposição como “um ato de falar particular” (DUCROT, 1972, p. 79). Além disso, faz uma reinterpretação dos enunciados performativos, de Austin, por meio da referência a Benveniste, para o qual os enunciados com valor de performativo revelam a subjetividade presente na linguagem.

Nessa obra de Ducrot, ainda, destacamos que, para distinguir postos e pressupostos, o autor utiliza a negação, a interrogação e o encadeamento. No entanto, tais regras, para ele, parecem não satisfazer plenamente essa distinção. Assim, no quarto capítulo, “A pressuposição na descrição semântica”, Ducrot (1972, p. 116) afirma:

[...] a noção de pressuposto não pode ser aplicada de maneira isolada, mas somente no interior de uma tentativa global de descrição semântica. Em muitos casos, é a coesão desta descrição em seu conjunto que fornece o único motivo determinante para atribuir a determinado enunciado um pressuposto e não outro.

Esses primeiros estudos de Ducrot já apresentam noções como as de locutor e de interlocutor, descritas por ele como pertencentes à Teoria da Polifonia, a qual será oficialmente apresentada no final da década de 1980, tal como veremos mais adiante nesta tese. Desse modo, mesmo que consideremos alguma obra como a oficialização de determinado saber, como, por exemplo, *L'argumentation dans la langue* (1983), que apresenta a TAL, e *Polifonía y Argumentación* (1988), que apresenta a segunda fase da TAL, os conteúdos nelas trabalhados já haviam sido publicados em artigos.

Em *Provar e Dizer: leis lógicas e leis argumentativas*, Ducrot (1981), no prefácio da obra, apresenta-a como “o esboço de uma teoria geral da argumentação”, considerada “inerente à atividade linguística”. Tal pesquisa tem origem nas reflexões de Benveniste a respeito da enunciação, a qual está presente no interior dos enunciados.

As discussões linguísticas apresentadas no livro não se restringem aos estudos elaborados por Ducrot, mas mostram também as questões de lógica relacionadas à língua enquanto tema abordado por outros linguistas ou filósofos. A obra está dividida em quatro partes: a primeira estabelece os problemas decorrentes da relação entre língua e lógica, apresentando três maneiras de considerar essa relação: reducionista; confrontação da realidade linguística e os sistemas lógicos;

uma nova lógica, mais adequada à comunicação verbal. Ducrot praticamente deixa de lado a primeira abordagem, que se caracteriza por considerar que um sistema lógico existente forma a estrutura profunda de línguas naturais; na segunda e na terceira partes, Ducrot estuda a segunda abordagem da relação entre língua e lógica, estabelecendo confrontos, inicialmente na língua e, depois, no discurso; na quarta parte, ele apresenta conceitos sobre a Lógica da Linguagem, enfatizando seu estudo sobre as escalas argumentativas, a qual se enquadra (diferentemente das outras partes do livro) na teoria *Standard* da Teoria da Argumentação na Língua.

Ducrot (1987), no prefácio da edição, esclarece que suas pesquisas linguísticas passaram por mudanças teóricas ao longo de todo o seu trabalho. Ele apresenta oito textos produzidos desde 1968, dividindo-os em duas linhas de pesquisa: a) Pressuposição e atos de linguagem; b) Enunciação. Os sete primeiros textos são artigos publicados em revistas, e o último artigo, uma apresentação da Teoria da Enunciação, a atual linha de pesquisa do autor.

O linguista adverte que há explícitas contradições em seus textos, explicando que isso se deve ao fato de suas pesquisas terem sido, inicialmente, embasadas em autores anglo-americanos, da filosofia da linguagem, como Strawson, Austin e Searle, que estudam o ato ilocutório da linguagem. Posteriormente, Ducrot buscou ultrapassar a noção de ato ilocutório e passou para o estudo da enunciação, em uma concepção polifônica, da qual tratamos mais adiante.

No primeiro capítulo, em “Pressupostos e subentendidos: a hipótese de uma semântica linguística”, publicado originalmente em 1969, Ducrot (1987) aborda a questão dos enunciados, os quais podem ser compreendidos somente por meio das circunstâncias da enunciação. Ele apresenta a distinção entre pressuposto e subentendido, mostrando que “a detecção de pressupostos não está ligada a uma reflexão individual dos falantes, mas está inscrita na língua” (DUCROT, 1987, p. 24). Já em relação ao subentendido, afirma que

[...] resulta de uma reflexão do destinatário sobre as circunstâncias de enunciação da mensagem e deve ser captado, através da descrição linguística, ao final de um processo totalmente diferente, que leve em conta, ao mesmo tempo, o sentido do enunciado e suas condições de ocorrência e lhes aplique leis lógicas e psicológicas gerais (DUCROT, 1987, p. 25).

Após atingirmos o objetivo desta seção (apresentar os estudos de Ducrot que antecedem a TAL), mostramos, na próxima seção, a primeira fase da TAL e, em seguida, a reformulação da teoria influenciada pelas noções de polifonia e de *topoi* argumentativos.

## 2.4 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

### 2.4.1 Primeira Fase da Teoria da Argumentação na Língua

De acordo com Ducrot (1989), a Teoria da Argumentação na Língua surgiu a partir do questionamento que Ducrot e Anscombe fizeram sobre a concepção de argumentação que prevalecia nos estudos da linguagem até então, a “concepção tradicional”, que consiste em: um sujeito elabora um segmento A, que servirá de argumento para justificar uma conclusão C, como em A logo C. Considera-se aqui que A indica um fato F, o qual representa uma realidade falsa ou verdadeira, que irá acarretar na verdade ou na falsidade da conclusão C, isto é, o fato F implica a conclusão C. Desse modo, se, para que o argumento A chegue à conclusão C, não pode existir dependência dos elementos da língua, essa “passagem” decorre de influências, como a situação de discurso e certas leis (psicológicas, lógicas, retóricas e sociológicas), o que permite a afirmação de que a argumentação não está determinada pela língua.

O autor discorda dessas influências externas, porque, para ele, as línguas apresentam duplas de frases parecidas, sendo que, em determinada situação de enunciação, caberia o uso de uma, e não de outra, pois expressam diferentes argumentações. Como exemplos dessas frases, temos: (a) Pedro trabalhou pouco; (b) Pedro trabalhou um pouco. Nelas, o uso de pouco ou de um pouco orienta a argumentação para algo mais negativo (trabalhou pouco) ou mais positivo (trabalhou um pouco), portanto justifica conclusões diferentes. Ao discordar da concepção tradicional de argumentação, que faz referência a seres do mundo, ao valor de verdade dos enunciados, Ducrot e Anscombe elaboram a tese segundo a qual a argumentação está na língua.

A primeira fase da teoria, chamada de forma padrão ou forma standard, foi marcada pela publicação de *L'argumentation dans la langue*, em 1983, na qual Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombe apresentam a argumentação

como inerente à língua, como observamos na análise argumentativa do termo “mesmo”:

Notre thèse est donc que *même* a fondamentalement une valeur argumentative, que son apparition au cours d' une énonciation présente une proposition p' comme un argument en faveur d' une conclusion r, et un argument plus fort que des propositions p antérieures, pour cette conclusion et pour le locuteur considéré, bien entendu. Dans cette optique, même révèle l'existence d'une organisation argumentative inscrite dans la langue - primitive donc -, et en particulier non déductible de valeurs informatives ou logiques (ANSCOMBRE; DUCROT, 1997, p. 58).<sup>9</sup>

Mesmo que essa seja considerada a obra inaugural da teoria, publicações anteriores, divulgadas originalmente em revistas e, depois, reunidas em livros, como as escalas argumentativas, de Ducrot (1981), já apresentavam estudos relacionados à forma padrão da teoria, em que os autores consideram o sentido dos enunciados a partir de argumentos e conclusões.

Ducrot (1981), em seus estudos de Semântica Linguística, parte da observação, por ele mesmo considerada banal, de que os atos de enunciação desempenham funções argumentativas, as quais levarão o destinatário a chegar a determinada conclusão ou a desviar-se dela. E explica que essa função deixa marcas na estrutura do enunciado:

[...] o valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações por ela trazidas, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção (DUCROT, 1981, p. 178).

Outros termos utilizados para justificar essa afirmação de Ducrot são, inicialmente, as conjunções “já que” e “mas”; acrescentando as palavras “até mesmo”, citadas por Anscombe<sup>10</sup>. Ducrot argumenta que, ao se utilizar a palavra mas, por exemplo, o locutor não pretende apenas opor o argumento A ao argumento

<sup>9</sup> “Nossa tese é, portanto, a de que [o termo] ‘mesmo’ tem fundamentalmente um valor argumentativo, que seu aparecimento no decorrer de uma enunciação apresenta uma proposição p’ como um argumento em favor de uma conclusão r, e um argumento mais forte que as proposições p anteriores, para essa conclusão e para o locutor considerado, logicamente. Nessa ótica, ‘mesmo’ revela a existência de uma organização argumentativa inscrite na língua – primitiva, portanto – e, em particular, não deduzível de valores informativos ou lógicos” (tradução nossa).

<sup>10</sup> *Même le roi de France este sage. Communication*, n. 20, 1973, p. 40-82 (*apud* DUCROT, 1981, p. 179).

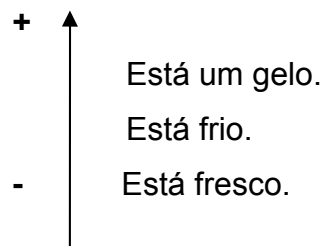
B, ele pretende mostrar que, para o argumento A, existe uma conclusão r, no entanto o argumento B estabelece uma conclusão não r.

Assim, “o próprio enunciado contém uma alusão a uma caracterização argumentativa das proposições que o constituem” (DUCROT, 1981, p. 179). No caso do “até mesmo”, a força argumentativa do enunciado “Até mesmo a professora foi à festa” é bem maior que a do enunciado “A professora foi à festa”, o qual se mostra mais informativo que argumentativo.

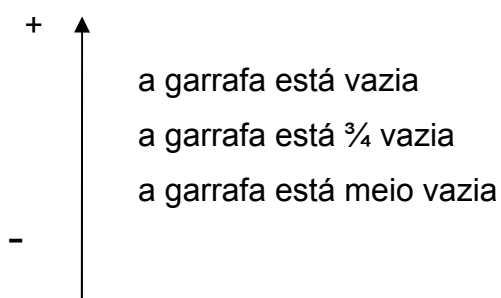
Ao analisar essas palavras no discurso, Ducrot (1981, p.180-181) estabelece as noções de classe argumentativa e de escala argumentativa. A classe argumentativa (C.A.) refere-se aos argumentos p, p' que se orientam para uma mesma conclusão r. Quando houver uma gradação de importância em relação a esses argumentos, eles estarão inseridos em uma escala argumentativa (E.A.) a qual levará o interlocutor a uma mesma conclusão r.

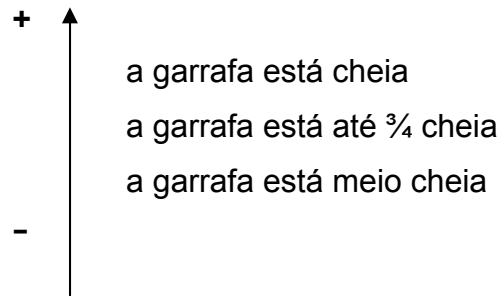
O exemplo dado por Ducrot (1981) é “Pedro e mesmo Paulo vieram” Considerando “Pedro” o argumento p, e “mesmo Paulo”, o argumento p', na escala argumentativa, o p' tem maior importância para a conclusão r: “O programa prometia tanto que Pedro e mesmo Paulo vieram” (DUCROT, 1981, p. 182).

Os adjetivos, segundo Ducrot (1981), também podem ser considerados dentro de uma escala argumentativa. Exemplo:



Outros exemplos de escala argumentativa ainda são citados por Ducrot (1981, p. 186-187): “Eu não estou inquieto” e “Eu estou pouco inquieto”; “Eu estou muito inquieto” e “Eu estou um pouco inquieto”. E finaliza com as duas escalas seguintes:





Considerando os dois últimos enunciados de cada escala, “meio vazia” é um argumento que leva a concluir que se deve encher a garrafa, já o “meio cheia” direciona para a conclusão de que a garrafa deve ser esvaziada um pouco.

A negação é considerada por Ducrot (1981) um fenômeno sintático-semântico que pode ser analisada de acordo com as escalas apresentadas anteriormente. Assim, “se  $p'$  é mais forte que  $p$  em relação à  $r$ ,  $\sim p$  é mais forte que  $\sim p'$  em relação à  $\sim r$ ” (p. 189), como mostra a figura a seguir.



(DUCROT, 1981, p. 189)

Além de Ducrot, destacamos três obras de linguistas brasileiros sobre o estudo da argumentação como própria da linguagem: *O intervalo semântico: contribuição para uma Teoria Semântica Argumentativa*, de Carlos Vogt (1977); *Argumentação e Linguagem*, de Ingedore Koch (2006); *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*, de Eduardo Guimarães (2007).

Considerada a obra inaugural, no Brasil, sobre Semântica Argumentativa, os estudos de Vogt foram desenvolvidos, primeiramente, em sua tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas, sob orientação de Ducrot. Segundo Vogt (1977), os enunciados, que constituem o discurso, organizam-se de acordo com sua natureza argumentativa, tornando-se mais fortes, menos fortes, ou de igual importância argumentativa, apresentando também, dentro da escala argumentativa, graus de importância. O autor ainda esclarece os elementos constituintes de uma situação argumentativa, considerando que,

[...] se a argumentação que visa a um determinado fim, a uma dada conclusão, se desenvolve ao nível da posição dos enunciados, o pressuposto seria o acordo de base que, lingüisticamente, o sujeito dessa argumentação procura impor ao seu interlocutor. Esses elementos constituiriam o que, de um modo geral, poderíamos chamar de situação argumentativa (VOGT, 1977, p. 266).

Situando suas análises lingüísticas na macrossintaxe do discurso (outra definição dada à Semântica Argumentativa), Koch (2006, p. 102) considera, com base em Ducrot, Anscombe e Vogt, que “o uso da linguagem é inerentemente argumentativo”. Sendo assim, a língua apresenta palavras diretamente relacionadas à argumentação na língua, chamadas de operadores argumentativos ou discursivos, como: mas, já que, embora, pois, até, inclusive, também, senão, apenas, somente, isto é, aliás, então e afinal. Para Koch (2006, p. 107),

Evidencia-se, portanto, que essas instruções, codificadas, de natureza gramatical, supõem evidentemente um valor retórico da construção, ou seja, um valor retórico – ou argumentativo – da própria gramática. O fato de se admitir a existência de relações retóricas ou argumentativas inscritas na própria língua é que leva a postular a argumentação como o ato lingüístico fundamental.

Guimarães (2007) apresenta um estudo detalhado a respeito das conjunções responsáveis pela articulação dos enunciados, na linha teórica da semântica da enunciação. Para ele, baseando-se em Ducrot, enunciação é “um evento histórico do aparecimento do enunciado” (GUIMARÃES, 2007, p. 12), que independe do sujeito para existir.

Nas análises dos enunciados apresentadas, o linguista destaca a importância da classe argumentativa, a qual “é constituída pelos enunciados cujos conteúdos, regularmente, se apresentam como argumentando para uma conclusão” (GUIMARÃES, 2007, p. 27). Outro conceito importante é o de escala argumentativa, “uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados” (GUIMARÃES, 2007, p. 28).

As conjunções são nomeadas por Guimarães como operadores de argumentação. Em um primeiro momento, ele observa como os segmentos articulados são organizados levando em conta a enunciação. Analisa o uso de alguns operadores em enunciados como: “Maria comprou o carro, **logo** vendeu a casa”; “Seu fracasso é relativo, **pois** se expressa pela vontade de viver”; “Os

jogadores treinaram bastante, **além disso** estão muito motivados” (GUIMARÃES, 2007, p. 36-47).

O linguista apresenta, ainda, o estudo das conjunções **já que, e, não só... mas também, ou... ou, mas, ou, embora, para que, quando e que**. Posteriormente, ele as coloca em um quadro (GUIMARÃES, 2007, p. 76), sintetizando as análises realizadas, comparando as características das frases com conjunção, em diversas situações enunciativas, como: inversão das orações, alcance da negação (toda a frase), alcance da pergunta (toda a frase) e encadeamento no texto. Com o estudo do papel semântico das conjunções em frases, Guimarães (2007) conclui a respeito das relações de coordenação e subordinação. Para ele,

[...] a subordinação é uma relação oracional, e a coordenação e segmentação são relações textuais, a orientação argumentativa é o modo de organização do texto cuja materialidade são a coordenação e segmentação. Coordenação, segmentação e subordinação, cada uma a seu modo, constituem aspectos do funcionamento discursivo. Por outro lado tanto *subordinação*, *coordenação* como *segmentação* convivem com a polifonia da enunciação e a intertextualidade. Isto mostra como a dialogia interna percorre todo o texto, independentemente da representação de unidade textual ou oracional (GUIMARÃES, 2007, p. 195).

Após discorrermos sobre os estudos de Vogt (1977), Koch (2006) e Guimarães (2007) sobre a argumentação discursiva de palavras que direcionam o enunciado para determinada conclusão, tal como apresenta Ducrot (1981), no capítulo “As escalas argumentativas”, continuaremos a dissertar sobre a primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua, quando tratamos das definições ducrotianas de termos importantes para a pesquisa semântica, tais como frase, texto, enunciado e discurso.

Ducrot (1984; 1987; 1988) apresenta algumas denominações linguísticas, iniciando pela distinção entre frase e enunciado, e entre significação e sentido. Essas denominações são intituladas por Ducrot (1988) como “noções semânticas preliminares”, as quais são apresentadas ainda na primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua. Frase é considerada como uma invenção da gramática, pois não é o objeto observável para o linguista, mas um objeto teórico – o linguista a constrói para analisar os enunciados. Enunciado, ao contrário, é o que o linguista toma como objeto observável, é a ocorrência de uma frase, um fragmento

de discurso. “Fazer a gramática de uma língua é especificar e caracterizar as frases subjacentes aos enunciados realizados através desta língua” (DUCROT, 1987, p. 167).

Ducrot (1987, p. 168) distingue de frase e enunciado o termo enunciação, para o qual atribui três acepções, sendo adepto da terceira:

- 1) uma atividade psicofisiológica;
- 2) um segmento de discurso;
- 3) um acontecimento que ocorre por meio do aparecimento de um enunciado.

Para ele, “a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dado existência a alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois. É esta aparição momentânea que chamo ‘enunciação’” (DUCROT, 1987, p. 168).

Na sequência, ele estabelece uma correlação entre a diferença de frase e enunciado e a distinção entre significação e sentido: “Quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua ‘significação’, e reservarei a palavra ‘sentido’ para a caracterização semântica do enunciado” (DUCROT, 1987, p. 169).

Desse modo, segundo Ducrot, a significação está para a frase, assim como o sentido está para o enunciado. Ducrot (1984), na *Enciclopédia Einaudi*, no capítulo referente à enunciação, apresenta a distinção das terminologias frase e texto; enunciado e discurso; significação e sentido, e estabelece a definição de enunciação e atividade linguística.

Para Ducrot (1984, p. 368), a classificação *type* – frase, entidade abstrata – e *token* – enunciado, manifestação concreta – deve ser revista, devido às diferentes interpretações do segundo termo. Em consequência disso, o autor apresenta três acepções do termo “realização”:

- a) sentido 1: refere-se ao objeto produzido, àquilo que foi realizado.  
Ex.: As realizações desta empresa são condizentes ao seu discurso ecológico.

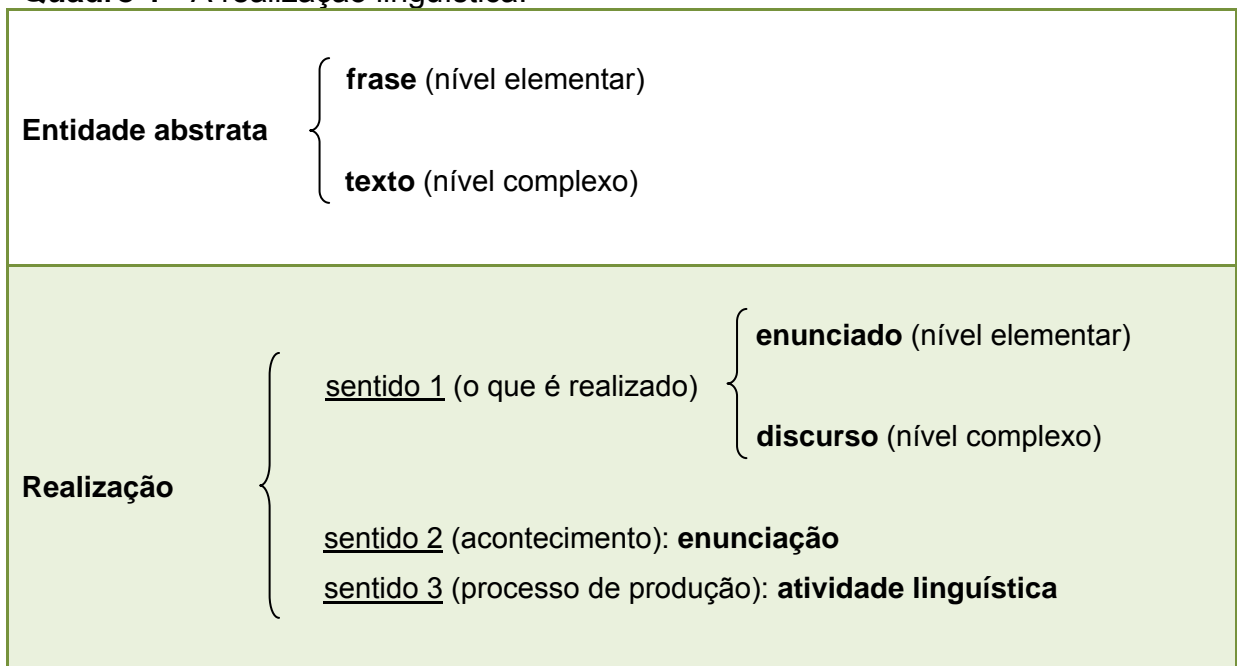
- b) sentido 2: refere-se ao fato de determinado objeto ser produzido.  
Ex.: A realização dessa propaganda é quase impossível.
- c) sentido 3: refere-se a todo o processo percorrido por algo até se chegar a um resultado. Ex.: A realização deste anúncio publicitário durou duas semanas.

Assim, realização linguística é “a atividade psicofisiológica que conduziu o locutor a dizer aquilo que disse, e cujo produto são as palavras, pronunciadas ou escritas” (DUCROT, 1984, p. 369).

A partir das definições – frase é uma entidade abstrata; texto é uma sequência de frases; enunciado é a realização (no sentido 1) de uma frase; e discurso é a realização (no sentido 1) de um texto –, o autor afirma que uma frase pode gerar vários enunciados, mas um enunciado jamais poderá ser realizado mais de uma vez, pois, a cada manifestação de determinada frase, um novo enunciado é produzido. Já enunciação é, para Ducrot (1984), a realização individual, em determinado tempo e lugar, do material linguístico.

O quadro a seguir foi retirado de Ducrot (1984), apresentando algumas modificações para esta tese.

**Quadro 1 - A realização linguística.**



**Fonte:** baseado em Ducrot (1984, p. 369).

Nesse quadro, observamos que tanto a frase quanto o enunciado estão no nível elementar. Porém, enquanto este se refere à realização (sentido 1), aquela manifesta-se na entidade abstrata. Texto e discurso apresentam-se no nível complexo, no entanto o primeiro é considerado uma entidade abstrata, e o segundo, a realização, no sentido 1. No sentido 2 de realização (acontecimento), encontra-se a enunciação. O processo de produção, no sentido 3 de realização, é considerado uma atividade linguística.

Nesta tese, não somos fieis à diferenciação entre texto e discurso apresentada por Ducrot. Utilizamos, por exemplo, o termo “texto” para nos referirmos ao gênero textual analisado, a propaganda, bem como ao conjunto de enunciados que o formam. Nesse sentido, a palavra “discurso” é compreendida como sinônima a “texto”.

Nessa primeira forma da Teoria da Argumentação na Língua, a teoria standard, Ducrot e Anscombe defendem que a força argumentativa de determinado enunciado deve estar relacionada ao conjunto de enunciados encadeados por meio de conectivos explícitos ou implícitos, nomeados de operadores argumentativos (O.A.), que direcionam os argumentos para determinada conclusão, como: “exercitou-se um pouco, não apresentará dor nos joelhos”; “exercitou-se pouco, apresentará dor nos joelhos”. Nesses exemplos, um pouco acarreta benefícios, e pouco acarreta malefícios.

Entretanto, essa forma de compreender a argumentação começou a ser vista como problemática pelos próprios autores, quando constataram que “as possibilidades de argumentação não dependem somente dos enunciados tomados por argumentos e conclusões, mas também dos princípios dos quais se serve para colocá-los em relação” (DUCROT, 1989, p. 21). Assim, verificaram que pares de frases, como as apresentadas anteriormente com o uso de “pouco” ou “um pouco”, poderiam levar a outras conclusões, dependendo das crenças evocadas pelo falante e pelo ouvinte, pois, “quando utilizamos pouco para concluir o fracasso, mobilizamos uma destas crenças, e quando utilizamos um pouco mobilizamos a outra” (DUCROT, 1989, p. 22).

Desse modo, Ducrot e Anscombe (1988) perceberam que o conceito de argumentação utilizado até o momento precisava ser ampliado. Passou-se a considerar que os topoi garantem a passagem de um argumento a uma conclusão, eles seriam essas crenças que são mobilizadas pelos interlocutores em

situações comunicativas. Inicia-se, então, a segunda fase da TAL, em que, além dos *topoi*, destacam-se as noções de polifonia, a qual detalhamos a seguir.

#### 2.4.2 Segunda Fase da Teoria da Argumentação na Língua

A segunda fase da Teoria da Argumentação na Língua, como vimos nos itens anteriores, corresponde à focalização das noções de polifonia, bem como ao uso da noção de *topos*, para estabelecer o sentido argumentativo dos enunciados. Iniciaremos este item abordando alguns aspectos da polifonia (DUCROT 1987; 1988), mostrando como essas noções demarcaram a segunda fase da TAL, além das características dos *topoi*, segundo Ducrot (1989; 2002).

De acordo com Ducrot (1988), a noção de polifonia pertence originalmente a uma classe de composição musical, em que diferentes partituras se sobrepõem (a própria etimologia da palavra nos leva a esse entendimento). Posteriormente, esse conceito é adaptado por Bakhtin, que passa a observar um fenômeno parecido em textos literários, no caso, o entrelaçamento de vozes no texto escrito. Mas a proposta de Ducrot é ir além da polifonia observada em sequências de enunciados. Para ele, é possível identificar a polifonia em enunciados isolados, pois, em sua disciplina, Pragmática Semântica ou Pragmática Linguística, esclarece: “Não se trata mais do que se faz quando se fala, mas do que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz” (DUCROT, 1987, p. 163).

No último capítulo da obra *O dizer e o dito*, Ducrot (1987) apresenta o artigo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, com o propósito de contestar um pressuposto da então nomeada “linguística moderna”: o sujeito falante se caracteriza por sua unicidade. Ele discorda daquilo que, durante pelo menos dois séculos, as pesquisas de linguagem consideraram como óbvio: “cada enunciado possui um, e somente um autor” (DUCROT, 1987, p. 161).

Para argumentar a favor da substituição da teoria que prega a unicidade do sujeito da enunciação, Ducrot (1987, p. 178-179), primeiramente, apresenta três propriedades do sujeito que levam a considerá-lo como único. São elas:

- 1) o sujeito possui atividade psicofisiológica, que lhe permite produzir um enunciado;
- 2) o sujeito é considerado a origem dos atos ilocutórios, quando, ao produzir um enunciado, leva o outro a tomar determinada atitude;
- 3) o sujeito do enunciado é reconhecido pelas marcas de primeira pessoa.

Ducrot (1987, p. 80-81) julga como “problemática” tais propriedades atribuídas a um único sujeito falante, porque aquele que dá voz ao enunciado, muitas vezes, pode não ser a origem de tal enunciado. E exemplifica com a estrutura de um enunciado com “mas”: “Pode ser p mas q”, em que “Pode ser p” não foi elaborado pelo locutor, mas somente reproduzido por ele, visando expressar sua opinião contrária a respeito do que foi afirmado por outro. Isso ocorre em: “Pode ser que sua empresa tenha projetos socioambientais, mas despejou produtos químicos em uma nascente.” Nesse enunciado, a verdade de p é confirmada, no entanto sua posição argumentativa é excluída por meio da verdade de q.

Na apresentação da teoria da polifonia, Ducrot (1987) menciona as indicações secundárias – aspectos argumentativos, ilocutórios e expressivos da linguagem – e as indicações mais primitivas, que são pressupostas a essas, as indicações dos autores da enunciação. Ele atribui vários sujeitos à sua noção de enunciação. Entre esses sujeitos, o autor distingue dois tipos de personagens: os locutores e os enunciadoreis.

Os locutores, coincidindo ou não com o autor empírico do enunciado, são designados pelo pronome “eu”. Ducrot (1987, p. 182) define locutor como

[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa.

Essa definição de locutor é trabalhada por Ducrot (1987) de forma cuidadosa, porque, em certa enunciação atribuída a um locutor, pode aparecer uma outra enunciação, atribuída a outro locutor. Um exemplo é quando aparecem, no discurso relatado direto, duas marcas de 1ª pessoa, as quais se referem a seres

diferentes: “Se Pedro diz ‘João me disse: eu virei’” (DUCROT, 1987, p. 185). Aqui se observam dois locutores em um só enunciado.

Para Ducrot (1987, p. 188), é importante não confundir locutor (uma ficção discursiva, o ser do discurso) com o sujeito falante (um elemento da experiência, o ser empírico). Assim, ele distingue “o locutor enquanto tal” (L) do “locutor enquanto ser do mundo” ( $\lambda$ ).

Ao distinguir dois locutores, Ducrot (1987) apresenta aquilo que ele designa como primeira forma de polifonia. Já a segunda forma de polifonia, considerada por ele a mais frequente, é mostrada a partir da noção de enunciador. Ele chama de enunciadores

[...] estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1987, p. 192).

Ducrot (1988) destaca algumas particularidades do locutor, como a de possibilitar que seres desprovidos de fala possam se comunicar por textos escritos, como se também falassem. Duas frases elaboradas por nós para exemplificar essa ocorrência são: “Leve-me para a sua casa, preciso de um lar”, em anúncios de doações de animais domésticos; e “Apague-me antes de sair”, frase colocada próximo ao interruptor de luz, em empresas.

Outra particularidade do locutor apontada por Ducrot (1988, p. 19) é a possibilidade de produzir enunciados que não apresentam locutor, como os provérbios, em que se atribui a alguém totalmente alheio à determinada situação a responsabilidade pelo que foi enunciado. Por exemplo, se queremos repreender alguém que está reclamando de uma situação provocada por suas próprias atitudes impensadas, enunciamos “Quem semeia ventos colhe tempestades”, como se não fosse produzido por nós.

Ducrot (1988, p. 20-24) apresenta casos de humor e de negação para mostrar que o locutor pode se identificar com um dos enunciadores presentes em um enunciado. No caso da negação, em um enunciado não-P, entram em cena, pelo menos, dois enunciadores: aquele que apresenta o ponto de vista P (E1) e aquele que nega esse ponto de vista (E2). Se o locutor assumir a negação, ele

estará se posicionando contra o E1 e a favor de E2. “Un enunciado negativo es pues una especie de dialogo entre dos enunciadores que se oponen el uno al outro”<sup>11</sup> (p. 23).

Para sintetizar essas noções, considera-se locutor o responsável por um enunciado, que passa a ter existência por meio de um ou vários enunciadores, e o sujeito empírico é o produtor efetivo do enunciado, não sendo, portanto, objeto da linguística. O locutor posiciona-se a favor de determinado enunciador, refutando outros, organizando, assim, as atitudes e os pontos de vista desses enunciadores, pois, na teoria polifônica da argumentação, “[...] en un mismo enunciado hay presentes varios sujetos con status lingüísticos diferentes”<sup>12</sup> (DUCROT, 1988, p. 16).

Na análise do *corpus* que apresentamos nesta tese, as noções de polifonia, enunciador e locutor exercem um papel importante para o estabelecimento do sentido no discurso, a partir de argumentações externas e internas, em que o locutor posiciona-se a favor de segmentos normativos ou transgressivos.

Além da polifonia, como expusemos anteriormente, a segunda fase da Teoria da Argumentação na Língua é marcada pela Teoria dos *Topoi*. Ducrot (1988, p. 94) parte de dois exemplos<sup>13</sup> para explicar o abandono da teoria *standard* e o início da segunda fase da teoria em foco:

Ele trabalhou um pouco, terá êxito.

Ele trabalhou pouco, irá fracassar.

Durante a primeira fase da Teoria da Argumentação na Língua, os autores interpretavam o potencial argumentativo desses dois enunciados considerando as conclusões a que o argumento A chegava em cada um deles. Entretanto, uma nova interpretação leva Ducrot e Anscombe a repensarem a teoria, pois há outros enunciados possíveis a partir do argumento A, como:

Ele trabalhou pouco, terá êxito.

---

<sup>11</sup> “Um enunciado negativo é, pois, uma espécie de diálogo entre dois enunciadores que se opõem um ao outro” (tradução nossa).

<sup>12</sup> “[...] em um mesmo enunciado, estão presentes vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes” (tradução nossa).

<sup>13</sup> Os exemplos, originalmente, estão em espanhol.

Esse último enunciado é possível em contextos em que se considera que o trabalho leva ao fracasso. O primeiro e o terceiro enunciados compartilham a mesma conclusão, entretanto os caminhos traçados por cada um deles para chegar a ela são distintos. “O trajeto argumentativo é diferente nos dois enunciados e é essa noção de trajeto argumentativo que explicarei por meio da noção de *topos*”<sup>14</sup> (DUCROT, 1988, p. 94).

Segundo Ducrot (2002), a noção de *topos* tem inspiração nos estudos da retórica clássica de Aristóteles, mas, na Teoria da Argumentação na Língua, o uso que os autores fazem de *topos* é mais simples, pois

[...] não se trata de descrever os mecanismos lógico-psicológicos da argumentação, mas somente os *discursos* argumentativos – em particular, os encadeamentos de dois segmentos A e C, em que um é apresentado como argumento justificando o outro, dado como conclusão. Tomo como acordado, é, aliás, uma ideia muito banal, a de que esses encadeamentos ponham, geralmente, em jogo, um terceiro termo, uma “garantia” que autoriza a passagem de A a C. É essa garantia dos encadeamentos argumentativos que chamo “*topos*” (DUCROT, 2002, p. 10).

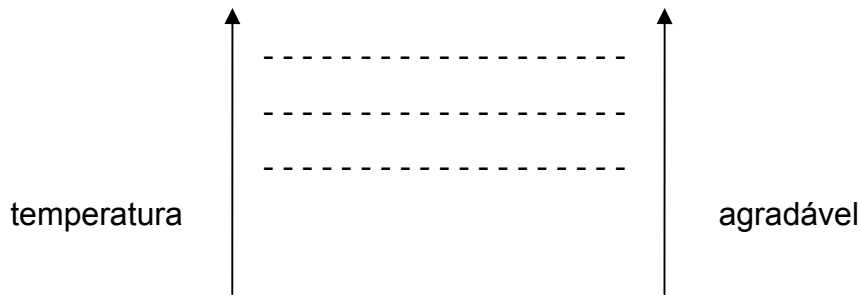
Acreditava-se, naquele momento, que a ideia central da TAL, “a argumentação está na língua”, tornava-se ainda mais precisa com a evidência dos *topoi*. Segundo Ducrot (1989), *topos* é um princípio argumentativo que possui três características:

- a) universal: seu sentido é partilhado por uma comunidade linguística, ao menos pelo locutor e seu alocutário;
- b) geral: pode ser aplicado a outros contextos parecidos;
- c) gradual: apresenta-se em uma escala de valores na comparação argumentativa de dois predicados.

Considerando tais características, no enunciado “Está fazendo calor, vamos à praia”, o autor reconhece o seguinte *topos*: “o calor torna a praia agradável” (DUCROT, 1989, p. 26), mostrando as propriedades de universalidade, generalidade e gradualidade dos *topoi*: quanto mais alta a temperatura, mais agradável será a ida à praia, como podemos observar na Figura 1, a seguir.

<sup>14</sup> O trecho, originalmente, está em espanhol.

**Figura 1** - Correspondência entre escalas.



**Fonte:** Ducrot (1989, p. 26).

Nessa figura, evidencia-se a correspondência de valor entre a escala de temperatura e a escala de agradável, propiciada pelo topos “o calor torna a praia agradável”. Sendo assim, quanto mais alta a temperatura, mais agradável torna-se a ida à praia.

Ducrot (1988) retoma a argumentação de “pouco” e “um pouco”, considerando os quatro encadeamentos a seguir:

- (a) Ele trabalhou um pouco. Ele vai conseguir.
- (b) Ele trabalhou um pouco. Ele não vai conseguir.
- (c) Ele trabalhou pouco. Ele vai conseguir.
- (d) Ele trabalhou pouco. Ele não vai conseguir.

Desses quatro encadeamentos, (a) e (d) apresentam os mesmos *topoi*, “O trabalho leva ao êxito”, enquanto (b) e (c) apresentam os *topoi* “O trabalho leva ao fracasso”.

Outro conceito apresentado por Ducrot (1989; 2002) é o de “Formas Tópicas”, que está relacionado às duas formas que cada *topos* apresenta em uma escala, podendo ser formas conversas em “+P, +Q” e “-P, -Q”, quando o *topos* for concordante; ou podendo ser formas conversas em “+P, -Q” e “-P, +Q”, quando o *topos* for discordante.

As formas tópicas, portanto, representam o “caminho” que os alocutários e os locutores compartilham para que um enunciado seja compreendido, sendo que a elevação de um gerará a elevação do outro (se se tratar de *topoi*

concordantes) ou a diminuição de um gerará a elevação do outro, ou vice-versa (se se tratar de *topoi* discordantes).

Não nos aprofundaremos nesse conceito, como admitimos não tê-lo feito também em outros momentos do desenvolvimento desta tese, dado ao fato de que o nosso objetivo em traçar o percurso de Ducrot e seus colaboradores, nos estudos que antecederam a Teoria da Argumentação na Língua e as duas primeiras fases pelas quais ela passou, é destacar os principais pontos de discussão e desenvolvimento dessas pesquisas em Semântica que acarretaram a elaboração da TBS, este sim objeto central de nossas pesquisas, por meio do qual analisamos as cinco propagandas selecionadas para compor o nosso *corpus*. A seguir, apresentamos a terceira e atual fase da TAL, a Teoria dos Blocos Semânticos, destacando os principais aspectos que serviram de base às nossas reflexões.

### 3 A TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS

No início da década de 1990, as reflexões da segunda fase da teoria foram questionadas por uma orientanda de doutorado de Oswald Ducrot, a qual defendeu, em sua tese, em 1992, que a Teoria dos *Topoi* considerava elementos exteriores à língua. Assim, Marion Carel inaugurou a terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, chamada de Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), em que a argumentação é estabelecida por meio de blocos: um enunciado **A** não possui sentido sozinho, apenas em conjunto com um enunciado **B**, interligado a ele por um conectivo (CAREL; DUCROT, 2005).

Para diferenciarem de forma mais clara a Teoria dos *Topoi* da Teoria dos Blocos Semânticos, os autores trazem os seguintes exemplos: “o hotel está perto, portanto é fácil chegar” e “o hotel está longe, portanto é difícil chegar” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 12-13). Para a teoria dos *topoi*, conclui-se que “quanto mais perto está um lugar, mais fácil se chega a ele” e “quanto mais longe está algo, mais difícil é o seu acesso”. Já a TBS apresenta a seguinte análise desses exemplos: “o sentido de perto é o acesso é fácil” e “o sentido de longe é o acesso é difícil”. Assim, enquanto a primeira faz referência a fatos do mundo, a segunda busca o sentido no próprio texto.

Apresentamos a seguir as principais características da TBS, com base, entre outros estudos, em *La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*, obra elaborada a partir de um seminário ministrado por Oswald Ducrot e Marion Carel, de 24 de junho a 5 de julho de 2002, na *Universidad de Buenos Aires*.

Na Teoria dos Blocos Semânticos, a ideia central é a de que “el sentido mismo de una expresión está dado por discursos argumentativos que pueden encadenarse a partir de esa expresión” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13). Assim, o sentido dos elementos da língua é definido a partir das relações argumentativas que os elementos mantêm entre si em um enunciado. Segundo Cabral (2011a, p. 135),



Os autores defendem a existência de apenas dois tipos de conectores e, conseqüentemente, dois tipos de encadeamentos argumentativos: os **transgressivos** e os **normativos**. Os encadeamentos transgressivos apresentam conectores como **no entanto**, **mas**, **entretanto**, **mesmo que**, identificados neste trabalho com a sigla NE; já os encadeamentos normativos apresentam conectores como **logo**, **portanto**, **assim sendo**, **desse modo**, representados, neste trabalho, pela sigla LG.

Em (1) observamos um encadeamento argumentativo normativo (X **LG** Y) e, em (2), um encadeamento argumentativo transgressivo (X **NE** Y). Os autores esclarecem que os conectores nem sempre estarão explícitos nos enunciados, pois a ideia de encadeamentos transgressivos e normativos se aplica em toda a língua. Essa ideia é confirmada em Cabral (2011a, p. 117):

Na abordagem da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), a **argumentação** é definida como um encadeamento de dois segmentos de discurso, eventualmente ligados por um conector. Desse ponto de vista, a argumentação pode ser **normativa** ou **transgressiva** (grifos da autora).

Esse esclarecimento de Cabral (2011a) de que o conector pode ou não estar presente entre os segmentos do discurso será confirmado mais adiante, no Capítulo 4, quando analisamos propagandas em cujo discurso os conectores, na maioria das vezes, não estão explícitos.

Na teoria, originalmente elaborada em francês, os autores consideram o conectivo transgressivo *pourtant*, que pode ser traduzido para o português como “no entanto”, e o conectivo normativo *donc*, traduzido como “logo”, em português. Em espanhol, esses conectivos foram traduzidos como *sin embargo* e *por lo tanto*, respectivamente. Alguns autores brasileiros mantiveram a forma original, e outros traduziram para “entretanto” e “portanto”. Neste trabalho, optamos por seguir Cabral (2011a), que utiliza “no entanto” e “logo”, justificando que o sentido inverso de *pourtant*, em português, poderia causar confusão.



- (a') João bateu o carro, **logo** precisa de ajuda. (A **LG** B)
- (b') João bateu o carro, **no entanto** precisa de ajuda. (A **NE** B)
- (c') João não bateu o carro, **logo** precisa de ajuda. (neg-A **LG** B)
- (d') João não bateu o carro, **no entanto** precisa de ajuda. (neg-A **NE** B)
- (e') João bateu o carro, **logo** não precisa de ajuda. (A **LG** neg-B)
- (f') João bateu o carro, **no entanto** não precisa de ajuda. (A **NE** neg-B)
- (g') João não bateu o carro, **logo** não precisa de ajuda. (neg-A **LG** neg-B)
- (h') João não bateu o carro, **no entanto** não precisa de ajuda. (neg-A **NE** neg-B)

O importante nesses encadeamentos é perceber que entre A e B (“João bateu o carro e precisa de ajuda”) não há incompatibilidade, pois, “bater o carro” pode, em sequência, sugerir a ideia de que “uma ajuda é necessária”. A incompatibilidade, ou até mesmo a incoerência enunciativa, será estabelecida com o uso de um conector de valor transgressivo para interligá-los, como em (b’): “João bateu o carro, no entanto precisa de ajuda”. Esse encadeamento é considerado absurdo, e o adequado seria utilizar um conector de valor normativo, como em (a): “João bateu o carro, logo precisa de ajuda”. A incoerência também é observada nos enunciados (c’) e (e’), pelo uso inadequado do conector.

Ressaltamos que, para Carel e Ducrot (2005, p. 22), “[...] no hay oraciones que sean incompatibles entre sí, todas las oraciones son compatibles unas com otras, el problema es elegir el conector correcto [...]”<sup>16</sup>

### 3.3 BLOCOS SEMÂNTICOS

Após definirem a noção de aspecto argumentativo, Carel e Ducrot (2005) apresentam os conceitos de Bloco Semântico e de quadrado argumentativo, tais como mostraremos a seguir.

Os oito aspectos argumentativos são divididos em dois blocos, conforme o sentido que os encadeamentos expressam. Assim, quatro aspectos são

<sup>16</sup> “[...] não existem orações que sejam incompatíveis entre si, todas as orações são compatíveis umas com as outras, o problema é eleger um conector correto” (tradução nossa).

pertencentes ao Bloco Semântico 1, e quatro aspectos pertencem ao Bloco Semântico 2.

<b>BLOCO 1</b>	<b>BLOCO 2</b>
A <b>LG</b> B	A <b>NE</b> B
A <b>NE</b> neg-B	A <b>LG</b> neg-B
neg-A <b>NE</b> B	neg-A <b>LG</b> B
neg-A <b>LG</b> neg-B	neg-A <b>NE</b> neg-B

A divisão dos aspectos em bloco 1 e bloco 2 ocorre por meio da análise do sentido expresso pelos encadeamentos argumentativos que evocam. É o que observamos nos encadeamentos a seguir, que expressam, respectivamente, os aspectos do bloco 1.

#### **BLOCO 1:**

- (a') João bateu o carro, logo precisa de ajuda. (A **LG** B)
- (f') João bateu o carro, no entanto não precisa de ajuda. (A **NE** neg-B)
- (d') João não bateu o carro, no entanto precisa de ajuda. (neg-A **NE** B)
- (g') João não bateu o carro, logo não precisa de ajuda. (neg-A **LG** neg-B)

Os encadeamentos do primeiro bloco são interpretados como: quando se bate o carro, necessita-se de ajuda (a'), mas também pode ocorrer de não se precisar de ajuda (f'). Há ainda duas possibilidades quando não se bate o carro: não precisar de ajuda (g'); ou precisar de ajuda assim mesmo (d'). Nesses encadeamentos, o uso dos conectivos está adequado, por isso não gerou enunciados incoerentes. O mesmo não ocorre com os encadeamentos do segundo bloco, gerados a partir da oposição dos conectivos presentes nos encadeamentos do bloco 1.

#### **BLOCO 2:**

- (b') João bateu o carro, no entanto precisa de ajuda. (A **NE** B)
- (e') João bateu o carro, logo não precisa de ajuda. (A **LG** neg-B)
- (c') João não bateu o carro, logo precisa de ajuda. (neg-A **LG** B)

(h') João não bateu o carro, no entanto não precisa de ajuda. (neg-A  
NE neg-B)

No segundo bloco, os encadeamentos são conflitantes, pois os conectivos utilizados geram incoerência nos enunciados. Os encadeamentos (e') e (c') poderiam até se tornar coerentes se fossem aplicados em um contexto considerado incomum, mas possível, em que o objetivo fosse bater o carro. Já os encadeamentos (b') e (h') são conflitantes, pois os conectivos foram usados de forma equivocada.

Da conclusão apresentada por Carel e Ducrot (2005, p. 24-25) sobre os Blocos Semânticos, destacamos que o importante em um encadeamento de discurso é o conector. Além disso, a interdependência semântica existente entre os encadeamentos A e B pode ser a mesma, ainda que sejam utilizados diferentes conectores. Os autores completam a conclusão, afirmando que

Nosotros explicamos la lengua por el discurso, y el discurso para nosotros no está basado ni en las cosas ni en el pensamiento. Cualquier segmento del discurso puede unirse a outro, a condición de que para ello se utilice el conector adecuado. Y aquí reside la superioridad de la TBS sobre la teoría de los *topoi* (CAREL; DUCROT, 2005, p. 24).<sup>17</sup>

Assim, eles reforçam a ideia inicial de que a Teoria dos *Topoi* utiliza elementos do mundo para estabelecer o sentido do discurso, fato que, segundo os autores, não ocorre na TBS, a qual descreve a argumentação somente com os elementos da língua.

### 3.4 QUADRADO ARGUMENTATIVO

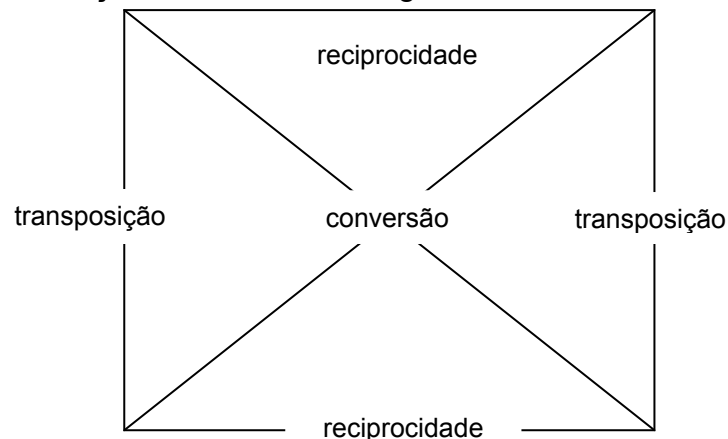
Após serem definidas as divisões dos encadeamentos nos blocos 1 e 2, esses encadeamentos são aplicados em um quadrado, reportando ao quadrado lógico de Aristóteles, construído com “un cierto número de relaciones lógicas (contrariedad, contradicción, subcontrariedad, implicación) entre cuatro

<sup>17</sup> “Nós explicamos a língua por meio do discurso, e o discurso para nós não está baseado nem nas coisas nem no pensamento. Qualquer segmento do discurso pode se unir a outro, a condição para que isso ocorra é utilizar o conector adequado. E aqui está a superioridade da TBS sobre a Teoria dos *Topoi*” (tradução nossa).

expresiones” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 44). Diferentemente do quadrado argumentativo da TBS, o quadrado aristotélico está baseado nas relações de verdade dos enunciados com a realidade.

O quadrado argumentativo apresenta três relações: 1) na horizontal - reciprocidade; 2) na vertical - transposição; 3) na diagonal - conversão, conforme Figura 2.

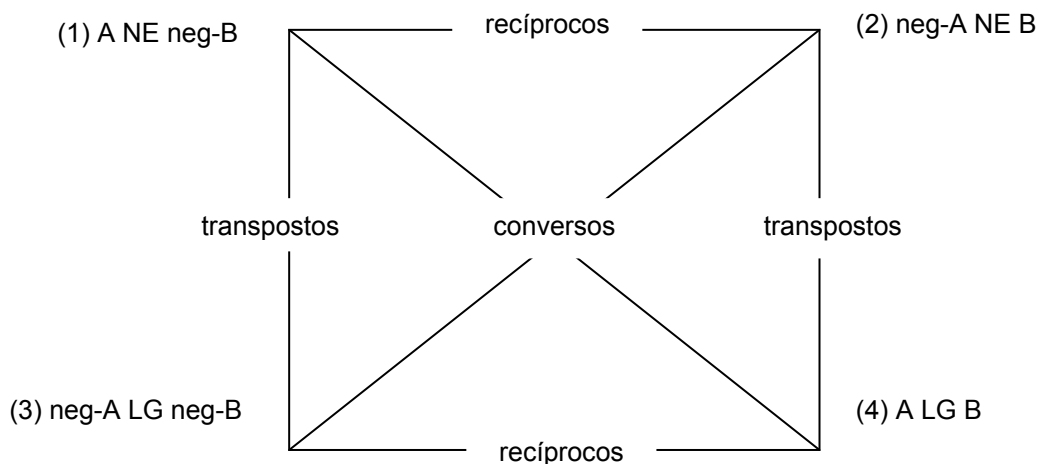
**Figura 2 - As três relações do Quadrado Argumentativo.**



**Fonte:** adaptado de Ducrot e Carel (2005, p. 46).

No quadrado argumentativo, os encadeamentos dos Blocos Semânticos são colocados em cada um dos vértices da figura, resultando nos quadrados argumentativos do Bloco 1 e do Bloco 2, conforme as figuras a seguir.

**Figura 3 - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1.**



**Fonte:** adaptado de Ducrot e Carel (2005, p. 46).

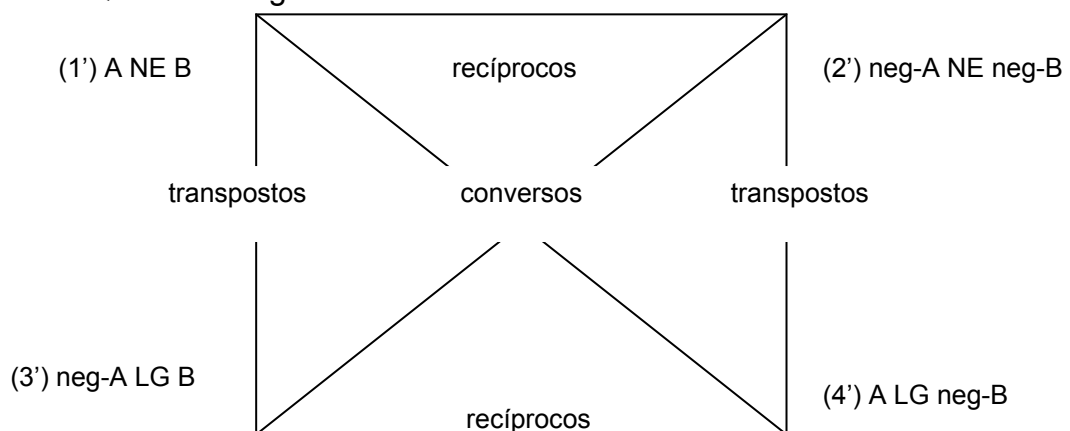
Descrevemos com detalhes cada um dos encadeamentos que compõem o quadrado argumentativo do Bloco Semântico 1, visando acompanhar didaticamente as relações mantidas entre eles. O mesmo fazemos, em seguida, com o quadrado argumentativo do Bloco Semântico 2. Assim, na linha horizontal superior, os encadeamentos recíprocos (1) e (2) apresentam o mesmo conector (NE), mas a negação em (1) recai apenas sobre B, enquanto em (2) a negação recai apenas sobre A. Na linha horizontal inferior, os encadeamentos recíprocos (3) e (4) apresentam o mesmo conector (LG), mas em (3) a negação está em A e B, e em (4) não aparece a negação.

Analisando os encadeamentos transpostos, na vertical à esquerda, os conectores de (1) e (3) são opostos. Em (1), a negação aparece apenas junto a B e, em (3), aparece junto a A e B. Já na vertical à direita, os conectores utilizados em (2) e (4) também são opostos, mas há negação apenas em A de (2).

Nos encadeamentos conversos, os conectores são opostos. Comparando (1) e (4), a partícula negativa aparece apenas junto ao B de (1). Já na comparação de (2) e (3), todos recebem a partícula negativa, com exceção de B de (2).

Essas relações entre os conectores de mesmo valor ou de valor oposto e o uso ou não da partícula negativa sobre A ou B também são observadas no quadrado argumentativo correspondente ao Bloco Semântico 2, como vemos a seguir.

**Figura 4 - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2.**



**Fonte:** adaptado de Ducrot e Carel (2005, p. 46).

Nos encadeamentos recíprocos (1') e (2'), usam-se os mesmos conectores, e a negação não recai em nenhum dos elementos de (1'), mas recai nos dois elementos de (2').

Em (3') e (4'), nos encadeamentos recíprocos, os conectores são os mesmos e, enquanto em (3') a partícula negativa incide sobre A, em (4'), a partícula negativa incide sobre B.

Nos encadeamentos transpostos à esquerda, os conectores de (1') e (3') são opostos, e a partícula negativa recai apenas em A de (3'). Nos encadeamentos transpostos (2') e (4'), à direita, os conectores também são opostos, e a negação aparece junto a A e B, exceto em A de (4').

Por fim, nos encadeamentos conversos (1') e (4'), observamos conectores opostos, e a partícula negativa aparece apenas sobre B de (4'); em (2') e (3'), os conectores são opostos, e a negação não incide apenas sobre B de (3').

Veremos, a seguir, outra característica da Teoria dos Blocos Semânticos.

### 3.5 ARGUMENTAÇÃO EXTERNA (AE) E ARGUMENTAÇÃO INTERNA (AI)

Para Carel e Ducrot (2005), toda entidade linguística apresenta dois tipos de argumentação, uma interna e outra externa. A Argumentação Externa é aquela em que, para se definir uma palavra, ela própria é utilizada nos encadeamentos que geram o seu significado. Na Argumentação Interna, para se definir uma palavra, são utilizadas palavras diferentes daquela a ser definida.

O exemplo utilizado pelos autores é a palavra “prudente” (CAREL; DUCROT, 2005, p. 62). Na Argumentação Externa dessa palavra, temos:

- (a) Pedro é prudente, logo não sofrerá acidentes.
- (b) Pedro é prudente, logo está seguro.
- (c) Tem medo, logo é prudente.

Observamos que a palavra “prudente” é definida a partir da referência feita a ela mesma, seja no segundo encadeamento (no caso de c) ou no primeiro encadeamento (no caso de a e b). Além dessa característica da Argumentação Externa, os autores também apresentam que esse tipo de

argumentação é sempre apresentado aos pares. Assim, se um aspecto for A logo B, haverá outro aspecto com o conector oposto seguido da negação, A no entanto neg-B. Aplicados no exemplo de “prudente”, temos: “Ele é prudente, logo está seguro”; “Ele é prudente, no entanto não está seguro”.

A Argumentação Externa (AE) pode ocorrer à esquerda ou à direita. Na AE à esquerda, o encadeamento que não contém a palavra a ser definida está à esquerda do conector; na AE à direita, o encadeamento que não contém a palavra a ser definida está à direita do conector. Aplicando essa regra aos encadeamentos (b) e (c), temos:

- |  |    |           |
|--|----|-----------|
| (c) <u>Tem medo</u> , LG é prudente. —————→          | AE | à         |
| esquerda   |    |           |
| (b) Pedro é prudente, LG <u>está seguro</u> . —————→ | AE | à direita |

Lembramos que a palavra a ser definida em (c) e (b) é “prudente” que, como se vê, ora não aparece à esquerda do conector, mas à direita (c), ora aparece não à direita do conector, mas à esquerda (b), portanto o que define a AE como sendo à esquerda ou à direita é o não uso, em um dos encadeamentos, da palavra a ser definida, e não o contrário.

Segundo Ducrot e Carel (2005), as Argumentações Externas podem, por fim, ser definidas como estruturais ou contextuais. Serão estruturais quando sua significação linguística estiver prevista na língua. Exemplos:

Ele é prudente, logo merece nossa confiança.

Ele é prudente, no entanto não merece nossa confiança.

Vemos, nesses exemplos, “prudente CON confiança” e “prudente CON’ neg confiança”, sentidos vistos como comuns na língua (CON é o conectivo normativo e CON’ é o conectivo transgressivo). Entretanto, podemos imaginar um contexto em que ser prudente não gera confiança. É o caso, como aponta os autores (p. 64), de essa característica ser atribuída a um guarda-costas, que, certamente, se agir com prudência, no caso de uma tentativa de assassinato, protegendo a própria vida em vez de proteger a vida do outro, não merecerá

confiança. Assim, nas Argumentações Externas contextuais, desse exemplo, teremos:

Ele é prudente, logo não merece nossa confiança.

Ele é prudente, no entanto merece nossa confiança.

Na tese defendida por Freitas (2006), sob orientação de Leci Borges Barbisan, a Teoria dos Blocos Semânticos é aplicada em unidades de sentido mais complexas, como o texto e o discurso. O autor, por meio da análise do *corpus*, prova que tal teoria pode ser aplicada não só em palavras e enunciados (níveis simples da linguagem) mas também a texto e discurso (níveis complexos de realização da linguagem).

O *corpus* em que Freitas (2006) aplica a TBS é composto por três cartas do leitor, por meio das quais o autor pretende provar que

[...] o texto é um bloco semântico, inscrito no sistema linguístico, realizado pelo encadeamento argumentativo que é o discurso, ou seja, é um bloco semântico que dá sentido global a essa entidade concreta, de nível complexo de realização linguística (FREITAS, 2006, p. 18-19).

A pesquisa desse autor corroborou nossos estudos na medida em que confirma a hipótese de que a Teoria dos Blocos Semânticos possibilita a análise dos textos que compõem nosso *corpus*, e não somente a análise de frases, como era feito no início do desenvolvimento da TBS.

Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada neste trabalho para a análise das propagandas, com base na Argumentação Externa e na Argumentação Interna propostas pela Teoria dos Blocos Semânticos.

## 4 METODOLOGIA E ANÁLISE

### 4.1 METODOLOGIA

Com base no modelo de análise apresentado por Cabral (2011a), verificamos, primeiramente, as Expressões/Palavras que apresentam a centralidade argumentativa dos anúncios.

A Teoria dos Blocos Semânticos, a nosso ver, não dá conta de todos os detalhes de um texto, até porque seria um trabalho desmedido tentar levantar os blocos semânticos de todas as palavras de um texto e de todos os enunciados. Assim sendo, ao proceder à análise de um texto a partir da Teoria dos Blocos Semânticos, priorizo certos elementos do texto e analiso a argumentação que está prefigurada em seu sentido. A análise das relações dos cruzamentos que se estabelecem entre os blocos semânticos dos elementos selecionados permite depreender uma orientação argumentativa para o texto, indicada pelas argumentações contidas nos elementos que o compõem (CABRAL, 2011b, p. 210).

Por meio das relações sintagmáticas que essas Expressões/Palavras estabelecem com outros segmentos do texto, procuramos desvendar o sentido dos discursos das propagandas, identificamos a Argumentação Externa (AE) e a Argumentação Interna (AI) delas.

Em nossas reflexões iniciais, entretanto, essa não era nossa única hipótese de análise, pois pretendíamos realizar uma pesquisa quantitativa do corpus, fazendo um levantamento do número de propagandas publicadas na revista *Veja* que utilizavam o discurso ambiental. Mas, no decorrer da pesquisa, verificamos que o trabalho exaustivo de catalogar centenas de peças publicitárias desviaria o foco de nossas reflexões, que consiste em examinar a aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos em propagandas que refletem o discurso ambiental presente na sociedade brasileira em dado período histórico.

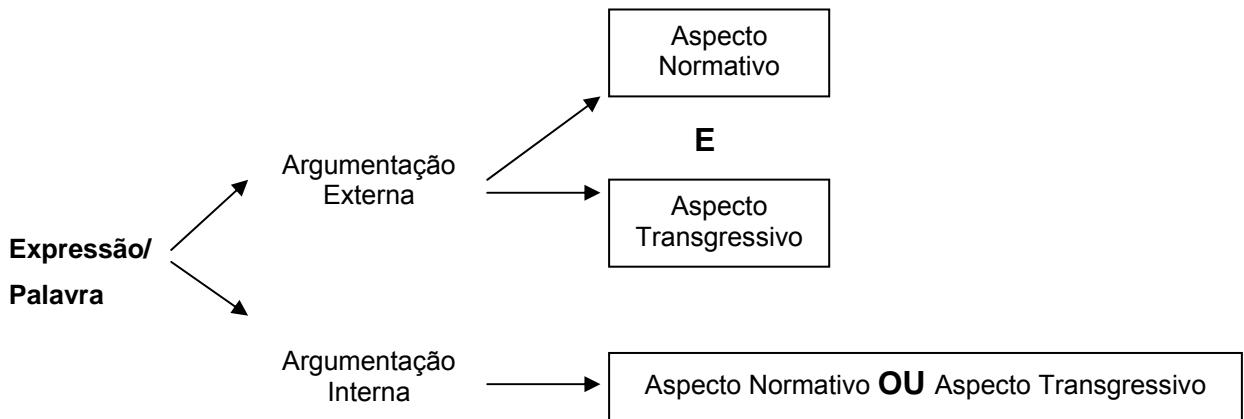
#### a) 1ª etapa:

Destacamos, nos textos, expressões ou palavras consideradas centrais na argumentação, para a geração dos sentidos, conforme a Teoria dos Blocos Semânticos.

b) 2ª etapa:

Após a identificação dos itens lexicais a serem analisados, observamos a Argumentação Externa da Expressão/Palavra (E/P), em normativo e transgressivo, passando, em seguida, para a identificação da Argumentação Interna dessa E/P, que será transgressivo ou normativo (escolhemos um ou outro, devido ao fato de a AI ser uma paráfrase da Expressão/Palavra, por isso, para a escolha do aspecto, considera-se o sentido veiculado, no texto, dessa Expressão/Palavra; já a AE apresenta-se em pares conversos, em que o segundo encadeamento traz o aspecto oposto ao do primeiro acompanhado da partícula de negação).

No esquema a seguir, observamos essa segunda etapa da análise.



Como vimos no capítulo anterior, os segmentos **x** e **y** que compõem a Argumentação Interna de um enunciado são paráfrases desse enunciado, e sua importância está no fato de se permitir extrair dele o mesmo sentido, pois a argumentação está inscrita na palavra. Assim, por se tratar de uma paráfrase, a AI não apresenta a expressão ou a palavra que está sendo analisada, diferentemente da AE, em que seus encadeamentos expandem o significado da Expressão/Palavra, apresentando essa mesma E/P como antecedente ou conseqüente ao conector.

A Argumentação Interna apresenta palavras que melhor parafraseiam determinado enunciado, no entanto a essência será mantida, já que o propósito será extrair determinado sentido de um enunciado. Então, podemos concluir que a Argumentação Interna é uma análise subjetiva? Não podemos afirmar isso, porque uma análise totalmente subjetiva poderia resultar em um sentido

equivocado, não condizente ao contexto. Uma forma de evitar essa subjetividade é recorrer ao dicionário, como aponta Cabral (2011b, p. 210-211):

Assim sendo, consideramos que essa é uma teoria que nos permite explorar o dicionário como ferramenta útil para o produtor de um texto, tanto para a compreensão do valor argumentativo das palavras na leitura, quanto para a escolha das palavras, de acordo com as intenções do produtor durante a escrita.

Por isso, a máxima da Teoria da Argumentação na Língua deve ser mantida, a argumentação é intrínseca à língua, é a partir dela que os sentidos são extraídos.

Antes de iniciarmos as análises, retomamos a definição dos termos “locutor” e “enunciador”, de acordo com Ducrot (1987), já explicitados por nós no item 2.4.2. Entendemos como locutor o “responsável” pelo enunciado, enquanto entidade abstrata que enuncia o “eu”, ou seja, apresenta as marcas da primeira pessoa, mas que não pode ser confundido com o sujeito empírico, o ser no mundo. Os enunciadores são a origem dos pontos de vista apresentados pelo locutor nos enunciados, e é por meio deles que a polifonia se revela.

## 4.2 ANÁLISES

A seguir, são apresentadas as propagandas selecionadas para a aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos, com suas respectivas análises.

### 4.2.1 Propaganda 1



Fonte: Veja, 04 mar. 1970, ed. 78, p. 24.

01

### Nós queremos um “inferno” de outras côres

O AMAZONAS não é mais o “Inferno Verde”.

05 É, e sempre foi, um imenso território verde pela fertilidade de seu solo e pela grandeza de sua floresta. No meio dêsse imenso verde, estamos construindo um parque industrial que, certamente, será, também, chamado de “Inferno”.

Mas será um “Inferno” de outra côr. Da côr das chaminés de São Paulo.

Para construir êsse nôvo “Inferno” estamos oferecendo:

10

- financiamento para investimentos, pesquisa e elaboração do projeto industrial;
- isenção de até 100% do Impôsto de Renda e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos localizados na ZONA FRANCA DE MANAUS e que se implantarem até 1982;

15

- dedução, por parte das pessoas jurídicas, registradas no País, de 50% do Impôsto de Renda e seus adicionais, para inversões em projetos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos;

20

- isenção do ICM às emprêsas que se instalarem no Estado do AMAZONAS;
- isenção do Impôsto sobre Serviço às emprêsas de qualquer natureza;
- isenção no IPI nas mercadorias produzidas para comercialização em qualquer parte do território nacional;
- isenção dos tributos na importação de máquinas e equipamentos;
- facilidades de localização dos empreendimentos industriais, agrícolas e pecuários.

25

O AMAZONAS É UM NÔVO MUNDO PARA OS SEUS INVESTIMENTOS  
Governo Danilo Areosa – Banco do Estado do Amazonas S.A.

Nesta propaganda, a centralidade argumentativa recai sobre as Expressões/Palavras **inferno, inferno verde, parque industrial no meio do**

**Amazonas e novo mundo**, pois é por meio delas que outras palavras constroem o próprio sentido, e formam a argumentação do discurso como um todo.

Apesar de analisarmos as Expressões/Palavras de acordo com a ordem em que aparecem no texto, acreditamos que a significação delas, durante a leitura, é constantemente reconstruída pelo enunciatário, pois, com a progressão textual, novos elementos devem ser considerados para formar o sentido do texto como um todo. Por isso, ao longo da análise, mesmo tomando como fio condutor a ordem de aparecimento no texto, as Expressões/Palavras são reexaminadas, a fim de que possamos perceber os encadeamentos argumentativos do texto, como normativos ou transgressivos. Vejamos, a seguir, como a Teoria dos Blocos Semânticos é capaz de desvendar a argumentação presente na propaganda 1.

Iniciamos a análise pelo título e, depois, verificamos no texto da propaganda o uso argumentativo de tais palavras. No título, o locutor afirma: “Nós queremos um ‘inferno’ de outras cores”. Recorrendo ao dicionário para explorar o sentido da palavra **inferno**, estabelecemos, como Argumentação Externa (AE), o segmento **inferno LG sofrimento extremo**. O converso de inferno, ou seja, o uso do conectivo oposto seguido da negação, será **inferno NE NEG sofrimento extremo**.

O locutor desse enunciado posiciona-se a favor de inferno, desejando-o. Notamos essa tomada de posição por meio do dêitico pessoal **nós**, reforçado pelo verbo **querer**, conjugado na primeira pessoa do plural, no tempo presente do modo indicativo (queremos). Depois de identificarmos a Argumentação Externa de inferno e seu converso (ou seja, o conector oposto ao que foi usado, mais a partícula negativa), precisamos identificar se o locutor assume o aspecto normativo ou o aspecto transgressivo dessa argumentação.

A partir dos elementos linguísticos do texto, o locutor afirma seu desejo por um inferno, mas nega aceitá-lo em sua totalidade, pois tal inferno deve ser **de outras cores**. Nesse primeiro momento, o locutor apresenta pistas linguísticas de que a Argumentação Externa de inferno, no contexto da propaganda, dificilmente será **inferno LG sofrimento extremo**, pois, apenas em casos excepcionais, haveria sofrimentos extremos. Além disso, “outras cores” parecem suavizar o sentido da palavra “inferno”, à qual é associada, comumente, a cor vermelha, remetendo ao fogo, dado ao fato de inferno representar, para os cristãos, um “lugar em que as almas pecadoras se encontram após a morte, submetidas a

penas eternas” (HOUAISS; VILLAR, 2008), em meio a chamadas (segundo o imaginário popular).

Por meio dos elementos linguísticos do título do anúncio, reforçando o que afirmamos anteriormente, o interlocutor ainda não pode estabelecer a argumentação de inferno, pois o sentido do discurso será estabelecido apenas no decorrer do texto da propaganda, após ser analisado como um todo. Até aqui, a Argumentação Interna de inferno será **lugar de sofrimento LG sofrimento eterno**, entretanto, como vemos ao longo da análise, tanto a Argumentação Interna quanto a Externa da palavra “inferno” será revista, devido ao sentido que expressam durante o uso, em diferentes enunciados do discurso.

Ao considerarmos a argumentação das palavras a partir do seu uso, não estamos, de forma alguma, contrariando a teoria na qual nos pautamos, pois a Teoria dos Blocos Semânticos determina que o sentido dos enunciados se estabeleça a partir da argumentação, que é intrínseca à língua. Seguindo a metodologia de Cabral (2011a) de buscar no dicionário o sentido das palavras já consagrado pelo uso, somos fiéis à teoria, mesmo permitindo, assim como essa autora, que os conceitos definidos por Carel e Ducrot (2005) se ampliem: “Nosso interesse, na extensão desses conceitos, é observar como eles acontecem em uso, ou seja, na orientação argumentativa dos textos que lemos e produzimos” (CABRAL, 2011b, p. 210).

É necessário observar, nesse sentido, que a linguagem em uso analisada nesta tese refere-se à utilizada em propagandas impressas veiculadas pela imprensa brasileira, de 1970 a 2010, nas quais são observados termos ou expressões não dicionarizados. Nesse caso, cabe ao pesquisador buscar outros meios para “desvendar” os sentidos, mas sempre a partir dos elementos linguísticos disponíveis nos próprios textos.

Em resumo, retomando as Argumentações Externas e a Argumentação Interna da palavra “inferno”, considerando o seu uso mais comum, temos:

<b>AE</b> (normativo)	inferno <b>logo</b> sofrimento extremo
<b>AE</b> (transgressivo)	inferno <b>no entanto não</b> sofrimento extremo
<b>AI</b> (normativo)	lugar de sofrimento <b>logo</b> sofrimento eterno

Lembramos que a Argumentação Externa apresenta a palavra em análise como parte do segmento, servindo como uma extensão da palavra; já a Argumentação Interna caracteriza-se por apresentar uma paráfrase do termo em análise.

Passemos, agora, para a segunda parte da análise, quando observamos o posicionamento do locutor da propaganda e o sentido argumentativo das palavras selecionadas por ele.

No início do texto, o locutor argumenta que “O AMAZONAS não é mais o ‘Inferno Verde’” (linha 3). Notamos aqui a voz do Enunciador 1 (E1), que afirma: o Amazonas, antes, era chamado de inferno verde, mas, hoje, não é mais, posição defendida pelo Enunciador 2 (E2). O locutor nega a voz do E1 e posiciona-se a favor do E2. Apresentamos, a seguir, a significação de “inferno verde” e as suas Argumentações Interna e Externa.

A expressão “Inferno Verde” era frequentemente usada, no século XX, para caracterizar a situação da floresta amazônica. Opondo-se ao paraíso imaginado por muitos, como a lenda contada pelos indígenas aos espanhóis sobre a cidade coberta de ouro ou o homem pintado com pó de ouro (está aí a origem da expressão *El Dorado* ou *Eldorado*, que significa, em espanhol, “o dourado”, “o homem dourado”), a realidade da Amazônia acabou desmistificando a fantasia criada em torno dessa área, saindo da ilusão do paraíso e defrontando-se com a realidade do inferno, e um inferno verde, em meio a toda aquela mata, a todos os insetos, à febre amarela, ao calor intenso. As pessoas que ali chegavam, longe de sentirem-se em um paraíso tropical, sentiam-se como em um verdadeiro inferno.

Na literatura, Alberto Rangel publicou, em 1908, a obra *Inferno Verde*, representando a Amazônia brasileira do século XX, por meio de onze contos. Segundo Leandro (2013), essa obra literária contribuiu para desconstruir o mito até então existente do Eldorado Amazônico, especialmente sobre a relação do homem – seringueiro, extrativista, agricultor, nordestino, índio e exploradores – com a floresta. “Se não for o inferno, será o purgatório. Doenças, chagas, delírio, danação, maximizam o quadro tétrico da situação social [...]” (LEANDRO, 2013, p. 7).

A partir dessas explicações sobre a expressão “Inferno Verde”, identificamos, como sua Argumentação Externa, o segmento **inferno verde LG sofrimento humano em meio à mata fechada**. Mas, na propaganda, como vimos, essa expressão é negada pelo locutor, resultando em: **NEG inferno verde LG NEG**

**sofrimento humano em meio à mata fechada**; e seu converso é: **NEG inferno verde NE sofrimento humano em meio à mata fechada**. Portanto, a Argumentação Interna de Inferno Verde ficou definida como: **lugar de sofrimento extremo LG sofrer em mata fechada**.

Assim, as Argumentações Externas e a Argumentação Interna da expressão “Inferno verde” foram delineadas do seguinte modo:

<b>AE</b> (normativo)	<b>não</b> inferno verde <b>logo não</b> sofrimento humano em meio à mata fechada
<b>AE</b> (transgressivo)	<b>não</b> inferno verde <b>no entanto</b> sofrimento humano em meio à mata fechada
<b>AI</b> (normativo)	lugar de sofrimento extremo <b>logo</b> sofrer em mata fechada

Tal posicionamento do locutor, que nega “Inferno Verde”, será reforçado pela Argumentação Externa de Amazonas no enunciado seguinte (linhas 4 e 5): Amazonas LG imenso território verde pela fertilidade de seu solo e pela grandeza de sua floresta. Assim, destacamos os seguintes Blocos Semânticos para Amazonas:

- Amazonas **logo NEG** inferno verde
- Amazonas **logo** imenso território verde
- Amazonas **logo** fertilidade de seu solo
- Amazonas **logo** grandeza de sua floresta

A Expressão/Palavra “inferno”, nos enunciados seguintes, interfere na significação da Expressão/Palavra “parque industrial no meio do Amazonas”, ao ser utilizada no mesmo Bloco Semântico. Assim, temos **parque industrial no meio do Amazonas logo inferno**.

Entretanto, o locutor ressalta uma nova característica de inferno, cuja cor é como a “das chaminés de São Paulo”, resultando na Argumentação Externa: **parque industrial no meio do Amazonas LG inferno da cor das chaminés de São Paulo**. Seu converso será **parque industrial no meio do Amazonas NE NEG inferno da cor das chaminés de São Paulo**. A Argumentação

Interna dela será: **muitas indústrias instaladas no estado do Amazonas LG sofrimento acarretado pela poluição.**

De acordo com as Argumentações Externas e Interna de **parque industrial no meio do Amazonas**, temos:

<b>AE</b> (normativo)	parque industrial no meio do Amazonas <b>logo</b> inferno da cor das chaminés de São Paulo
<b>AE</b> (transgressivo)	parque industrial no meio do Amazonas <b>no entanto não</b> inferno da cor das chaminés de São Paulo
<b>AI</b> (normativo)	muitas indústrias instaladas no estado do Amazonas <b>logo</b> sofrimento acarretado pela poluição

No discurso em análise, concluímos que, quando o locutor relaciona parque industrial a um inferno da cor das chaminés de São Paulo, ele argumenta a favor do desenvolvimento industrial da região, mas não descarta o transtorno que a nova realidade acarretaria naquele “imenso verde”.

Consequentemente, passa-se do **Inferno Verde** para **um novo Inferno**, no qual o locutor posiciona-se a favor do aspecto normativo da Argumentação Externa dessa Expressão/Palavra: **parque industrial no meio do Amazonas logo desenvolvimento.**

Dessa forma, se até então não havia desenvolvimento no Amazonas, era porque não existiam indústrias instaladas lá. Um parque industrial, incentivado pelo governo, por meio da isenção de impostos e diversos outros benefícios listados no anúncio, é visto como a solução ideal àquilo que era considerado um problema: setor econômico do estado do Amazonas menos desenvolvido em comparação a outros estados brasileiros, como o de São Paulo. Essa afirmação é comprovada pela negação de ser Inferno Verde para tornar-se um Inferno da cor das chaminés de São Paulo.

Ao se colocar no discurso da propaganda (“estamos oferecendo”), o enunciador oferece diversos argumentos que formam blocos de segmentos normativos com **novo inferno**. Assim, temos:

- financiamento para investimentos, pesquisa e elaboração do projeto industrial **logo novo inferno**
- isenção de até 100% do Imposto de Renda e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos localizados na ZONA FRANCA DE MANAUS e que se implantarem até 1982 **logo novo inferno**
- dedução, por parte das pessoas jurídicas, registradas no País, de 50% do Imposto de Renda e seus adicionais, para inversões em projetos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos **logo novo inferno**
- isenção do ICM às empresas que se instalarem no Estado do AMAZONAS **logo novo inferno**
- isenção do Imposto sobre Serviço às empresas de qualquer natureza **logo novo inferno**
- isenção no IPI nas mercadorias produzidas para comercialização em qualquer parte do território nacional **logo novo inferno**
- isenção dos tributos na importação de máquinas e equipamentos **logo novo inferno**
- facilidades de localização dos empreendimentos industriais, agrícolas e pecuários **logo novo inferno**

Cada um desses segmentos contribui para a construção de um novo inferno: um Amazonas industrializado, desenvolvido. O locutor, ao expressar que é possível haver desenvolvimento no Amazonas, propõe a criação de um parque industrial, em que seriam mobilizados inúmeros empresários, a fim de investir na região norte do país. Nesse caso, a criação de um parque industrial seria a solução mais atrativa para se obter grandes investimentos no estado do Amazonas.

E esse **novo inferno** é associado a **um novo mundo**, no *slogan* do anúncio: “O Amazonas é um novo mundo para os seus investimentos”, designação dada ao continente americano pelos europeus, segundo uma visão eurocentrista, já que, até o final do século XV, eles conheciam apenas os continentes europeu, africano e asiático. Na década de 1490, os europeus saíram do Velho Mundo e vieram ao Novo Mundo explorar riquezas, desbravar um território até então desconhecido por eles, que se diziam os detentores de toda cultura e conhecimento.

Ao usar essa expressão no *slogan*, o locutor (L) compara o Amazonas ao continente americano do século XV, na visão europeia, ao mesmo tempo em que aproxima seu alocutário dos europeus, quando buscavam a apropriação de territórios pouco conhecidos. O Amazonas, enquanto um “**novo mundo para os seus investimentos**”, possibilita a construção de um parque industrial, e não será mais conhecido como um “Inferno Verde”, mas sim um “Inferno” de outra cor, ou seja, da cor das chaminés de São Paulo. É o que observamos nos Blocos Semânticos a seguir.

- novo mundo **logo** construção de um parque industrial
- novo mundo **logo** não “Inferno Verde”
- novo mundo **logo** um “Inferno” de outra cor
- novo mundo **logo** um inferno da cor das chaminés de São Paulo

O locutor incentiva os alocutários a financiarem o desenvolvimento do estado do Amazonas, argumentando a favor da destruição das florestas para implantar indústrias no coração da Amazônia, e estabelecer o desenvolvimento da região. O locutor, em um primeiro momento, nega **inferno verde** para, em seguida, afirmar que existe um inferno de outras cores: “O Amazonas não é mais um ‘Inferno Verde’, [...] Mas será um ‘Inferno’ de outra cor. Da cor das chaminés de São Paulo.”

Estabelecemos, dessa forma, as Argumentações Externas e Interna da Expressão/Palavra **novo mundo**: **novo mundo LG Amazonas em desenvolvimento**; seu converso: **novo mundo NE NEG Amazonas em desenvolvimento**; e sua Argumentação Interna: **lugar inexplorado LG novas oportunidades**. Argumentações sintetizadas abaixo:

<b>AE</b> (normativo)	novo mundo <b>logo</b> Amazonas em desenvolvimento
<b>AE</b> (transgressivo)	novo mundo <b>no entanto não</b> Amazonas em desenvolvimento
<b>AI</b> (normativo)	lugar inexplorado <b>logo</b> novas oportunidades

A partir desses argumentos, constatamos que os segmentos **ser preservado CON<sup>18</sup> ser desenvolvido** destacam-se na propaganda, mesmo que

<sup>18</sup> Como vimos no capítulo anterior, CON significa conector normativo ou transgressivo; enquanto CON' é o conector oposto.

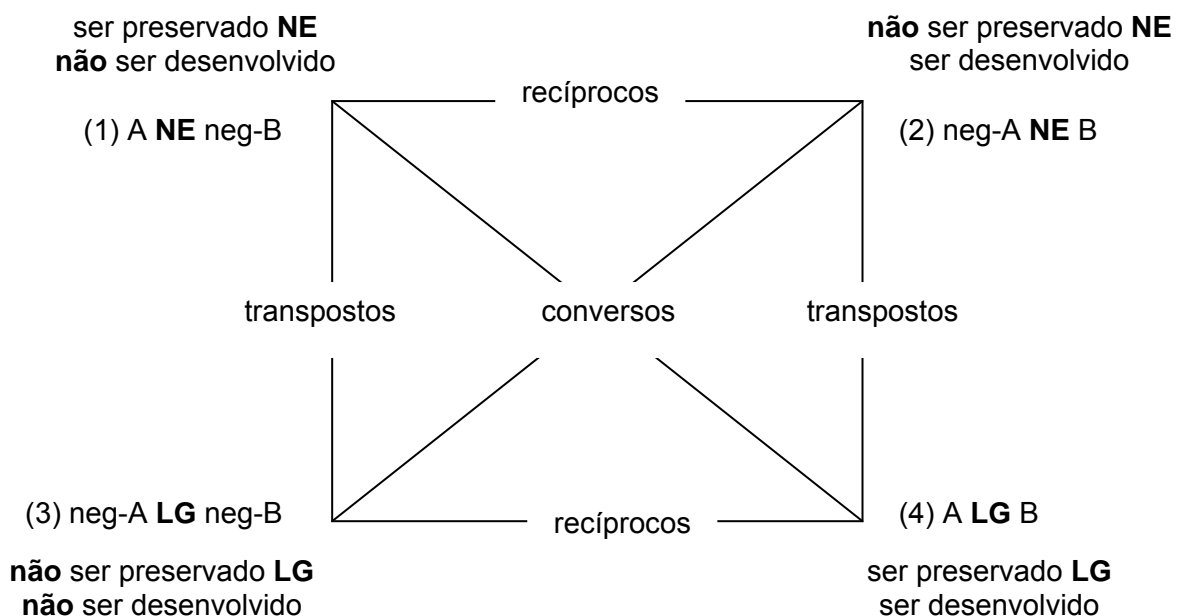
implicitamente. É por meio deles que foram desenvolvidos os oito encadeamentos seguintes, com base em Ducrot e Carel (2005, p. 46), aos quais nos referimos no Capítulo 3 desta tese:

- (a) ser preservado **no entanto** não ser desenvolvido (A NE neg-B)
- (b) não ser preservado **no entanto** ser desenvolvido (neg-A NE B)
- (c) não ser preservado **logo** não ser desenvolvido (neg-A LG neg-B)
- (d) ser preservado **logo** ser desenvolvido (A LG B)
- (e) ser preservado **no entanto** ser desenvolvido (A NE B)
- (f) não ser preservado **no entanto** não ser desenvolvido (neg-A NE neg-B)
- (g) não ser preservado **logo** ser desenvolvido (neg-A LG B)
- (h) ser preservado **logo** não ser desenvolvido (A LG neg-B)

Os Blocos Semânticos, como vimos anteriormente, são compostos por encadeamentos interligados por conectores transgressivos ou normativos, sobre os quais incidem ou não a partícula negativa.

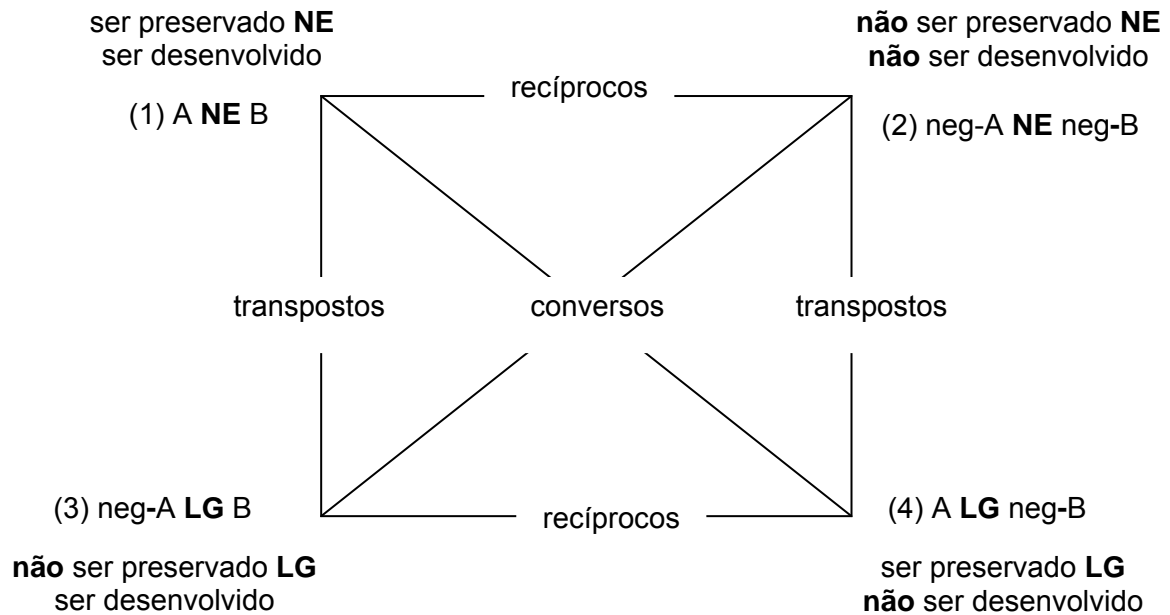
As Figuras 5 e 6 mostram, respectivamente, como se organizam o Bloco Semântico 1 e o Bloco Semântico 2 da propaganda em análise, a partir desses encadeamentos.

**Figura 5** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 1.



**Fonte:** a autora.

**Figura 6** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 1.



**Fonte:** a autora.

Nessa propaganda do Banco do Estado do Amazonas S.A., sob o governo de Danilo Areosa, o locutor (L) procura convencer o alocutário de que o Estado do Amazonas não apresenta apenas mata fechada, florestas impenetráveis, mas é um território de grandes oportunidades econômicas para investidores; oferece uma lista de vantagens como: financiamento, isenção de impostos, dedução do imposto de renda e facilidade de localização, uma infinidade de vantagens para quem queira contribuir para o desenvolvimento daquele local e se beneficiar por isso.

A propaganda em análise apresenta um contradiscurso, pois, hoje, ela é considerada a negação da ecopropaganda: os valores que a perpassam vão na contramão dos discursos favoráveis ao meio ambiente. No entanto, se ela é o oposto do que desejamos mostrar, por que foi selecionada para compor nosso *corpus*? Porque consideramos, também, os seguintes objetivos já expostos no início deste trabalho: descrever a pertinência com que o tema “meio ambiente” esteve presente em nossa sociedade, de 1968 até 2012, e aplicar os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos, para estabelecer o sentido do discurso em questão. Ou seja, se até a década de 1970 a sociedade em geral não atribuía a devida importância aos problemas ambientais, certamente isso se reflete no discurso veiculado na imprensa, portanto essa característica também deve ser mostrada.

Além disso, chamou a nossa atenção o fato de o contradiscurso ter aparecido, na revista *Veja*, antes de propagandas que defendem a preservação ambiental. A primeira propaganda a utilizar esse discurso foi publicada na edição 77, de 25 de fevereiro de 1970 (ANEXO F), a qual utiliza argumentos parecidos com os da propaganda em análise, pois pertence ao mesmo anunciante.<sup>19</sup>

Portanto, o fato de, até então, não existirem propagandas de cunho ambiental em defesa da preservação do planeta revela o momento pelo qual o Brasil estava passando no início da década de 1970: a valorização da implantação de indústrias em todo o país, inclusive na região norte, pouco explorada economicamente.

Sintetizamos, no quadro seguinte, as Argumentações Externas e Internas das Expressões/Palavras em destaque.

**Quadro 2 - Propaganda 1 - AE e AI.**

<b>1. Expressão/Palavra: inferno</b>	
<b>AE (normativo)</b>	inferno <b>logo</b> sofrimento extremo
<b>AE (transgressivo)</b>	inferno <b>no entanto não</b> sofrimento extremo
<b>AI (normativo)</b>	lugar de sofrimento <b>logo</b> sofrimento eterno
<b>2. Expressão/Palavra: inferno verde</b>	
<b>AE (normativo)</b>	<b>não</b> inferno verde <b>logo não</b> sofrimento humano em meio à mata fechada
<b>AE (transgressivo)</b>	<b>não</b> inferno verde <b>no entanto</b> sofrimento humano em meio à mata fechada
<b>AI (normativo)</b>	lugar de sofrimento extremo <b>logo</b> sofrer em mata fechada
<b>3. Expressão/Palavra: parque industrial no meio do Amazonas</b>	
<b>AE (normativo)</b>	parque industrial no meio do Amazonas <b>logo</b> inferno da cor das chaminés de São Paulo
<b>AE (transgressivo)</b>	parque industrial no meio do Amazonas <b>no entanto não</b> inferno da cor das chaminés de São Paulo

<sup>19</sup> Apesar de, aparentemente, essa propaganda utilizar, no título, o discurso verde “O Amazonas está sendo reflorestado”, o texto expressa, claramente, o contradiscurso: “Essa história de “Inferno Verde” não existe mais. O AMAZONAS é hoje uma grande realidade econômica e uma das regiões brasileiras que oferece maior rentabilidade aos investimentos. Dezenas de projetos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos, aprovados pela SUDAM, já estão funcionando ou em fase de execução. Nós estamos plantando no AMAZONAS, um novo tipo de floresta em que as árvores são chaminés. E estamos ocupando os campos com lavouras e gado. Para isto oferecemos os seguintes estímulos [...]” (VEJA, ed. 77, 25 fev. 1970).

<b>AI (normativo)</b>	muitas indústrias instaladas no estado do Amazonas <b>logo</b> sofrimento acarretado pela poluição
<b>4. Expressão/Palavra: novo mundo</b>	
<b>AE (normativo)</b>	novo mundo <b>logo</b> Amazonas em desenvolvimento
<b>AE (transgressivo)</b>	novo mundo <b>no entanto não</b> Amazonas em desenvolvimento
<b>AI (normativo)</b>	lugar inexplorado <b>logo</b> novas oportunidades

Fonte: a autora.

Por meio da análise apresentada, verificamos que o locutor coloca-se favorável ao fato iminente de o Amazonas tornar-se um estado industrializado e em desenvolvimento, mostrando-se, assim, favorável ao desenvolvimento econômico e desfavorável à manutenção das florestas, características argumentativas que comprovam o contradiscurso identificado nessa peça publicitária.

#### 4.2.2 Propaganda 2



Fonte:Veja, 14 fev. 1979, ed. 545, p. 109

01

**Plante ou morra.**

Nem sempre é um crime cortar uma árvore. Um mundo cheio de árvores e sem nenhum conforto era o que existia na Idade da Pedra.

05

Para se fazer uma infinidade de produtos que você hoje não pode dispensar, é preciso cortar árvores. Desde o papel até seu carro e sua casa.

Crime é derrubar uma árvore e não plantar outra no lugar. Porque se você tiver todos os produtos que desejar à custa de uma terra devastada, talvez os seus filhos não vivam para aproveitar o conforto.

10

É por isso que existe a política de reflorestamento. Através dela mais de 4 bilhões de novas árvores já foram plantadas no Brasil.

Árvores para todos os fins: para fornecer matéria-prima industrial, para garantir a pureza do ar, a fertilidade do solo, o equilíbrio ecológico e o equilíbrio sócio-econômico entre a cidade e o campo.

15

Os projetos florestais estão criando e renovando áreas verdes, para que no lugar de uma árvore cortada, não fique um buraco seco e triste.

Ajude a civilização a não morrer de falta de ar. Aplique o seu incentivo fiscal no reflorestamento.

20

Planta 7 – Empreendimentos Rurais Ltda – Belo Horizonte – MG.

Nessa propaganda, três Expressões/Palavras contêm a centralidade argumentativa do anúncio: **crime**, **terra devastada** e **política de reflorestamento**. Sendo assim, analisamos as Argumentações Externas e Internas de cada uma delas, e o modo como elas se relacionam para formar o sentido da propaganda.

No primeiro enunciado da propaganda, “Nem sempre é um crime cortar uma árvore” (linha 3), o Enunciador 1 caracteriza como crime o ato de cortar árvores; ideia rebatida pelo Enunciador 2, para o qual cortar árvores, em alguns casos, não é considerado crime, utilizando a expressão “nem sempre”. O locutor, ao se posicionar a favor do Enunciador 2, mostra-se favorável ao aspecto transgressivo da Argumentação Externa (AE) de crime: **cortar árvore NE NEG crime**; seu converso será **cortar árvore LG crime**.

Verificamos, desse modo, que o locutor posiciona-se contra o aspecto normativo de crime e assume o aspecto transgressivo dessa Expressão/Palavra, acompanhado pela negação: **cortar árvore NE NEG crime**.

Nessa propaganda, ao contrário da primeira, não se incentiva a destruição da natureza, visando ao desenvolvimento econômico de áreas florestais, no entanto a pretensão não é focalizar a devastação ambiental, mas amenizar os prejuízos decorrentes dela, olhando-a sob outro aspecto. Assim, há um meio de não se considerar crime o ato de cortar uma árvore (argumento destacado mais adiante no discurso da propaganda).

Já a Argumentação Interna (AI) de **crime** apresenta o seguinte aspecto no contexto da propaganda: **desmatar NE NEG propenso à punição**. O aspecto transgressivo, acompanhado da negação, na AI de crime, justifica-se pelo uso da expressão “nem sempre”, pois ela indica outra argumentação para crime. Portanto, as Argumentações Externas e Interna de crime são:

<b>AE</b> (transgressivo)	cortar árvore <b>no entanto não</b> crime
<b>AE</b> (normativo)	cortar árvore <b>logo</b> crime
<b>AI</b> (transgressivo)	causar danos ambientais <b>no entanto não</b> propenso à punição

Para reforçar o argumento de que “nem sempre” é crime cortar uma árvore, o locutor ressalta que “Um mundo cheio de árvores e sem nenhum conforto era o que existia na Idade da Pedra”, mas o locutor vai além de associar a Terra preservada à Idade da Pedra: ele chama a atenção do alocutário sobre a falta de conforto, facilmente entendido como algo negativo.

Ao apontar para um período histórico bem longínquo, a Idade da Pedra, ocorrido há cerca de dois milhões de anos, o locutor aponta também para um lugar e um sujeito igualmente distantes e inconcebíveis na atualidade. Com isso, o alocutário é levado a refletir sobre o quanto era difícil viver em um lugar cheio de árvores, em um tempo em que o conforto era escasso, praticamente nulo.

Em seguida, o locutor atualiza os elementos da enunciação e aponta para o enunciatário (você), (sua) casa, (seu) carro, no tempo do agora (hoje), levando o enunciatário a ter consciência de que, para possuir bens e produtos diversos, árvores precisam ser derrubadas: “Para se fazer uma infinidade de produtos que você hoje não pode dispensar, é preciso cortar árvores. Desde o papel até seu carro e sua casa.”

Portanto, apesar de o locutor ser a favor do uso de árvores para satisfazer algumas necessidades criadas pelo homem, visando ao conforto, o exagero desse ato é condenado pelo locutor, o qual se revela contra uma **terra devastada**. Essa Expressão/Palavra apresenta o seguinte Bloco Semântico: **ter todos os produtos que desejar LG terra devastada**; seu converso será **ter todos os produtos que desejar NE NEG terra devastada**.

O locutor não se posiciona a favor do aspecto normativo do bloco, pois, sendo a devastação da terra algo não desejado por ele, posiciona-se favoravelmente ao aspecto transgressivo desse bloco, junto à partícula negativa, mostrando que é possível ter todos os produtos que desejar, mas sem que isso resulte em uma terra devastada. A Argumentação Interna de terra devastada é: **querer eliminar o verde da terra logo destruição completa.**

Resumindo as Argumentações Externas e Interna de **terra devastada**, temos:

<b>AE</b> (normativo)	ter todos os produtos que desejar <b>logo</b> terra devastada
<b>AE</b> (transgressivo)	ter todos os produtos que desejar <b>no entanto não</b> terra devastada
<b>AI</b> (normativo)	querer eliminar o verde da terra <b>logo</b> destruição completa

No Bloco Semântico de aspecto normativo da Expressão/Palavra **terra devastada**, evidencia-se seu sentido mais comum (ter todos os produtos que desejar logo terra devastada), assim como em sua Argumentação Interna (querer eliminar o verde da terra logo destruição completa). No entanto, esse sentido é revisto por meio de seu converso, em que ter todos os produtos que desejar não resultará em uma terra devastada. Esse Bloco Semântico transgressivo é justificado, na propaganda, quando o locutor exprime o que de fato seria crime: **“Crime é derrubar uma árvore e não plantar outra no lugar.”**

Assim, ter todos os produtos que desejar, no entanto não ter uma terra devastada, deve-se ao argumento de que outra árvore será plantada no lugar da que foi derrubada, levando à Expressão/Palavra seguinte, **política de reflorestamento**, à qual são associadas estas Argumentações Externas:

- política de reflorestamento **logo** mais de 4 bilhões de novas árvores plantadas no Brasil
- política de reflorestamento **logo** árvores para fornecer matéria-prima industrial
- política de reflorestamento **logo** árvores para garantir a pureza do ar

- política de reflorestamento **logo** árvores para garantir a fertilidade do solo
- política de reflorestamento **logo** árvores para garantir o equilíbrio ecológico
- política de reflorestamento **logo** árvores para garantir o equilíbrio socioeconômico entre a cidade e o campo

A partir de tais argumentos relacionados à política de reflorestamento, sintetizamos o sentido dessa Expressão/Palavra por meio do seguinte Bloco Semântico, considerado como central na propaganda: **política de reflorestamento LG solução para o desmatamento**; cujo converso é: **política de reflorestamento NE NEG solução para o desmatamento**; e sua Argumentação Interna: **programa governamental em prol da restauração da cobertura florestal LG plantio de sementes e mudas de árvores em terras devastadas**.

A seguir, sintetizamos as Argumentações Externas e a Interna da Expressão/Palavra **política de reflorestamento**:

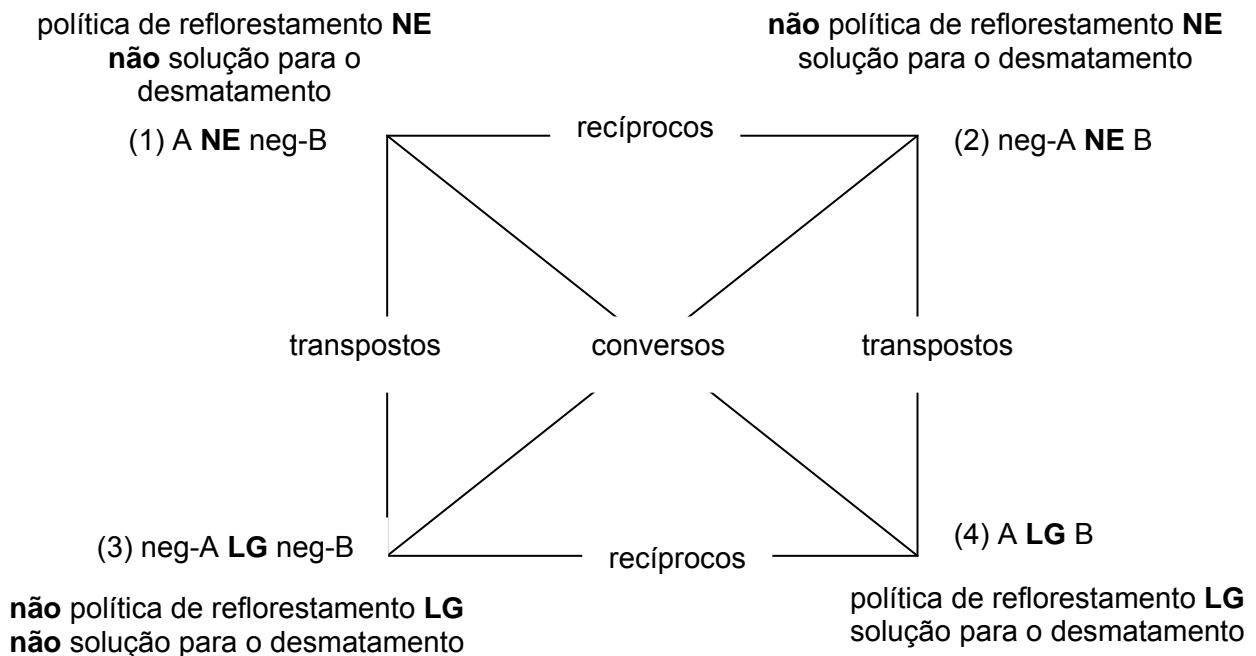
<b>AE</b> (normativo)	política de reflorestamento <b>logo</b> solução para o desmatamento
<b>AE</b> (transgressivo)	política de reflorestamento <b>no entanto não</b> solução para o desmatamento
<b>AI</b> (normativo)	programa governamental em prol da restauração da cobertura florestal <b>logo</b> plantio de sementes e mudas de árvores em terras devastadas

A partir das análises apresentadas, consideramos, como o Bloco Semântico central dessa propaganda, política de reflorestamento CON<sup>20</sup> solução para o desmatamento, por meio do qual foram gerados oito Blocos Semânticos:

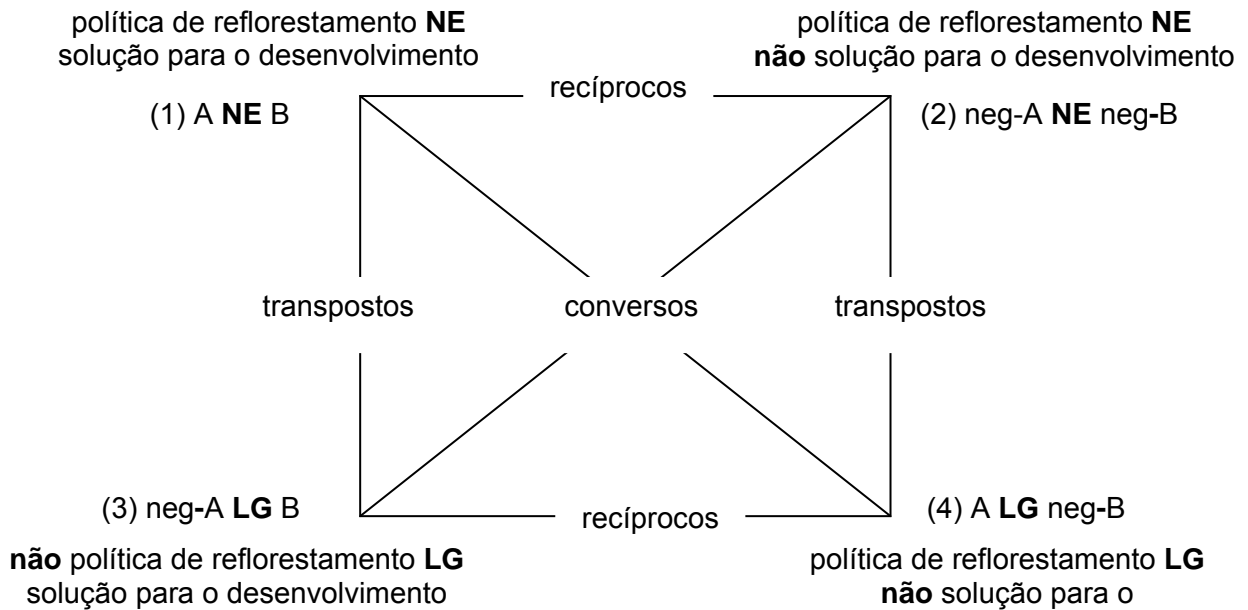
<sup>20</sup> Como vimos no capítulo anterior, CON significa conector.

- (a) política de reflorestamento **no entanto não** solução para o desmatamento
- (b) **não** política de reflorestamento **no entanto** solução para o desmatamento
- (c) **não** política de reflorestamento **logo não** solução para o desmatamento
- (d) política de reflorestamento **logo** solução para o desmatamento
- (e) política de reflorestamento **no entanto** solução para o desmatamento
- (f) **não** política de reflorestamento **no entanto não** solução para o desmatamento
- (g) **não** política de reflorestamento **logo** solução para o desmatamento
- (h) política de reflorestamento **logo não** solução para o desmatamento

**Figura 7 -** Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 2.



**Fonte:** a autora.

**Figura 8** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 2.

**Fonte:** a autora.

Desses oito Blocos Semânticos que visualizamos nos dois quadrados argumentativos, dois expressam o sentido observado na propaganda: política de reflorestamento LG solução para o desmatamento (A LG B), e o seu recíproco não política de reflorestamento LG não solução para o desmatamento (neg-A LG neg-B).

Retomando, no quadro a seguir, as Argumentações Externas e Internas de cada uma das Expressões/Palavras destacadas nessa propaganda:

**Quadro 3** - Propaganda 2 - AE e AI.

<b>1. Expressão/Palavra: crime</b>	
<b>AE (transgressivo)</b>	cortar árvore <b>no entanto não</b> crime
<b>AE (normativo)</b>	cortar árvore <b>logo</b> crime
<b>AI (transgressivo)</b>	causar danos ambientais <b>no entanto não</b> propenso à punição
<b>2. Expressão/Palavra: terra devastada</b>	
<b>AE (normativo)</b>	ter todos os produtos que desejar <b>logo</b> terra devastada
<b>AE (transgressivo)</b>	ter todos os produtos que desejar <b>no entanto não</b> terra devastada
<b>AI (normativo)</b>	querer eliminar o verde da terra <b>logo</b> destruição completa

3. Expressão/Palavra: política de reflorestamento	
AE (normativo)	política de reflorestamento <b>logo</b> solução para o desmatamento
AE (transgressivo)	política de reflorestamento <b>no entanto não</b> solução para o desmatamento
AI (normativo)	programa governamental em prol da restauração da cobertura florestal <b>logo</b> plantio de sementes e mudas de árvores em terras devastadas

Fonte: a autora.

O anunciante da propaganda, Planta 7 – Empreendimentos Rurais Ltda, apresenta-se, por meio do locutor, como um dos “projetos florestais” que “estão criando e renovando áreas verdes, para que no lugar de uma árvore cortada, não fique um buraco seco e triste”. A política de reflorestamento ocorre por meio do incentivo fiscal oferecido pelo governo, observado no apelo: “Aplique o seu incentivo fiscal no reflorestamento.” Portanto, o público-alvo do anúncio são empresários que podem aplicar o incentivo fiscal no reflorestamento, apontado como uma solução para o desmatamento que tanto havia avançado no Brasil.

#### 4.2.3 Propaganda 3

**ECO 86**

Sim, é 86 mesmo. Foi há seis anos, antes da ecologia cair na boca do povo, que a Abividro tomou a primeira atitude concreta em favor do meio ambiente: a coleta organizada de vidro para reciclagem. Em 1986, a Abividro instalou o primeiro Programa Permanente de Reciclagem do Vidro, nas cidades de São José do Rio Preto, em São Paulo. Hoje já são mais de 20 cidades, com 800 coletores, atingindo sete milhões de pessoas. Um trabalho pioneiro, sério e, principalmente, ecológico. Porque, recolhendo-se o vidro para reciclagem, evita-se que ele polua o meio ambiente e reduz-se a retirada de matéria-prima do ecossistema. A Abividro saiu a Eco 86. É importante discutir e debater. Mas também é importante fazer. E a Abividro já está fazendo, há seis anos.

**PROGRAMA PERMANENTE DE RECICLAGEM DE VIDRO**

**ABIVIDRO**  
Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro  
Praça Dom Bosco, 480 - 13° andar - CEP 01222-000  
São Paulo - SP - Brasil - Tel: (011) 50833227-194  
www.abividro.org.br

Fonte: Veja, 03 jun. 1992, ed. 1237, p. 80-81.

01

**Eco 86**

05 Sim, é 86 mesmo. Foi há seis anos, antes da ecologia cair na boca do povo, que a Abividro tomou a primeira atitude concreta em favor do meio ambiente: a coleta organizada de vidro para reciclagem.

Em 1986, a Abividro instalou o primeiro Programa Permanente de Reciclagem de vidro, na cidade de São José do Rio Preto, em São Paulo. Hoje já são mais de 20 cidades, com 800 coletores, atingindo sete milhões de pessoas. Um trabalho pioneiro, sério e, principalmente, ecológico.

10 Porque, recolhendo-se o vidro para reciclagem, evita-se que ele polua o meio ambiente e reduz-se a retirada de matéria-prima do ecossistema.

A Abividro saúda a Eco 92. É importante discutir e debater. Mas também é importante fazer. E a Abividro já está fazendo, há seis anos.

15

**Programa Permanente de Reciclagem de Vidro**

As Palavras/Expressões que se destacam nessa propaganda, a nosso ver, são: trabalho pioneiro, trabalho sério, trabalho ecológico, discutir/debater, fazer.

Inicialmente, a argumentação é construída em torno do sentido de Eco 86, que faz referência à Eco 92, Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, conforme exposto no primeiro capítulo desta tese.

O destaque dado à expressão “Eco 86”, no título do anúncio, estabelece que a intenção do locutor é prender a atenção do alocutário no algarismo que acompanha o termo “Eco”, levando a certo estranhamento da expressão, comprovado pelo início do texto: “Sim, é 86 mesmo.”

O locutor do anúncio da Abividro opõe-se ao Enunciador 1, o qual afirma, naquele contexto sócio-histórico-cultural, a existência de uma expressão em evidência, a Eco 92, e assume o posicionamento do Enunciador 2, que se afasta de Eco 92 e aproxima-se de Eco 86, referindo-se ao ano de 1986, quando as ações da empresa a favor do meio ambiente iniciaram-se, ou seja, seis anos antes da data de publicação do anúncio e realização da conferência.

Para explicar o sentido de Eco 86 e Eco 92, por meio da Teoria dos Blocos Semânticos, analisamos as Argumentações Externas e Internas das Expressões/Palavras destacadas (trabalho pioneiro, trabalho sério, trabalho ecológico, discutir/debater, fazer), as quais direcionam o alocutário para a construção do sentido de Eco 86 e Eco 92 na propaganda.

A primeira Expressão/Palavra a ser analisada é trabalho pioneiro, a qual apresenta as seguintes Argumentações Externas: trabalho pioneiro LG iniciar algo; e seu converso: trabalho pioneiro NE NEG iniciar algo. O locutor, ao colocar em evidência a E/P trabalho pioneiro, ressalta a iniciativa da empresa, destacando-se por antecipar algo novo até então: a coleta organizada de vidro para reciclagem.

A Argumentação Interna dessa E/P é definida como: ser precursor LG executar primeiro uma ação. No texto, há outras expressões que remetem à característica de ser precursor: “a primeira atitude concreta em favor do meio ambiente”; “primeiro Programa Permanente de Reciclagem de vidro”. As Argumentações Externas e Interna de trabalho pioneiro são:

<b>AE</b> (normativo)	trabalho pioneiro <b>logo</b> iniciar algo
<b>AE</b> (transgressivo)	trabalho pioneiro <b>no entanto não</b> iniciar algo
<b>AI</b> (normativo)	ser precursor <b>logo</b> executar primeiro uma ação

A segunda Expressão/Palavra analisada é **trabalho sério**, que apresenta as Argumentações Externas: **trabalho sério LG proceder com honestidade**; seu converso: **trabalho sério NE NEG proceder com honestidade**. E apresenta a Argumentação Interna: **atividades executadas LG execução com seriedade**. Ao associar trabalho sério à Abividro, o locutor pretende dar credibilidade à marca anunciada, destacando que suas ações são verdadeiras, honestas, e não apenas *marketing* para criar uma boa impressão. Essas argumentações ficam assim definidas:

<b>AE</b> (normativo)	trabalho sério <b>logo</b> proceder com honestidade
<b>AE</b> (transgressivo)	trabalho sério <b>no entanto não</b> proceder com honestidade
<b>AI</b> (normativo)	atividade executada <b>logo</b> execução com seriedade

Passemos à análise da Expressão/Palavra **trabalho ecológico**. Ela apresenta as Argumentações Externas: **trabalho ecológico LG respeito ao meio ambiente**; seu converso: **trabalho ecológico NE NEG respeito ao meio ambiente**; a Argumentação Interna: **atividade executada LG execução favorável ao meio ambiente**. Ressaltamos o modalizador “principalmente”, que incide sobre “ecológico”

e torna esse argumento mais forte ou mais importante, segundo o locutor, em relação aos outros dois (pioneiro e sério), ou seja, das qualidades destacadas, “ser ecológico” é a principal.

<b>AE</b> (normativo)	trabalho ecológico <b>logo</b> respeito ao meio ambiente
<b>AE</b> (transgressivo)	trabalho ecológico <b>no entanto não</b> respeito ao meio ambiente
<b>AI</b> (normativo)	atividade executada <b>logo</b> execução favorável ao meio ambiente

Na Expressão/Palavra **discutir/debater**, identificamos como Argumentação Externa os segmentos: **discutir/debater LG expor razões em defesa de uma opinião**; e seu converso: **discutir/debater NE NEG expor razões em defesa de uma opinião**. A Argumentação Interna é: **examinar um assunto conjuntamente LG analisar questionando**. Ao relacionar essas E/P à Eco 92, em “A Abividro saúda a Eco 92. É importante discutir e debater”, o locutor emite sucinto ponto de vista sobre a Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a qual estaria atrelada a discussões e debates. Resumimos as Argumentações Externas e Interna de discutir/debater como:

<b>AE</b> (normativo)	discutir/debater <b>logo</b> expor razões em defesa de uma opinião
<b>AE</b> (transgressivo)	discutir/debater <b>no entanto não</b> expor razões em defesa de uma opinião
<b>AI</b> (normativo)	examinar um assunto conjuntamente <b>logo</b> analisar questionando

A outra Expressão/Palavra que destacamos é **fazer**, que apresenta as seguintes Argumentações Externas: **fazer LG realizar algo**; seu converso: **fazer NE NEG realizar algo**. E sua Argumentação Interna é: **executar LG realizar uma ação**. Essa E/P destaca-se entre as argumentações da propaganda, porque o seu sentido opõe-se a discutir/debater. Dessa forma, enquanto a Eco 92 examina um assunto conjuntamente (o meio ambiente), analisando e questionando, a Abividro executa e realiza ações a favor do meio ambiente.

<b>AE</b> (normativo)	fazer <b>logo</b> realizar algo
<b>AE</b> (transgressivo)	fazer <b>no entanto não</b> realizar algo
<b>AI</b> (normativo)	executar <b>logo</b> realizar uma ação

O locutor, assim, argumenta que é importante discutir e debater sobre o meio ambiente, **no entanto** também é importante fazer algo a favor do meio ambiente. Em decorrência dessas Argumentações Externas e Internas, verificamos os seguintes Blocos Semânticos na propaganda:

- um trabalho pioneiro, sério e, principalmente, ecológico **logo** Abividro
- fazer algo pelo meio ambiente **logo** Abividro
- discutir e debater sobre questões ambientais **logo** Eco 92

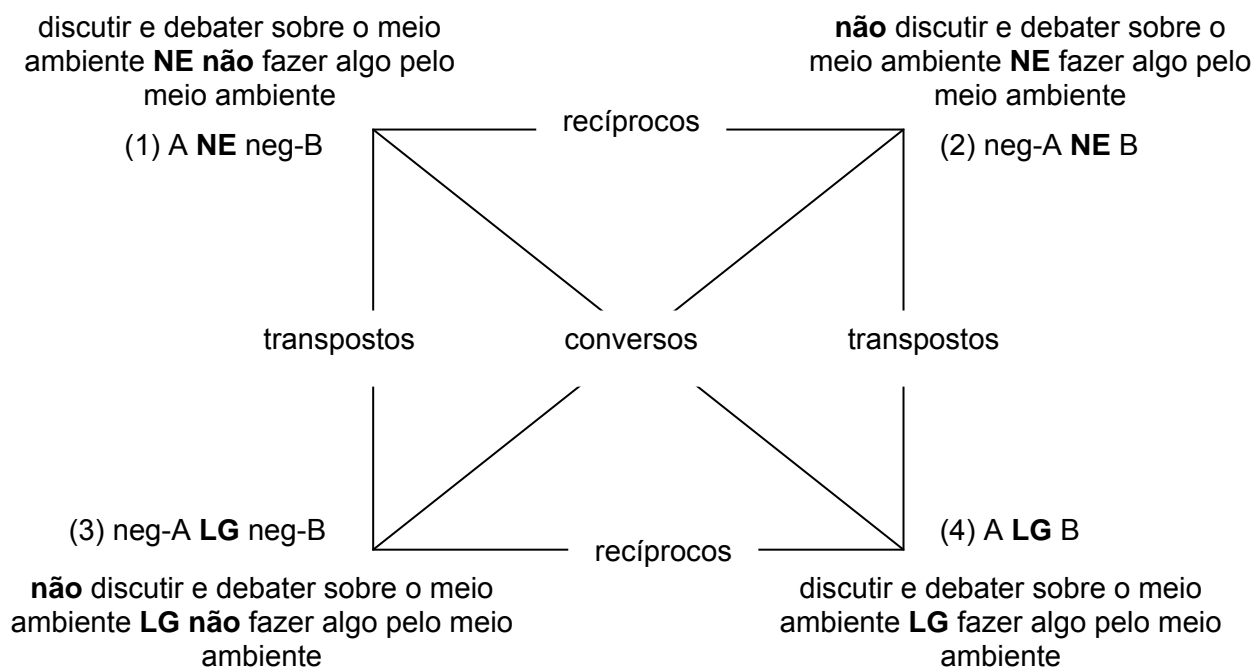
A partir das Expressões/Palavras destacadas, estabelecemos dois segmentos principais: **discutir e debater sobre o meio ambiente CON fazer algo pelo meio ambiente**, por meio dos quais foram desenvolvidos oito Blocos Semânticos:

- (a) discutir e debater sobre o meio ambiente **no entanto não** fazer algo pelo meio ambiente
- (b) **não** discutir e debater sobre o meio ambiente **no entanto** fazer algo pelo meio ambiente
- (c) **não** discutir e debater sobre o meio ambiente **logo** fazer algo pelo meio ambiente
- (d) discutir e debater sobre o meio ambiente **logo** fazer algo a favor do meio ambiente
- (e) discutir e debater sobre o meio ambiente **no entanto** fazer algo pelo meio ambiente
- (f) **não** discutir e debater sobre o meio ambiente **no entanto não** fazer algo pelo meio ambiente
- (g) **não** discutir e debater sobre o meio ambiente **logo** fazer algo pelo meio ambiente

(h) discutir e debater sobre o meio ambiente **logo não** fazer algo pelo meio ambiente

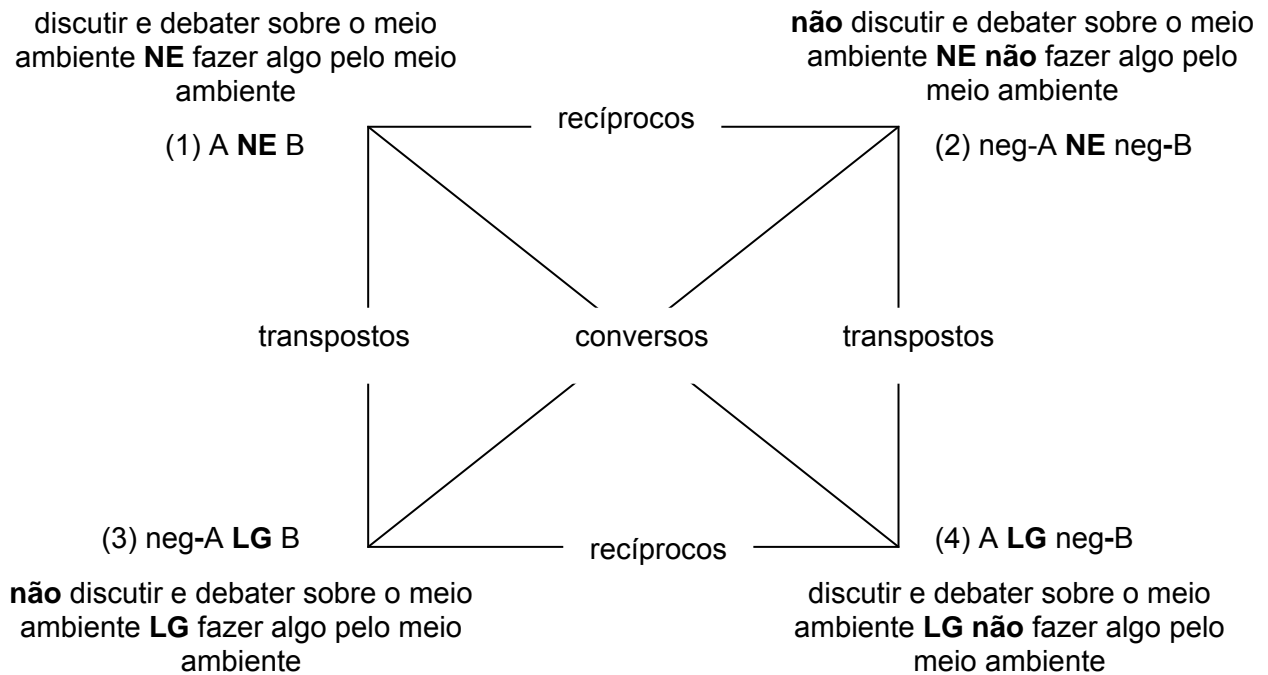
As Figuras 9 e 10 são os quadrados argumentativos desses segmentos.

**Figura 9** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 3.



**Fonte:** a autora.

**Figura 10** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 3.



Fonte: a autora.

Sintetizamos, no Quadro 4, as Argumentações Externas e Internas de cada Expressão/Palavra destacada nesse texto.

**Quadro 4** - Propaganda 3 - AE e AI.

<b>1. Expressão/Palavra: trabalho pioneiro</b>	
<b>AE (normativo)</b>	trabalho pioneiro <b>logo</b> iniciar algo
<b>AE (transgressivo)</b>	trabalho pioneiro <b>no entanto não</b> iniciar algo
<b>AI (normativo)</b>	atividade executada <b>logo</b> execução precursora
<b>2. Expressão/Palavra: trabalho sério</b>	
<b>AE (normativo)</b>	trabalho sério <b>logo</b> proceder com honestidade
<b>AE (transgressivo)</b>	trabalho sério <b>no entanto não</b> proceder com honestidade
<b>AI (normativo)</b>	atividade executada <b>logo</b> execução com seriedade
<b>3. Expressão/Palavra: trabalho ecológico</b>	
<b>AE (normativo)</b>	trabalho ecológico <b>logo</b> respeito ao meio ambiente
<b>AE (transgressivo)</b>	trabalho ecológico <b>no entanto não</b> respeito ao meio ambiente
<b>AI (normativo)</b>	trabalho ecológico <b>logo</b> execução com seriedade

<b>4. Expressão/Palavra: discutir/debater</b>	
<b>AE (normativo)</b>	discutir/debater <b>logo</b> expor razões em defesa de uma opinião
<b>AE (transgressivo)</b>	discutir/debater <b>no entanto não</b> expor razões em defesa de uma opinião
<b>AI (normativo)</b>	examinar um assunto <b>logo</b> examinar conjuntamente
<b>5. Expressão/Palavra: fazer</b>	
<b>AE (normativo)</b>	fazer <b>logo</b> realizar algo
<b>AE (transgressivo)</b>	fazer <b>no entanto não</b> realizar algo
<b>AI (normativo)</b>	executar <b>logo</b> realizar uma ação

Fonte: a autora.

Concluimos que o locutor dessa propaganda apoia-se em argumentos que levam o interlocutor a associar a marca Abividro a um trabalho pioneiro e ecológico, cujos interesses vão além dos debates sobre o meio ambiente (função esta da Eco 92), o interesse maior é fazer algo a favor do meio ambiente, um trabalho sério, iniciado em 1986, e não em 1992, apenas com o objetivo de promover a marca.

#### 4.2.4 Propaganda 4

**Real Obra Sustentável.**

Porque a nova tendência no mercado imobiliário é construir sem destruir.

O Real Obra Sustentável é uma iniciativa do Banco Real para promover e incentivar a sustentabilidade na construção civil. Não focamos em empreendimentos, e as obras seguem princípios que reduzem o impacto ambiental e sustentam a economia local. Em outras palavras, é a ideia de que uma construção pode ser boa para quem constrói, para seus clientes, para a sociedade e para o planeta. E algumas empresas já mostram que isso é possível. O Terra Nova Garden Village, condomínio para Richland/Escalar, em São José do Rio Preto, e a Escola Independência, da Escultura/PTCO Realty, em São Paulo, são mais do que exemplos para futuras empreendimentos. São projetos concretos, na qual é possível construir sem destruir nada.

*Realmente. Vem com a gente.*

O banco da sua vida **RANCO REAL**

Fonte: Veja, 23 abr. 2008, ed. 2057, p. 45.

01

**Real Obra Sustentável.****Porque a nova tendência no mercado imobiliário é construir sem destruir.**

- 05 O Real Obra Sustentável é uma iniciativa do Banco Real para promover e incentivar a sustentabilidade na construção civil. Nós financiamos os empreendimentos, e as obras seguem práticas que reduzem o impacto ambiental e aumentam a eficiência econômica. Em outras palavras, é a ideia de que uma construção pode ser boa para quem constrói, para seus clientes, para a sociedade e para o planeta. E algumas
- 10 empresas já mostraram que isso é possível. O Terra Nova Garden Village, construído pela Rodobens/Encalso, em São José do Rio Preto, e o Ecolife Independência, da Ecoesfera/PDG Realty, em São Paulo, são mais do que exemplos para futuros empreendimentos. São provas concretas de que é possível construir sem destruir nada.
- 15 Reinvente. Vem com a gente.  
Saiba mais sobre o assunto em [www.bancoreal.com.br/sustentabilidade](http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade)  
O banco da sua vida Banco Real

Na propaganda 4, focalizamos as seguintes Expressões/Palavras como as mais significativas para a argumentação: **sustentável, nova tendência no mercado imobiliário, reduzir o impacto ambiental, uma construção pode ser boa, provas concretas, é possível construir e sustentabilidade na construção civil.**

Na análise dos Blocos Semânticos dessa propaganda, observamos, primeiramente, o significado da Expressão/Palavra **é possível construir**, cujas Argumentações Externas são: **é possível construir NE NEG destruir**; e seu converso: **é possível construir LG destruir**. O locutor da propaganda posiciona-se favorável à argumentação de que “é possível construir sem destruir nada” (linha 13), que refuta a ideia de que a construção leva à destruição, ou seja, nem sempre a construção civil acarreta a destruição do meio ambiente. E é ao redor dessa argumentação principal que todos os outros argumentos do texto serão estabelecidos.

Dessa forma, a Argumentação Interna de **é possível construir** foi identificada como: **preenche as condições necessárias LG edifica determinado projeto**. No discurso dessa propaganda, as condições necessárias para a edificação de um projeto, ao contrário de acarretarem a destruição da natureza, promovem a manutenção dela. O locutor opõe-se ao Enunciador 1, que declara não ser possível empreender sem causar prejuízo ao meio ambiente, mostrando-se a favor do Enunciador 2, para o qual “é possível construir sem destruir nada”.

Essas Argumentações Externas e Interna são apresentadas como:

<b>AE</b> (transgressivo)	é possível construir <b>no entanto</b> não destruir
<b>AE</b> (normativo)	é possível construir <b>logo</b> destruir
<b>AI</b> (normativo)	preenche as condições necessárias <b>logo</b> edifica determinado projeto

Esse Bloco Semântico acarreta outro, isto é, o locutor argumenta que, se é possível construir sem destruir, conseqüentemente, uma construção pode ser boa. Temos, assim, a segunda Expressão/Palavra analisada nessa propaganda, **uma construção pode ser boa**, que apresenta as Argumentações Externas: **uma construção pode ser boa LG NEG prejudica o meio ambiente**; e o seu converso **uma construção pode ser boa NE prejudica o meio ambiente**.

No texto, o Enunciador 1 declara que construções não são boas, e o Enunciador 2, que construções podem ser boas, argumentação defendida pelo locutor da propaganda. A Argumentação Interna dessa E/P é: **uma obra NE pode apresentar características positivas**. Vemos, dessa forma, que o sentido de construção relaciona-se ao sentido de prejudicar o meio ambiente, argumentação que o locutor procura invalidar ao longo do discurso da propaganda. Em resumo, a segunda E/P apresenta as seguintes argumentações:

<b>AE</b> (normativo)	uma construção pode ser boa <b>logo</b> não prejudica o meio ambiente
<b>AE</b> (transgressivo)	uma construção pode ser boa <b>no entanto</b> prejudica o meio ambiente
<b>AI</b> (transgressivo)	uma obra <b>no entanto</b> pode apresentar características positivas

Ao se estabelecer a argumentação “apesar de ser uma construção, ela pode ser uma coisa boa, pois não prejudica o meio ambiente”, o alocutário poderia ser levado a concluir que: “ao reduzir o impacto ambiental, conseqüentemente seria reduzida também a eficácia econômica”. No entanto, o locutor desfaz essa possibilidade, ao estabelecer as Argumentações Externas e Interna da terceira E/P: **reduzir o impacto ambiental NE aumentar a eficácia econômica**; seu converso **reduzir o impacto ambiental LG NEG aumentar a eficácia econômica**. E a Argumentação Interna: **efeitos sobre o meio ambiente LG diminuição**.

Apresentamos cada uma das argumentações da E/P **reduzir o impacto ambiental**:

<b>AE</b> (transgressivo)	reduzir o impacto ambiental <b>no entanto</b> aumentar a eficiência econômica
<b>AE</b> (normativo)	reduzir o impacto ambiental <b>logo não</b> aumentar a eficiência econômica
<b>AI</b> (normativo)	efeitos sobre o meio ambiente <b>logo</b> diminuição

Com a redução do impacto ambiental, haveria menos possibilidades de explorar os recursos que a terra nos oferece, levando à diminuição da eficiência econômica. No entanto, o locutor nega a voz do Enunciador 1, que estabelece essa argumentação para a E/P reduzir o impacto ambiental, e mostra-se favorável ao Enunciador 2, para o qual é possível aumentar a eficiência econômica mesmo que seja reduzido o impacto ambiental. Prevalece, assim, o aspecto transgressivo desse Bloco Semântico.

Nessa propaganda, o locutor objetiva divulgar o Real Obra Sustentável, um programa do Banco Real, que visa promover e incentivar a sustentabilidade na construção civil, e nomeia como nova tendência no mercado imobiliário: construir sem destruir. Nessa iniciativa do Banco Real, são oferecidos financiamentos a empreendimentos que seguem a máxima: construir no entanto não destruir.

Desse modo, a quarta Expressão/Palavra a ser analisada é **nova tendência no mercado imobiliário**, que apresenta as seguintes Argumentações Externas e Interna: **construir sem destruir LG nova tendência no mercado imobiliário**; seu converso é **construir sem destruir NE NEG nova tendência no mercado imobiliário**. E a Argumentação Interna é: **a mais atual característica LG atualização dos negócios de imóveis**.

Por meio dessa E/P, o locutor vai além das declarações de que é possível construir sem destruir, que uma construção pode ser boa e que a redução do impacto ambiental pode aumentar a eficiência econômica. Para ele, construir sem destruir é a nova tendência no mercado imobiliário. Segundo Dahlstrom (2011, p. 6),

[...] o desenvolvimento está no centro de uma abordagem de marketing verde. Seu estudo reflete um interesse em se tornar mais consciente das questões ecológicas e de sustentabilidade, trabalhando constantemente para alcançar maiores níveis de sustentabilidade.

Resumimos esses Blocos Semânticos da Expressão/Palavra **nova tendência no mercado imobiliário** como:

<b>AE</b> (normativo)	construir sem destruir <b>logo</b> nova tendência no mercado imobiliário
<b>AE</b> (transgressivo)	construir sem destruir <b>no entanto não</b> nova tendência do mercado imobiliário
<b>AI</b> (normativo)	a mais atual característica <b>logo</b> atualização dos negócios de imóveis

Para a análise argumentativa da quinta Expressão/Palavra, **sustentável**, salientamos o título da propaganda “Real Obra Sustentável”, que faz referência à expressão que nomeia o “programa” desenvolvido pelo Banco Real: “O Real Obra Sustentável é uma iniciativa do Banco Real para promover e incentivar a sustentabilidade na construção civil” (linhas 5 e 6). Destacamos, assim, a Expressão/Palavra, cuja Argumentação Externa é: **sustentável LG construir sem destruir**; seu converso é **sustentável NE NEG construir sem destruir**. A Argumentação Interna de sustentável é **passível de sustentação LG suportável**.

A Argumentação Interna revela que, se uma construção pode se sustentar, ela não será prejudicial ao meio ambiente, portanto será passível de ser suportada por ele. Nessa propaganda, o locutor enfatiza a palavra “sustentável”, associando-a à agência bancária em divulgação, o Banco Real. No título, por exemplo, há o emprego polissêmico de Real, em que essa palavra refere-se tanto ao nome do banco (Banco Real) quanto a uma atitude verdadeira, concreta, real: obra verdadeiramente sustentável, obra sustentável de verdade. O emprego de “obra” também é polissêmico, já que nesse contexto significa tanto o trabalho de construção civil quanto aquilo que resulta de uma ação, no caso, a ação do Banco Real ao promover o incentivo às empresas para construções sustentáveis.

Sintetizando as Argumentações Externas e Interna de **sustentável**, temos:

<b>AE</b> (normativo)	sustentável <b>logo</b> construir sem destruir
<b>AE</b> (transgressivo)	sustentável <b>no entanto não</b> construir sem destruir
<b>AI</b> (normativo)	passível de sustentação <b>logo</b> suportável

Portanto, a nova tendência no mercado imobiliário é ser sustentável, ou seja, construir sem destruir, pois, segundo Kotler (2010, p. 177),

Outra maneira de fazer diferença é resolver um dos maiores problemas globais de nossos tempos: a sustentabilidade ambiental. Muitas empresas não começaram a pensar seriamente em tornar seus processos mais voltados para o meio ambiente. Algumas sentiram a pressão e conscientizaram-se de que precisavam fazer alguma coisa antes de ser apontadas e constrangidas publicamente pelos ambientalistas. Na outra ponta, estavam algumas empresas que sentiram que podiam aproveitar esse interesse público, comercializando agressivamente produtos e serviços “verdes”.

Ao final da propaganda, o locutor, ainda, argumenta sobre aquilo que seria “mais do que exemplos para futuros empreendimentos. São provas concretas de que é possível construir sem destruir nada”. Dessa forma, a sexta Expressão/Palavra a ser analisada, **provas concretas**, liga-se diretamente ao primeiro Bloco Semântico destacado: “é possível construir no entanto não destruir”.

As Argumentações Externas dessa E/P são: **construções que não agridem o meio ambiente LG provas concretas**; seu converso: **construções que não agridem o meio ambiente NE NEG provas concretas**; e a Argumentação Interna: **afirmações LG verdadeiras**. Essas argumentações são apresentadas como:

<b>AE</b> (normativo)	construções que não agridem o meio ambiente <b>logo</b> provas
<b>AE</b> (transgressivo)	construções que não agridem o meio ambiente <b>no entanto não</b> provas concretas
<b>AI</b> (normativo)	afirmações <b>logo</b> verdadeiras

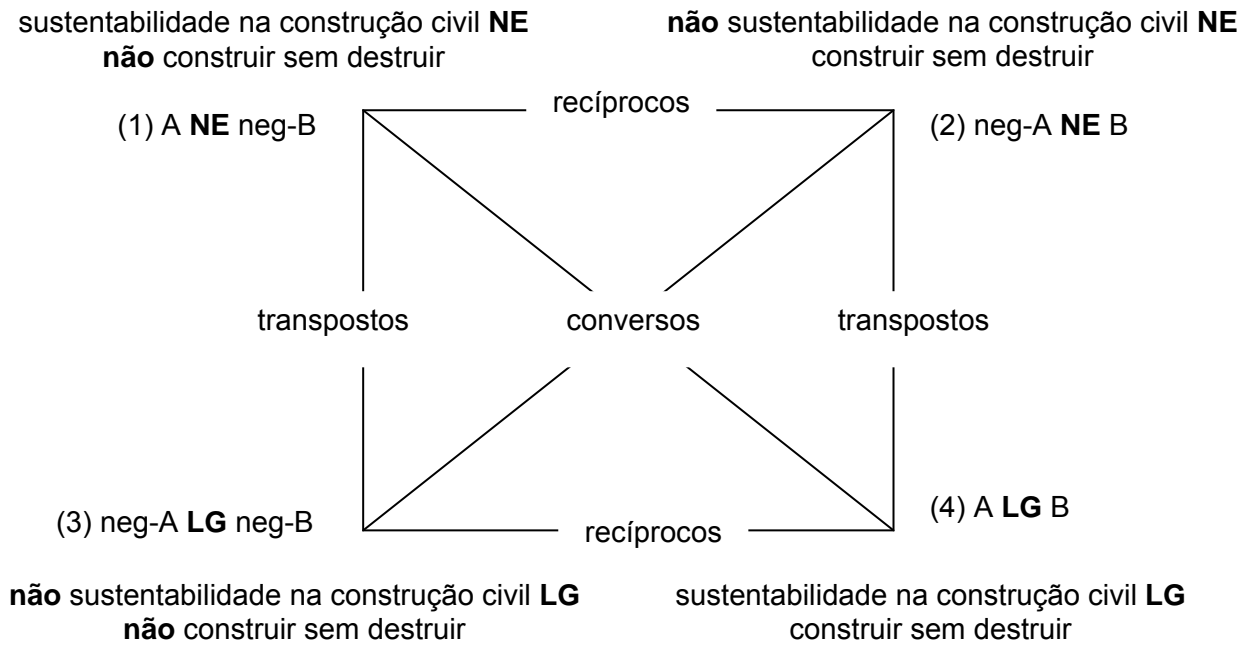
Quanto às Argumentações Externas e Internas de cada Expressão/Palavra destacada nessa propaganda, estabelecemos como principal

Bloco Semântico **sustentabilidade na construção civil CON construir sem destruir**. A partir dele, foram gerados os oito Blocos Semânticos abaixo:

- (a) sustentabilidade na construção civil **no entanto não** construir sem destruir
- (b) **não** sustentabilidade na construção civil **no entanto** construir sem destruir
- (c) **não** sustentabilidade na construção civil **logo não** construir sem destruir
- (d) sustentabilidade na construção civil **logo** construir sem destruir sustentabilidade na construção civil **no entanto** construir sem destruir
- (e) **não** sustentabilidade na construção civil **no entanto não** construir sem destruir
- (f) **não** sustentabilidade na construção civil **logo** construir sem destruir
- (g) sustentabilidade na construção civil **logo não** construir sem destruir

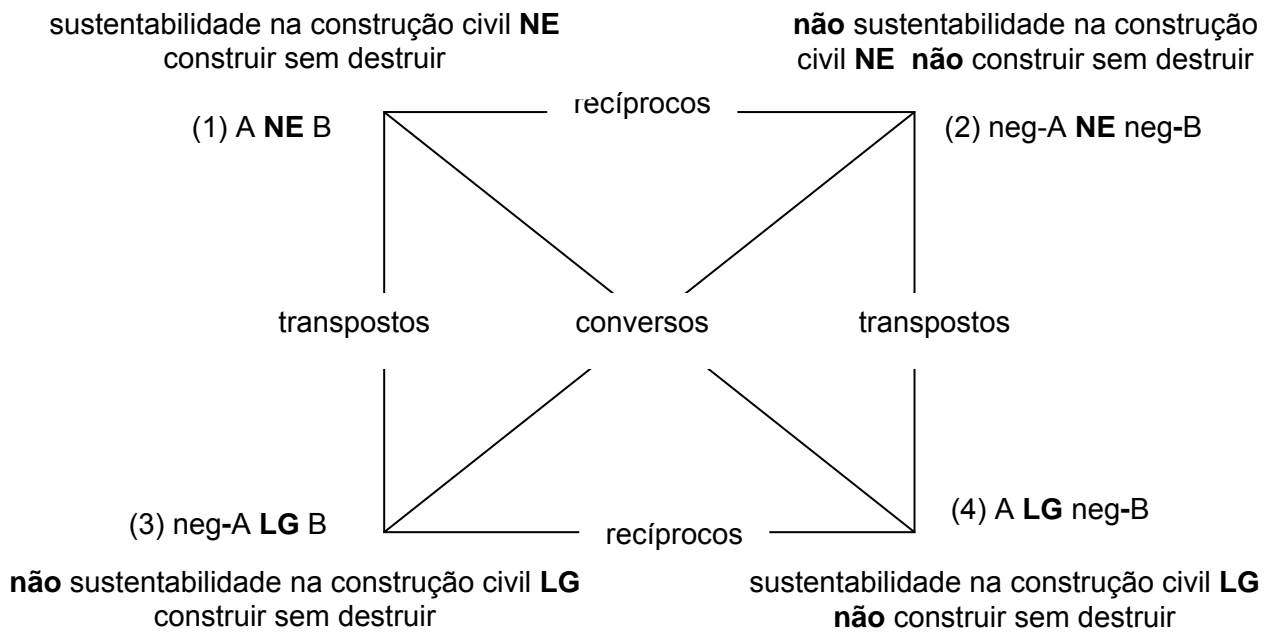
Esses oito Blocos Semânticos foram organizados em dois Quadrados Argumentativos, representados a seguir nas Figuras 11 e 12.

**Figura 11 - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 4.**



Fonte: a autora.

**Figura 12 - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 4.**



Fonte: a autora.

O anunciante da propaganda 4, por meio do locutor, divulga a marca Banco Real (atualmente extinta, em decorrência da fusão com o Banco Santander), divulgando o financiamento concedido para empreendimentos considerados “verdes”.

Apresentamos, no quadro abaixo, as Argumentações Externas e Internas de cada Expressão/Palavra destacada nessa propaganda.

#### Quadro 5 - Propaganda 4 - AE e AI.

<b>1. Expressão/Palavra: é possível construir</b>	
<b>AE (transgressivo)</b>	é possível construir <b>no entanto não</b> destruir
<b>AE (normativo)</b>	é possível construir <b>logo</b> destruir
<b>AI (normativo)</b>	preenche as condições necessárias <b>logo</b> edifica determinado projeto
<b>2. Expressão/Palavra: uma construção pode ser boa</b>	
<b>AE (normativo)</b>	uma construção pode ser boa <b>logo não</b> prejudica o meio ambiente
<b>AE (transgressivo)</b>	uma construção pode ser boa <b>no entanto</b> prejudica o meio ambiente
<b>AI (transgressivo)</b>	uma obra <b>no entanto</b> pode apresentar características positivas
<b>3. Expressão/Palavra: reduzir o impacto ambiental</b>	
<b>AE (transgressivo)</b>	reduzir o impacto ambiental <b>no entanto</b> aumentar a eficiência econômica
<b>AE (normativo)</b>	reduzir o impacto ambiental <b>logo não</b> aumentar a eficiência econômica
<b>AI (normativo)</b>	efeitos sobre o meio ambiente <b>logo</b> diminuição
<b>4. Expressão/Palavra: nova tendência no mercado imobiliário</b>	
<b>AE (normativo)</b>	construir sem destruir <b>logo</b> nova tendência no mercado imobiliário
<b>AE (transgressivo)</b>	construir sem destruir <b>no entanto não</b> nova tendência do mercado imobiliário
<b>AI (normativo)</b>	a mais atual característica <b>logo</b> atualização dos negócios de imóveis
<b>5. Expressão/Palavra: sustentável</b>	
<b>AE (normativo)</b>	sustentável <b>logo</b> construir sem destruir
<b>AE (transgressivo)</b>	sustentável <b>no entanto não</b> construir sem destruir
<b>AI (normativo)</b>	passível de sustentação <b>logo</b> suportável
<b>6. Expressão/Palavra: provas concretas</b>	
<b>AE (normativo)</b>	construções que não agridem o meio ambiente <b>logo</b> provas concretas

<b>AE (transgressivo)</b>	construções que não agridem o meio ambiente <b>no entanto não</b> provas concretas
<b>AI (normativo)</b>	afirmações <b>logo</b> verdadeiras

Fonte: a autora.

De acordo com Ottman (1994, p. 45):

O marketing convencional envolve não só o fornecimento de produtos que satisfaçam as necessidades do consumidor por preços viáveis, como também envolve a oferta de suporte a esses produtos com publicidade que projete valor ao consumidor. O marketing ambiental é mais complexo e requer novas estratégias que, efetivamente, abordem desafios-chave relacionados com a maneira de definirmos o verde, de desenvolvermos produtos verdes que os consumidores apreciarão e de comunicarmos com credibilidade e impacto nosso empenho e nossas iniciativas.

Assim, o Banco Real, com essa iniciativa descrita pelo locutor, assume um compromisso diante da sociedade, promovendo a sustentabilidade ou, pelo menos, viabilizando sua concretização no setor da construção civil. Dessa forma, o Bloco Semântico **sustentabilidade na construção civil logo construir sem destruir** é a argumentação central da propaganda, apresentada como um “desafio-chave” no *marketing* ambiental.

#### 4.2.5 Propaganda 5

**PLANETA sustentável**

**Biodiversidade é vida.  
Biodiversidade é a nossa vida.**

**NATIONAL GEOGRAPHIC EDIÇÃO VERDE**  
Onde a aventura e o conhecimento  
levam ao cuidado com o planeta.  
Já nas bancas e em [www.lojaabril.com.br](http://www.lojaabril.com.br)

**2010**

**Abril** **CPFL** **BUNGE** **SABESP** **PETROBRAS** **COXARCO** **CAIXA**

[www.planetasustentavel.com.br](http://www.planetasustentavel.com.br)

Fonte: Veja, 28 jul. 2010, ed. 2175, p. 154-155.

- 01 **Biodiversidade é vida.**  
**Biodiversidade é a nossa vida.**

05 PERTO ASSIM DAS RAÍZES DA SUMAÚMA (CEIBA PENTANDRA), DÁ PARA SENTI-LA RESSOAR AO TOQUE. A MAIOR ÁRVORE DO BRASIL É TÍPICA DA REGIÃO DO RIO NEGRO, NA AMAZÔNIA, E É CHAMADA DE RAINHA DA FLORESTA: É LÁ QUE SE CONCENTRA A MAIS RICA BIODIVERSIDADE DO MUNDO.

- 10 FOTO: ARAQUÉM ALCÂNTARA, CONSELHEIRO DO PLANETA SUSTENTÁVEL  
 O FUTURO A GENTE FAZ AGORA  
[www.planetasustentavel.com.br](http://www.planetasustentavel.com.br)

Nessa propaganda, faremos uma análise mais breve em relação às outras, pois destacamos apenas uma Expressão/Palavra: **biodiversidade**.

A palavra “biodiversidade”, assim como “sustentabilidade”, passou a ocupar um lugar de destaque nas propagandas brasileiras no final do século XX e início do século XXI. As empresas descobriram a argumentatividade intrínseca de tais palavras, pois geram valores positivos à empresa ou à organização a que está associada.

Assim, enquanto “sustentabilidade” agrega valores à marca, por estar associada ao comprometimento ambiental da empresa, “biodiversidade” evidencia o reconhecimento da empresa pela riqueza da variedade de vidas existentes em nossas florestas.

No texto, a E/P **biodiversidade** aparece interligada a dois segmentos distintos: “vida” e “a nossa vida”. Em um primeiro momento, temos: **biodiversidade LG vida**, e seu converso: **biodiversidade NE NEG vida**. Sua Argumentação Interna é: **conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera LG diversidade de vida**. Essas argumentações se resumem em:

<b>AE</b> (normativo)	biodiversidade <b>logo</b> vida
<b>AE</b> (transgressivo)	biodiversidade <b>no entanto não</b> vida
<b>AI</b> (normativo)	conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera <b>logo</b> diversidade de vida

No entanto, não é essa argumentatividade que prevalece, pois, em seguida, o locutor argumenta que **biodiversidade LG a nossa vida**, agrupando a vida daquele que enuncia e a do enunciatório (a minha vida + a sua vida + a vida dele = a nossa vida); o converso desse Bloco Semântico é: **biodiversidade NE NEG a nossa vida**; a Argumentação Interna é a mesma apresentada anteriormente: **conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera LG diversidade de vida**. Tais argumentações são, em resumo:

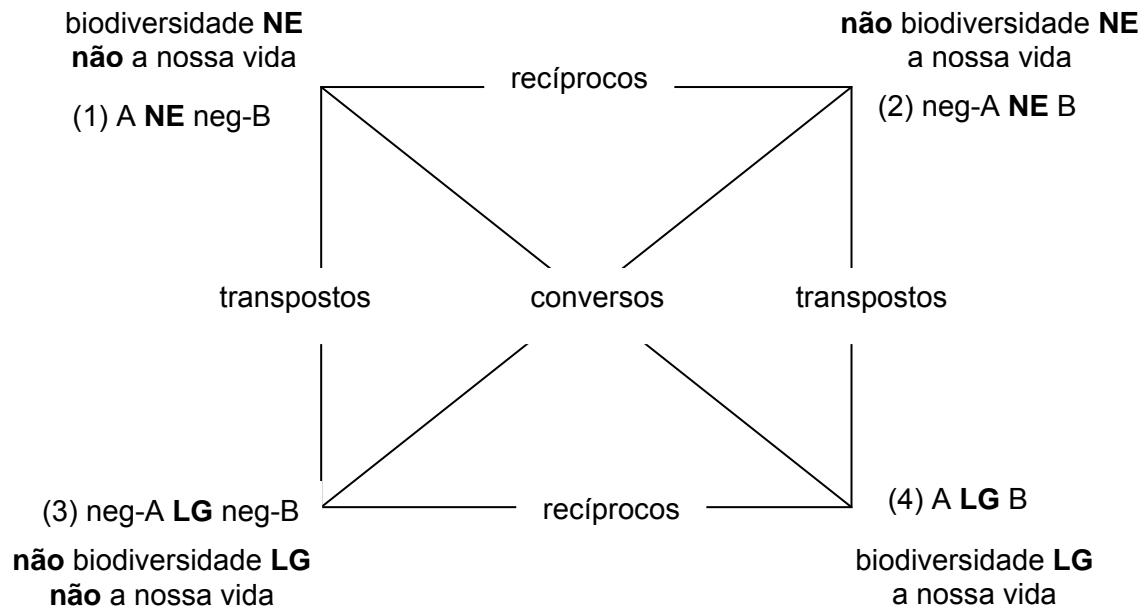
<b>AE</b> (normativo)	biodiversidade <b>logo</b> a nossa vida
<b>AE</b> (transgressivo)	biodiversidade <b>no entanto não</b> a nossa vida
<b>AI</b> (normativo)	conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera <b>logo</b> diversidade de vida

Na imagem da propaganda, estão em foco enormes raízes de uma árvore, a qual o locutor, no texto do anúncio, nomeia como Sumaúma (ceiba *Pentandra*). As duas crianças deitadas nas raízes da árvore permitem que se perceba a sua grandiosidade. O locutor esclarece que tal árvore pertence à Floresta Amazônica brasileira, ou seja, faz parte da nossa biodiversidade, portanto é a nossa vida também. A Expressão/Palavra **biodiversidade** é observada nos oito encadeamentos a seguir:

- (a) biodiversidade **no entanto não** a nossa vida
- (b) **não** biodiversidade **no entanto** a nossa vida
- (c) **não** biodiversidade **logo não** a nossa vida
- (d) biodiversidade **logo** a nossa vida
- (e) biodiversidade **no entanto** a nossa vida
- (f) **não** biodiversidade **no entanto não** a nossa vida
- (g) **não** biodiversidade **logo** a nossa vida
- (h) biodiversidade **logo não** a nossa vida

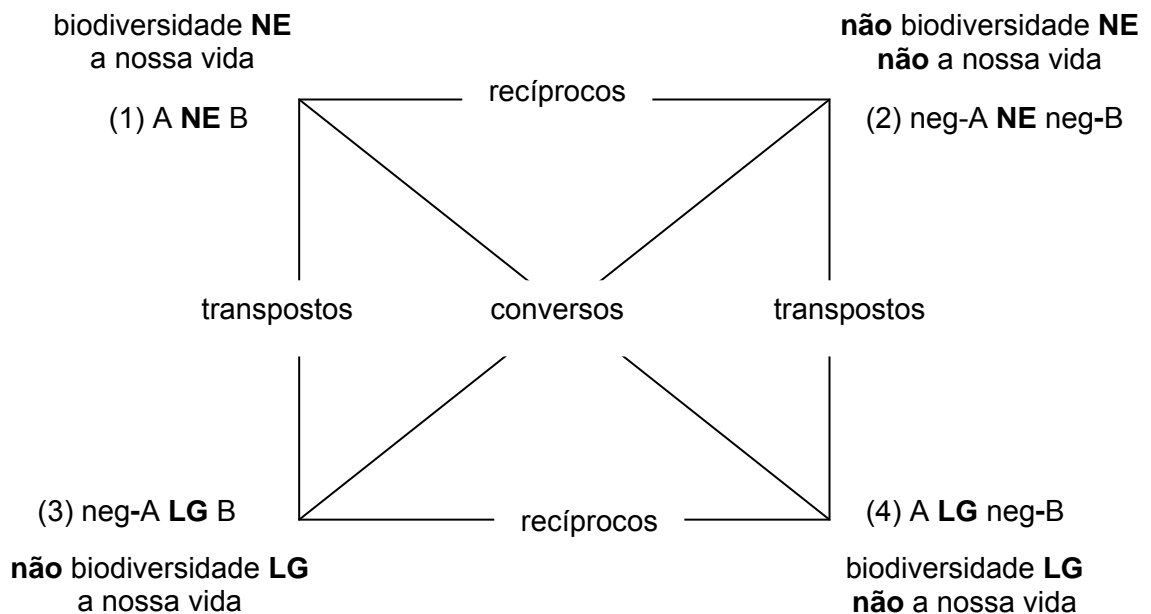
Esses encadeamentos podem ser observados nos dois Quadrados Argumentativos a seguir.

**Figura 13** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 1 - Propaganda 5.



Fonte: a autora.

**Figura 14** - Quadrado Argumentativo - Bloco Semântico 2 - Propaganda 5.



Fonte: a autora.

No quadro abaixo, apresentamos as Argumentações Externas e Internas da Expressão/Palavra destacada na propaganda.

**Quadro 6 - Propaganda 5 - AE e AI**

1. Expressão/Palavra: biodiversidade	
AE (normativo)	biodiversidade <b>logo</b> vida
AE (transgressivo)	biodiversidade <b>no entanto não</b> vida
AI (normativo)	conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera <b>logo</b> diversidade de vida
2. Expressão/Palavra: biodiversidade	
AE (normativo)	biodiversidade <b>logo</b> a nossa vida
AE (transgressivo)	biodiversidade <b>no entanto não</b> a nossa vida
AI (normativo)	conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes na biosfera <b>logo</b> diversidade de vida

Fonte: a autora.

O anúncio em análise é caracterizado como propaganda institucional e agrega valores às marcas que apoiam o projeto. Segundo informações do *site* Planeta Sustentável<sup>21</sup>, este

[...] é o primeiro projeto liderado por uma grande empresa de comunicação a debater, informar e produzir conhecimento sobre Sustentabilidade de maneira sistemática para os mais diversos públicos. Com o apoio das empresas parceiras CPFL Energia, Bunge, SABESP, Petrobras, Grupo Camargo Corrêa e CAIXA, este movimento lançado pela **Editora Abril** combina um detalhado planejamento anual à realização de novas ações para atender esta missão: disseminar informação e referências sobre sustentabilidade.

Dessa forma, várias empresas se uniram em favor de um mesmo objetivo: mostrarem-se ecologicamente responsáveis perante a sociedade, a qual irá atribuir valores positivos às marcas associadas a Planeta Sustentável. Lançado pela Editora Abril, esse projeto, de acordo com o *site*, já foi divulgado em mais de três mil páginas, de 38 publicações, de junho de 2007 a junho de 2010. Além disso, declara-se como o maior *site* do Brasil dedicado a esse tema.

O locutor da propaganda utiliza o termo biodiversidade como foco principal dos argumentos por ele apresentados, sendo que o dêitico “nossa” presentifica a voz desse locutor, evidenciando a quem essa biodiversidade tão rica, tão visada, e tão comentada por todo o mundo pertence: ao Brasil, aos brasileiros, a nós.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/movimento/>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

## CONCLUSÃO

O longo caminho de reflexões linguísticas percorrido por Ducrot e seus colaboradores, desde a década de 1970, com as escalas argumentativas e os operadores argumentativos, passando pela Teoria da Polifonia e pela Teoria dos *Topoi* Argumentativos, culminou com a Teoria dos Blocos Semânticos, a terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, e a principal base teórica para a análise do *corpus* por nós selecionado.

Instigados pela pertinência com que as questões ambientais discutidas pelas sociedades em âmbito mundial ganhou espaço entre as empresas no setor de *marketing*, analisamos cinco propagandas impressas, de um só veículo midiático, publicadas entre os anos de 1968 e 2012.

As análises foram pautadas no ponto central dos estudos atuais de Oswald Ducrot e Marion Carel em que, sendo a argumentação intrínseca à língua, ela pode ser externa ou interna. A Argumentação Externa (AE) é uma extensão da Expressão/Palavra e, portanto, apresenta a própria palavra ou expressão como o elemento à direita ou à esquerda do conector de sentido normativo ou transgressivo, em um Bloco Semântico; a Argumentação Interna (AI), por sua vez, é uma paráfrase da Expressão/Palavra (E/P) e, portanto, não apresenta essas E/P em nenhum de seus segmentos.

O primeiro texto estudado é uma propaganda institucional do Banco do Estado do Amazonas S.A., publicada na 78ª edição da revista *Veja*, de 04 de março de 1970. Claramente opondo-se ao que, em momento inicial, pretendíamos mostrar (o comprometimento das empresas em favor do meio ambiente), esse anúncio não revela o interesse da instituição em promover o discurso ecológico. Ao contrário, o locutor revela seu desejo de transformar o Amazonas em “um novo mundo para os seus investimentos”.

Assim, identificamos as Expressões/Palavras “inferno”, “inferno verde”, “parque industrial no meio do Amazonas” e “novo mundo” como as principais no discurso, as quais formam um percurso com outras Expressões/Palavras presentes na superfície textual ou subjacentes a ela.

O Bloco Semântico que engloba todo o texto é: “não ser preservado no entanto ser desenvolvido”. O locutor nega a característica de “ser preservado”, interligando-a a “ser desenvolvido”. Como a característica com carga semântica

positiva na língua foi negada (ser desenvolvido), conseqüentemente, o conector responsável por interligar os dois segmentos nesse Bloco Semântico é o de valor transgressivo. Nega-se uma característica positiva e afirma-se uma característica que tem pretensão de ser vista como positiva: apesar de não ser preservado, é desenvolvido, como se o valor de um fosse compensado pelo valor do outro.

O discurso defendido nessa propaganda, que chamamos de contradiscurso, reflete os anseios vividos pela sociedade no contexto em que foi publicada.

No início da década de 1970, por exemplo, foi veiculado um comercial do automóvel Fusca que mostrava várias árvores da Floresta Amazônica sendo arrancadas por tratores e máquinas para a abertura da rodovia Transamazônica; em um dos trechos da estrada ainda sendo aterrada, surgia o automóvel, provando que era bom em qualquer terreno. A mídia não hesitava em retratar o meio ambiente brasileiro como um desafio ao progresso da Nação (GIACOMINI FILHO, 2004, p. 163-164).

No segundo texto analisado, de 1979, a ênfase recaiu sobre as políticas de reflorestamento, pois, naquele momento, o Brasil começava a apropriar-se de valores ambientais divulgados por outras Nações. Passa-se, então, a querer “consertar” o estrago feito outrora. Ainda não se falava em preservação, mas em reparar os danos causados na natureza e, também, visar ao fornecimento de matéria-prima futura advinda desses espaços já bastante degradados.

Dessa forma, o Bloco Semântico que sintetiza a argumentação central do anúncio é “política de reflorestamento logo solução para o desmatamento”, divulgada pelo Planta 7 – Empreendimentos Rurais Ltda – que, também, deixa transparecer o interesse econômico por trás dessa iniciativa, com o apelo “Aplique o seu incentivo fiscal no reflorestamento”, pois tal aplicação geraria benefícios de ordem financeira a empresários.

No terceiro texto, de 1992, o locutor da propaganda aproveita-se do contexto vivenciado para divulgar ações ecológicas da Abividro, um “Programa Permanente de Reciclagem de Vidro”, deixando bem claro que tais iniciativas não faziam parte do modismo decorrente da Eco 92, mas que já estavam em vigência há seis anos “antes da ecologia cair na boca do povo”. O locutor utiliza-se da expressão Eco-86, cujo significado é construído por meio do significado de Eco-92, para desenvolver a argumentação central do anúncio, identificada no Bloco Semântico

“discutir e debater sobre o meio ambiente no entanto não fazer algo pelo meio ambiente”.

O locutor procura mostrar que a Eco-92, mesmo sendo um evento de abrangência mundial, se ficasse priorizando apenas as discussões entre os chefes de Estado e/ou as pessoas da sociedade em geral, não resultaria em ações concretas a favor do meio ambiente, que, na verdade, constituem o que mais deve ser valorizado nessa área: as ações efetivas. Por isso, há a necessidade de se considerar os textos publicitários como um todo significativo, ou seja,

[...] a análise semântica deve se apoiar sobre a análise textual. As palavras dos enunciados não são sempre suficientes para determinar o sentido do enunciado, e é, então, o texto, com sua organização geral [...], com sua capacidade de ter partes com estatutos diferentes, em nome de sua própria natureza de texto, que sustentam a interpretação semântica de seus enunciados (CAREL, 2011, p. 197).

Portanto, cada um dos enunciados da propaganda, do título à assinatura da marca anunciada, deve ser tomado como um elemento importante na análise semântica, inclusive o contexto sócio-histórico-cultural do qual faz parte.

O quarto texto em análise é uma propaganda institucional do Banco Real, publicada em 2008, cujo destaque maior é dado à sustentabilidade, palavra que estava recebendo grande destaque na mídia e no discurso “verde” das empresas como um todo, principalmente no âmbito da construção civil. Há, portanto, um esforço demasiadamente grande dessas empresas para mostrarem-se “amigas” do meio ambiente, sem oferecer perigo a ele.

Reconhecemos como Bloco Semântico principal dessa propaganda: “sustentabilidade na construção civil logo construir sem destruir”. Sustentabilidade, assim, recebe notoriedade no ramo da construção civil e tem como Argumentação Externa “construir sem destruir”: a chave do sucesso para as empresas que querem ver seus negócios prosperarem.

O último texto analisado é uma propaganda institucional do Planeta Sustentável, de 2010, uma iniciativa da Editora Abril em parceria com grandes empresas, como Petrobras, Caixa, CPFL, entre outras, que objetivam mostrar-se sustentáveis diante da sociedade. Nessa propaganda, a centralidade argumentativa recai sobre outra palavra que, também, tem sido colocada em evidência atualmente.

Assim, destacamos o Bloco Semântico “biodiversidade logo a nossa vida”, o qual se torna mais significativo por ter sido exposto logo após a “biodiversidade é vida”. A intenção do locutor, por meio dessa estratégia argumentativa, é enfatizar “a nossa”, pois o alocutário deve se sentir como parte dessa tão falada diversidade da vida.

Ao concluirmos esta tese, não afirmamos o encerramento de nossas pesquisas na área da propaganda, na área do tema ambiental em propagandas ou, ainda e principalmente, na Teoria dos Blocos Semânticos, pois há muito o que se revelar sobre a linguagem em uso, que mostra a formação da consciência ambiental na sociedade, e sobre a linguagem que se quer argumentativa externa e internamente, reforçando que a argumentação está inscrita na própria língua.

## REFERÊNCIAS

BACHA, Carlos José Caetano. **Análise da evolução do reflorestamento no Brasil**. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 5-24, jul./dez. 2008. Disponível em: <[http://ciflorestas.com.br/arquivos/doc\\_analise\\_brasil\\_5987.pdf](http://ciflorestas.com.br/arquivos/doc_analise_brasil_5987.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2013.

\_\_\_\_\_. ; BARROS, Alexandre Lahoz Mendonça de. Reflorestamento no Brasil: evolução recente e perspectivas para o futuro. **Scientia Florestalis**, n. 66, p. 191-203, dez. 2004. Disponível em: <[www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr66/](http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr66/)>. Acesso em: 20 maio 2013.

BARBISAN, Leci Borges. A produção de discursos argumentativos na escola. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 1, n. 2, p. 69-76, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/487/298>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. O conceito de enunciação em Benveniste e em Ducrot. **Letras** n. 33 - Émile Benveniste: Interfaces Enunciação & Discursos, 2007, p. 23-35.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Trad. Eduardo Guimarães. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2011a.

\_\_\_\_\_. Contribuições da Teoria da Argumentação na Língua para o ensino de leitura. In: **Linha d'água**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 205-2015, 2011b. Disponível em: <<http://www.revistas.fflch.usp.br/linhadagua/article/view/34/49>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

CAREL, Marion. Análise semântica e análise textual. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 7, n. 2, p. 184-197, jul./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. ; DUCROT, Oswald. **La Semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos**. Edición literária a cargo de María Marta García Negroni y Alfredo M. Lescano. 1. ed. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CARVALHO, Nelly de. **Publicidade: a linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2010.

CASTRO, Fábio de. **Cientistas fazem balanço dos resultados da Rio+20**. Disponível em: <<http://agencia.fapesp.br/16082>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/assuntos-internacionais/temas-multilaterais/item/881>>. Acesso em: 15 out. 2013.

DAHLSTROM, Robert. **Gerenciamento de marketing verde**. Trad. EZ2 Translate. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2013.

DEPECKER, Loïc. **Compreender Saussure a partir dos manuscritos**. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DUCROT, Oswald. **Estruturalismo e Linguística**. Trad. José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1968.

\_\_\_\_\_. **Princípios de semântica linguística**: dizer e não dizer. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1972.

\_\_\_\_\_. **Provar e dizer**: linguagem e lógica. Trad. Maria Aparecida Barbosa, Maria de Fátima Gonçalves Moreira, Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global Editora, 1981.

\_\_\_\_\_. Enunciação. **Enciclopédia EINAUDI**: Linguagem - Enunciação. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, v. 2, Linguagem - Enunciação, p. 368 -393, 1984.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Polifonía y argumentación**. Trad. Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez C. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. Argumentação e ‘*topoi*’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e Sentido na linguagem**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. Topoi e formas tópicas. Trad. Cristina de Campos Velho Birck. In: ZANDWAIS, Ana. **Relações entre pragmática e enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002, p. 10-21.

\_\_\_\_\_; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

FERNANDES FERREIRA, Ana Cláudia. Um nome de teoria estabilizado, sentidos em movimento: a Semântica Argumentativa na história. Sínteses - **Revista dos Cursos de Pós-Graduação**, v. 11, p.153-164, 2006. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/sinteses/article/viewFile/167/140>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dezembro, 2001.

\_\_\_\_\_; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

FREITAS, Ernani César. **A teoria da argumentação na língua**: blocos semânticos e a descrição do sentido no discurso. 2006. 235 f. Tese Doutorado em Letras. Faculdade de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://verum.pucrs.br/ppgl>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

GIACOMINI FILHO, Gino. **Ecopropaganda**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. História, sujeito, enunciação. **Caderno de estudos lingüísticos**, Campinas, v. 35, p. 109-116, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss de língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KOTLER, Philip. **Marketing 3.0**: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Trad. Ana Beatriz Rodrigues. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LADEIRA, Hércio Pereira. Avaliação do potencial econômico das florestas plantadas no estado de Minas Gerais. In: NOVAES, Alberto Brito de *et al.* (Orgs.). **Reflorestamento no Brasil**. Vitória da Conquista, BA: UESB, 1992.

LAGO, André Aranha Corrêa. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0356.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2013.

LEANDRO, Rafael Voigt. **Inferno verde**: representação literária da Amazônia na obra de Alberto Rangel. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/275/231.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo**: uma perspectiva antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. Semântica e argumentação: diálogo com Oswal Ducrot. **DELTA [online]**, 1998, v. 14, n. 1, p. 169-183. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000100008>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Argumentação: da Idade Média ao Século XX. **SIGNUM**: estudos linguísticos, Londrina, v. 7, n. 2, p. 109-131, dez. 2004.

OTTMAN, Jacquelyn A. **Marketing verde**. Trad. Marina Nascimento Paro. São Paulo: Makron Books, 1994.

PAULA, Caco de. **Rio+20 teve grandes resultados**. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/riomais20/2012/07/03/rio20-teve-grandes-resultados/>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

PINHO, José Benedito. **Propaganda institucional**: usos e funções da propaganda em relações públicas. São Paulo: Summus, 1990.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REVISTA VEJA, setembro de 2009. Edição Especial. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/especiais/amazonia/40-anos-poeira-p-54.html>>. Acesso em: 19 maio de 2013.

SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SIGNORI, Mônica Baltazar Diniz; BARONAS, Roberto Leiser. **Filosofia da Linguística**: três Saussure(s)? Disponível em: <<http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao11/polemica01>>. Acesso em: 20 out. 2012.

SILVEIRA, Eliane Mara. **As marcas do movimento de Saussure na fundação da linguística**. Campinas. 2003. Tese (Instituto de Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000301169&fd=y>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

SUÉCIA. **Declaração sobre o ambiente humano**. 1972. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/npadc/gpeea/DocsEA/DeclaraAmbienteHumano.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2013.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**. São Paulo: Ática, 1977.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 8. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

ANDERSEN, Elenice Maria Larroza. Fábulas e parábolas: um esboço para a interpretação de textos à luz da teoria dos blocos semânticos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, v. 4, n. 6, mar. 2006.

AZEVEDO, Tânia Maris de. **Discurso didático**: um modelo para descrição do sentido pela semântica argumentativa. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1194/831>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semântico-argumentativa do discurso. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 64-72, jan./mar. 2011.

BENVENISTE, Émile. **O homem na linguagem**. 2. ed. Trad. Isabel Maria Lucas Pascoal. Lisboa: Veja, 1992.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Pensamento ecológico**: reflexões críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. São Paulo: Paulinas, 2005.

BERNARDI, Grasieli Canelles. A argumentação em orações religiosas. **Letrônica**, v. 3, n. 2, p. 50-55, dez. 2010.

BOTH, Joseline Tatiana. Por uma abordagem enunciativa da leitura no ensino fundamental: o livro didático. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 57-62, jan./mar. 2008.

\_\_\_\_\_. A construção de sentidos na produção escrita de crianças. **Letrônica**, v. 1, n. 1, p. 114-132, dezembro 2008.

\_\_\_\_\_. **A teia do discurso**: alguns aspectos da alteridade na linguagem. Porto Alegre, 2011. 172 f. Tese (Doutorado) – Fac. de Letras, PUC RS. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=3872](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3872)>. Acesso em: 08 jun. 2012.

CAMPOS, Claudia Mendes. O percurso de Ducrot na Teoria da Argumentação na Língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007.

CAREL, Marion. L' argumentation dans le discours: argumenter n' est pas justifier. **Langage et Société**, n. 70, 1994, p. 61-81. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lsoc\\_0181-4095\\_1994\\_num\\_70\\_1\\_2677#](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lsoc_0181-4095_1994_num_70_1_2677#)>. Acesso em: 01 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. O que é argumentar? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 1, n. 2, p. 77- 84, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/488>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Prédication et argumentation. **Fórum Linguístico** - Revista eletrônica do Programa de Pós-graduação em Linguística, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6911/6372>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Análise argumentativa de uma fábula de La Fontaine. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 19-26, jan./mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Análise argumentativa do léxico: o exemplo da palavra 'medo'. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 26-35, jan./mar. 2009.

\_\_\_\_\_. A polifonia linguística. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 27-36, jan./mar. 2011.

CARNEIRO, Waltersar José de Mesquita. Argumentação Linguística e o sentido no texto. **Pesquisa em Foco**, v. 16, n. 1, p. 30-51, 2008.

CARRASCOZA, João A. **A evolução do texto publicitário**: a associação de palavras como elemento de sedução na publicidade. São Paulo: Futura, 1999.

CONTERATTO, Gabriela Betania Hinrichs. Uma contribuição da semântica argumentativa para a produção e compreensão da prova testemunhal. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 33-40, jan./mar. 2008.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**: Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

CUNHA, Cleide L. Sequência descritiva e argumentação. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 4, n. 6, mar. 2006.

DELANOY, Cláudio Primo. O papel do leitor pela Teoria da Argumentação na Língua. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 27-32, jan./mar. 2008.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e regularidade sintática. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 7-30, jan./jun. 2009.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

FREITAS, Ernani César. **Descrição argumentativa e descrição polifônica do sentido no discurso do leitor**. Disponível em: <<http://www.lenguas.unc.edu.ar/aledar/hosted/actas2009/expositores/Ernani%20Cesar%20de%20Freitas.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2012.

GELBES, Silvia Ramírez. **La Teoría de los Bloques Semánticos y la aspectualidade**: los "externalizados". Disponível em: <<http://www.anmal.uma.es/numero25/Gelbes.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2012.

GRAEFF, Telisa Furlanetto; COSTENARO, Silvane. Análise de mal-entendidos em diálogos. **Calidoscópio**, v. 7, n. 2, p. 155-160, maio/ago. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HANEL, Andréia Inês. O estudo da negação na perspectiva da Teoria dos Blocos Semânticos. **Anais do Celsul 2008**. Disponível em: <[http://celsul.org.br/Encontros/08/estudos\\_da\\_negacao.pdf](http://celsul.org.br/Encontros/08/estudos_da_negacao.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2012.

KLEIN, Ângel Inês. Dinossauro: Apelido? Brinquedo? Animal? Uma análise argumentativa. **Letrônica**, v. 1, n. 1, p. 8-20, dez. 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

\_\_\_\_\_; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

LOPES, Edward. **Fundamentos de Linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1999.

LUNARDI, Giovana Reis. *Donc e pourtant*: um estudo da semântica argumentativa para encontrar as maneiras de argumentar em redações. **Anais do SITED**. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/GiovanaReisLunardi.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

NEGRI, Marina Aparecida Espinosa. **Contribuições da língua portuguesa para a redação publicitária**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

NEGRONI, María Marta García; GELBES, Silvia Ramírez. Construcciones de infinitivo y semântica argumentativa. **Caderno de Estudos Lingüísticos**, Campinas, v. 51, n. 1, p. 31-48, jan./jun. 2009.

PLANTIN, Christian. **A argumentação**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SANTOS, Noemi Luciane dos. A construção do sentido numa propaganda. **Letrônica**, v. 1, n. 1, p. 52-66, dez. 2008.

\_\_\_\_\_. **Os operadores na argumentação do discurso**. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=2622](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2622)>. Acesso em: 08 jun. 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Lingüística Geral**. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. Org. Simon Bouquet e Rudolf Engler. São Paulo: Cultrix, 2002.

TAMBA-MECZ, Irène. **A semântica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

TEIXEIRA, Marlene. 1º Colóquio Leituras de Émile Benveniste – Sessão de Abertura. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 7-8, dez. 2004.

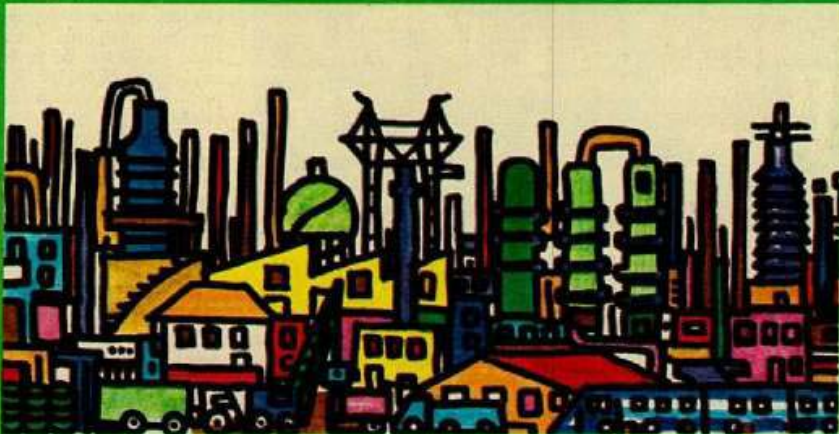
VESTERGAARD, Torben; SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. Trad. João Alves dos Santos. Trad. dos textos publicitários Gilson César Cardoso de Souza. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

## Propaganda 1 - Banco do Estado do Amazonas

**nós queremos  
um "inferno"  
de outras côres**



O AMAZONAS não é mais o "Inferno Verde".  
É, e sempre foi, um imenso território verde pela fertilidade do seu solo  
e pela grandeza de sua floresta. No meio desse imenso verde,  
estamos construindo um parque industrial que,  
certamente, será, também, chamado de "Inferno".  
Mas será um "Inferno" de outra côr. De côr das chaminés de São Paulo.  
Para construir esse nôvo "Inferno" estamos oferecendo:

- \* financiamento para investimentos, pesquisa e elaboração do projeto industrial;
- \* isenção de até 100% do Impôsto de Renda e adicionais nos lucros obtidos nos empreendimentos localizados na ZONA FRANCA DE MANAUS e que se implantarem até 1982;
- \* dedução, por parte das pessoas jurídicas registradas no País, de 50% do Impôsto de Renda e seus adicionais, para Inversões em projetos industriais, agrícolas, pecuários e de serviços básicos;
- \* isenção do ICM às empresas que se instalarem no Estado do AMAZONAS;
- \* isenção do Impôsto sobre Serviço às empresas de qualquer natureza;
- \* isenção do IPI nas mercadorias produzidas para comercialização em qualquer parte do território nacional;
- \* isenção dos tributos na importação de máquinas e equipamentos;
- \* facilidades de localização dos empreendimentos industriais, agrícolas e pecuários.

**O AMAZONAS É UM NÔVO MUNDO PARA  
OS SEUS INVESTIMENTOS**

Gôverno Danilo Azeosa — Banco do Estado do Amazonas S.A.

## ANEXO B

Propaganda 2 - Planta 7 - Empreendimentos Rurais Ltda.

# Plante ou morra.



Nem sempre é um crime cortar uma árvore. Um mundo cheio de árvores e sem nenhum conforto era o que existia na Idade da Pedra.

Para se fazer uma infinidade de produtos que você hoje não pode dispensar, é preciso cortar árvores. Desde o papel até seu carro e sua casa.

Crime é derrubar uma árvore e não plantar outra no lugar. Porque se você tiver todos os produtos que desejar à custa de uma terra devastada, talvez os seus filhos não vivam para aproveitar o conforto.

É por isso que existe a política de reflorestamento. Através dela, mais de 4 bilhões de novas árvores já foram

plantadas no Brasil.

Árvores para todos os fins: para fornecer matéria-prima industrial, para garantir a pureza do ar, a fertilidade do solo, o equilíbrio ecológico e o equilíbrio sócio-econômico entre a cidade e o campo.

Os projetos florestais estão criando e renovando áreas verdes, para que no lugar de

uma árvore cortada não fique um buraco seco e triste.

Ajude a civilização a não morrer de falta de ar: aplique seu incentivo fiscal em reflorestamento.

**Planta**

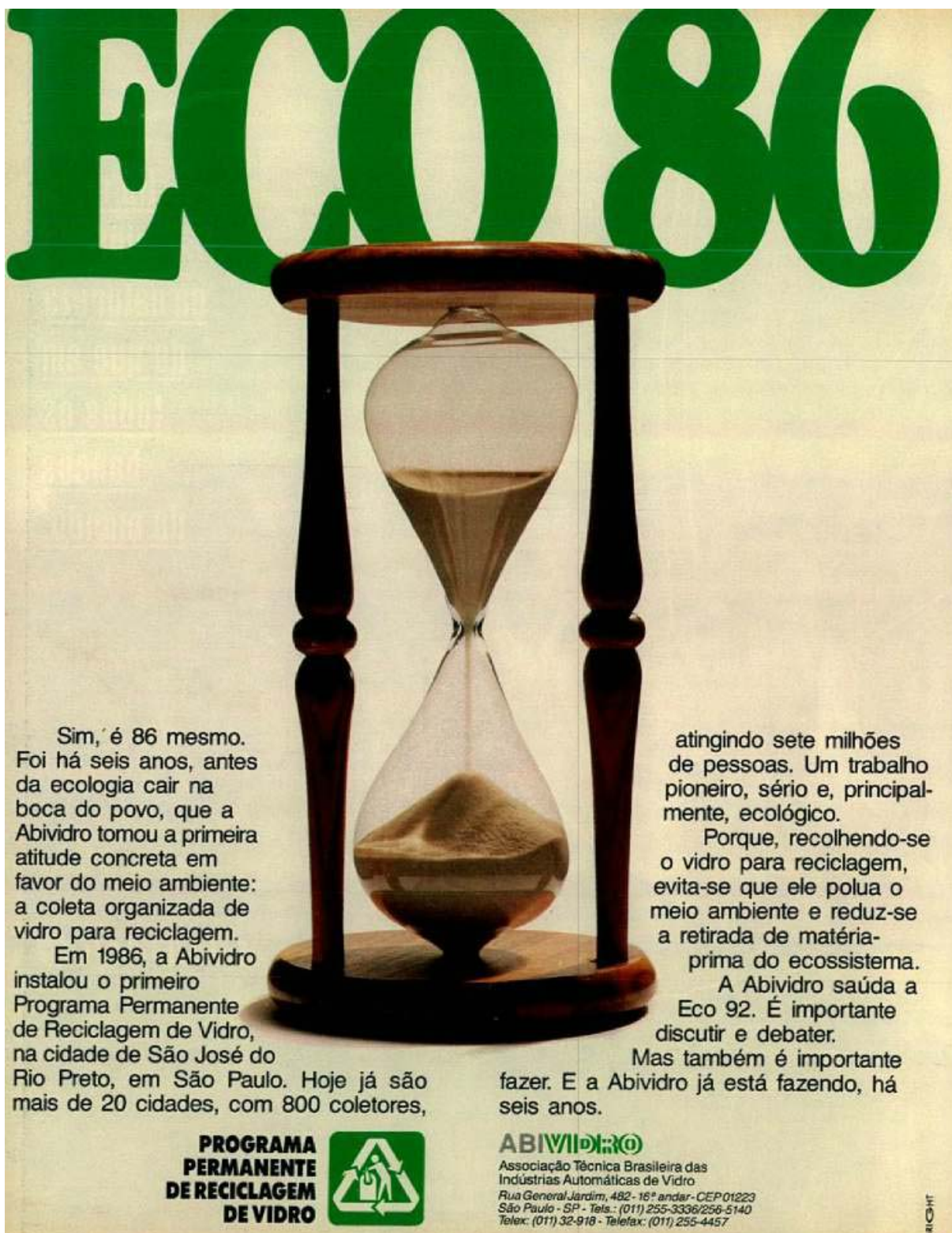


Planta 7 Empreendimentos Rurais Ltda.  
Belo Horizonte - MG

Veja, 14 fev. 1979, ed. 545, p. 109.

## ANEXO C

Propaganda 3 - Abividro (Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro)



**ECO 86**

Sim, é 86 mesmo. Foi há seis anos, antes da ecologia cair na boca do povo, que a Abividro tomou a primeira atitude concreta em favor do meio ambiente: a coleta organizada de vidro para reciclagem.


Em 1986, a Abividro instalou o primeiro Programa Permanente de Reciclagem de Vidro, na cidade de São José do Rio Preto, em São Paulo. Hoje já são mais de 20 cidades, com 800 coletores,

atingindo sete milhões de pessoas. Um trabalho pioneiro, sério e, principalmente, ecológico.

Porque, recolhendo-se o vidro para reciclagem, evita-se que ele polua o meio ambiente e reduz-se a retirada de matéria-prima do ecossistema.

A Abividro saúda a Eco 92. É importante discutir e debater. Mas também é importante fazer. E a Abividro já está fazendo, há seis anos.

**PROGRAMA PERMANENTE DE RECICLAGEM DE VIDRO**



**ABIVIDRO**  
Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro  
Rua General Jardim, 482 - 16º andar - CEP 01223  
São Paulo - SP - Tels.: (011) 255-3336/256-5140  
Telex: (011) 32-918 - Telefax: (011) 255-4457

MICHT

Veja, 03 jun. 1992, ed. 1237, p. 80.

## ANEXO D

## Propaganda 4 - Banco Real

SAC - Serviço de Apoio ao Cliente: 0800 707 2200 | Ouvidoria: 0800 206 8767


## Real Obra Sustentável.

Porque a nova tendência no mercado imobiliário é construir sem destruir.

O Real Obra Sustentável é uma iniciativa do Banco Real para promover e incentivar a sustentabilidade na construção civil. Nós financiamos os empreendimentos, e as obras seguem práticas que reduzem o impacto ambiental e aumentam a eficiência econômica. Em outras palavras, é a ideia de que uma construção pode ser boa para quem constrói, para seus clientes, para a sociedade e para o planeta. E algumas empresas já mostraram que isso é possível. O Terra Nova Garden Village, construído pela Rodobens/Encalco, em São José do Rio Preto, e o Ecolife Independência, da Ecoesfera/PDG Realty, em São Paulo, são mais do que exemplos para futuros empreendimentos. São provas concretas de que é possível construir sem destruir nada.

*Reinvente. Vem com a gente.*

Saiba mais sobre o assunto em [www.bancoreal.com.br/sustentabilidade](http://www.bancoreal.com.br/sustentabilidade)

O banco da sua vida  BANCO REAL

REPT/AMA/10/04

# ANEXO E

## Propaganda 5 - Planeta Sustentável

**Biodiversidade é vida.  
Biodiversidade é a nossa vida.**

PRÉTO ASSIM DAS RAÍZES DA SUSTENTABILIDADE, PORQUE...  
 A NINA SENTIU A RESPOSTA AO TOQUE. A MAIOR AMORÉ DO  
 MUNDO É O TOQUE DA MÃO DO PAI NA MÃO DA MAMÃE.  
 É O TOQUE DA MÃO DA MAMÃE NA MÃO DO PAI. É O TOQUE DE  
 CONCORDÂNCIA. É O TOQUE DA BONDADADE DO MUNDO.  
 É O TOQUE DA SUSTENTABILIDADE.  
 CONJUNTO DO PLANETA SUSTENTÁVEL.

Participe da campanha  
 #planetasustentavel

Facebook | Twitter | Site

**NATIONAL GEOGRAPHIC EDIÇÃO VERDE**  
 Onde a aventura e o conhecimento  
 levam ao cuidado com o planeta.  
 Já nas bancas e em [www.lojaabril.com.br](http://www.lojaabril.com.br)

**2010**  
 ANO INTERNACIONAL DA BIODIVERSIDADE

**ABRIL** **CPFL** **BUNGE** **BR** **CAIXA**  
**ENERGIA** **AGROFIAT** **COMERCIAL** **COOPER**

O FUTURO A GENTE FAZ AGORA [www.planetasustentavel.com.br](http://www.planetasustentavel.com.br)

Veja, 28 jul. 2010, ed. 2175, p. 154-155.

## ANEXO F

## Propagandas pré-selecionadas do 1º grupo - Contradiscursos ambiental



Veja, 25 fev. 1970, ed. 77, p. 15.



Veja, 04 mar. 1970, ed. 78, p. 24.



## REFLORESTAMENTO: FUTURA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL.

**Para quem quer fazer o Brasil e o mundo crescerem mais rápido, o Brasil precisa plantar mais árvores.**

Para quem quer fazer o Brasil e o mundo crescerem mais rápido, o Brasil precisa plantar mais árvores. Para quem quer fazer o Brasil e o mundo crescerem mais rápido, o Brasil precisa plantar mais árvores.

**SEIVA S.A.**  
FLORESTAS E INDÚSTRIAS  
SUA EMPRESA DE FLORESTAS

Veja, 09 out. 1974, ed. 318, p. 145.

## Há 32 anos a Klabin começou o reflorestamento incentivada pelas próprias árvores.

**Klabin do Paraná**

**Klabin T.P.Z.**

Veja, 10 set. 1975, ed. 366, p. 50-51.

## OPTE FISET FLORESTAMENTO/REFLORESTAMENTO Há 3 fortes razões

**1. Garantia de sustentabilidade**

**2. Redução da dependência externa**

**3. Participação no desenvolvimento nacional**

**Mãe-Flor do Brasil**

**IBDF**

**CONSECT**

Veja, 26 abr. 1978, ed. 503, p. 119.

# Um país tratado desse jeito não tem futuro.



Um país tratado desse jeito não tem futuro. A imagem mostra um tronco de árvore com uma grande abertura feita por um corte, revelando o interior oco. O texto principal está no topo, e o conteúdo do artigo é dividido em colunas de texto e uma pequena seção de 'Planta' no canto inferior direito.

**Planta**

Veja, 22 nov. 1978, ed. 533, p. 111.

# Plante ou morra.



Plante ou morra. A imagem mostra um tronco de árvore com uma abertura na casca, através da qual algumas pequenas plantas verdes estão crescendo. O texto principal está no topo, e o conteúdo do artigo é dividido em colunas de texto e uma pequena seção de 'Planta' no canto inferior direito.

**Planta**

Veja, 14 fev. 1979, ed. 545, p. 109.

# NO DIA DA ÁRVORE, PEDIMOS UM MINUTO DE SILÊNCIO.



NO DIA DA ÁRVORE, PEDIMOS UM MINUTO DE SILÊNCIO. A imagem mostra o silhueta de uma árvore grande contra um céu alaranjado do pôr do sol. O texto principal está no topo, e o conteúdo do artigo é dividido em colunas de texto e uma seção de 'GACOMET-MARCONI' no canto inferior direito.

**GACOMET-MARCONI**

Veja, 25 set. 1985, ed. 890, p. 84-85.

ANEXO H

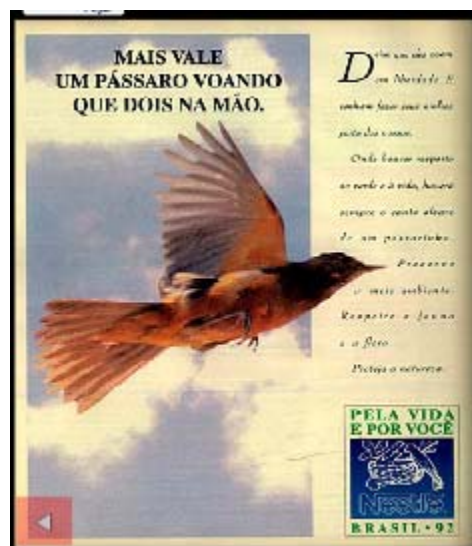
Propagandas pré-selecionadas do 3º grupo - Eco-92



Veja, 12 fev. 1992, ed. 1221, p. 66.



Veja, 20 maio 1992, ed. 1235, p. 50-51.



Veja, 20 maio 1992, ed. 1235, p. 74.



Veja, 03 jun. 1992, ed. 1237, p. 62-63.



Veja, 03 jun. 1992, ed. 1237, p. 80-81.



Veja, 10 jun. 1992, ed. 1238, p. 56-57.



ANEXO I

Propagandas pré-selecionadas do 4º grupo - Sustentabilidade



Veja, 17 nov. 2004, ed. 1880, p. 74-75.



Veja, 03 out. 2007, ed. 2028, p. 106-107.



Veja, 09 jan. 2008, ed. 2042, p. 2-3.



Veja, 23 jan. 2008, ed. 2044, p. 2-3.





Veja, 30 dez. 2009, ed. 2145, p. 257.



Veja, 17 nov. 2010, ed. 2191, p. 49.



Veja, 16 nov. 2011, ed. 2243, p. 101.

**Empresas e pessoas mais conscientes.**

**Um planeta a mais. ECHOESB RESE e sustentáveis.**

**Aplicar uma meditação para o futuro, as crianças e toda a sociedade.**

**O SANTANDER ASSUMIU O COMPROMISSO DE FAZER NEGÓCIOS E GERAR IDEIAS PARA UMA SOCIEDADE MAIS SUSTENTÁVEL. POR ISSO, PARTICIPA DA RIO+20.**

O Santander sempre se esforça para ser uma instituição mais sustentável. É um dos motivos pelos quais em 2011 foi reconhecido como a instituição financeira mais sustentável do mundo pelo Greenpeace. Mas não paramos por aí. Estamos trabalhando para ser ainda mais sustentáveis e gerar ideias para uma sociedade mais sustentável. Por isso, participamos da Rio+20. Isso não é apenas uma iniciativa, é uma oportunidade para gerar ideias para uma sociedade mais sustentável.

Para mais informações sobre o Santander e sobre a sustentabilidade, visite o site [www.santander.com.br](http://www.santander.com.br). Santander Brasil é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil. Santander Brasil é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

**Santander**

Veja, 20 jun. 2012, ed. 2274, p. 130-131.

## ANEXO J

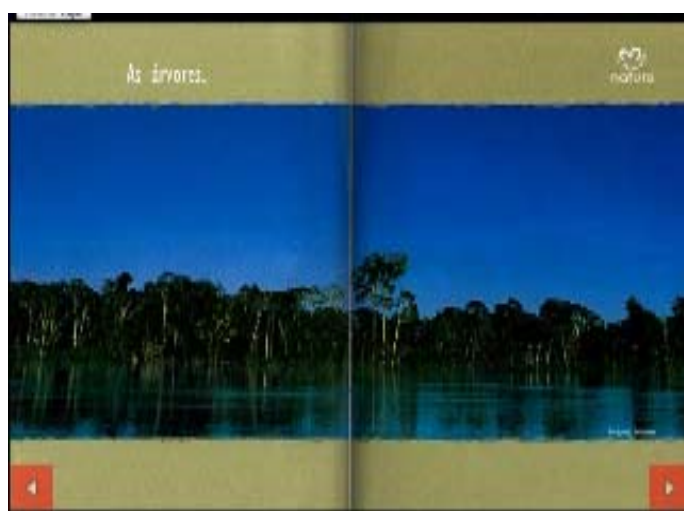
## Propagandas pré-selecionadas do 5º grupo – Biodiversidade



(Propaganda de 4 páginas)



Veja, 25 out. 2000, ed. 1672, p. 90-93.



(Propaganda de 6 páginas)



Veja, 28 mar. 2001, ed. 1693, p. 70-75.



Veja, 08 ago. 2001, ed. 1712, p. 80-81.



Veja, 27 mar. 2002, ed. 1744, p. 109.



Veja, 27 mar. 2002, ed. 1744, p. 121.



Veja, 03 abr. 2002, ed. 1745, p. 108-109.



Veja, 17 abr. 2002, ed. 1747, p. 58-59.



Veja, 24 abr. 2002, ed. 1748, p. 62-63.



Veja, 11 set. 2002, ed. 1768, p. 54-55.



Veja, 28 jul. 2010, ed. 2175, p. 154-155.



Veja, 10 out. 2012, ed. 2290, p. 108-109.